



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

IDENTIFICAÇÃO, PERTENÇA E CIDADANIA NA PÓS-MODERNIDADE

EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS TRANSNACIONAIS DE UM SUJEITO GUINEENSE

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE GRAU DE MESTRE EM ANTROPOLOGIA

MESTRANDO: ALEXANDRA CARDOSO SERANGONHA

ORIENTAÇÃO: PROFESSORA ASSOCIADA MARIA CELESTE ROGADO QUINTINO

Lisboa, 2010

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	II
1 INTRODUÇÃO.....	1
Apresentação do Tema e da Problemática.....	1
Estrutura do Trabalho	7
2 MIGRAÇÃO, INTEGRAÇÃO E CIDADANIA: QUE SIGNIFICADOS E NEXOS?	9
Perspectivas Históricas e Teóricas.....	9
União Europeia dos Cidadãos ou dos <i>Denizens</i> ?	21
3 CONSTRUÇÃO DO TERRENO	28
Explorando a Nova Agenda da Etnografia das Experiências Migratórias	28
Reflectindo sobre o Encontro entre Sujeitos de Investigação	32
4 PERCURSO MIGRATÓRIO ANTES E DEPOIS DA CHEGADA A PORTUGAL.....	34
5 ENTRE A “LIGAÇÃO UMBILICAL” E A “LIGAÇÃO DE SANGUE”	42
6 AMOR À “PÁTRIA-MÃE”: IMAGINAÇÃO DA PÁTRIA GUINEENSE	55
7 COMTRIBUTO À “MÃE GUINÉ”: NACIONALISMO DE LONGA DISTÂNCIA	61
8 CONCLUSÃO	69
BIBLIOGRAFIA	72
ANEXOS.....	82
ANEXO I GUIÃO DE ENTREVISTA	83
ANEXO II ÁRVORE GENEALÓGICA	86

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho de investigação surge a partir de um interesse suscitado pelos terrenos etnográficos. Os meus primeiros passos nesta aventura iniciam-se ainda enquanto aluna de licenciatura, que observa no trabalho de campo a oportunidade de explorar pessoalmente os *ensinamentos* da Antropologia.

Durante a pesquisa, inicia-se um período de aprendizagem académica e de conhecimento pessoal. Cabe ao investigador ponderar sobre os objectivos que o levam à concretização desta tarefa, estando consciente das exigências do processo académico que poderá levar a estados ambivalentes entre a euforia de um começo e as fases de dúvidas e de angústias teóricas e pessoais. Neste sentido, esta tese é partilhada com todas as pessoas que contribuíram para o desenho e concretização deste projecto.

À minha família sempre presente, por todo o apoio que me concedeu, mesmo nos momentos em que lutava com as minhas próprias questões. Aos meus amigos que acreditaram em mim, apesar da ausência e do silêncio impostos pelo desenvolvimento do trabalho.

Agradeço a Didinho, o interesse e o empenho na prossecução deste trabalho, em que me permite aceder ao seu testemunho pessoal de amor pela pátria guineense. Sem a sua experiência de vida, não teria como explorar um percurso migratório tão enriquecedor.

Por fim, os meus agradecimentos vão para a minha orientadora, Professora Doutora Maria Celeste Rogado Quintino, pela generosidade de partilha do seu conhecimento e do seu tempo, estando presente de forma atenta em todo o percurso deste trabalho. O seu contributo foi deveras estimulante tanto no plano académico, como no plano pessoal, dando-me a conhecer novos trilhos no âmbito da ciência antropológica.

1 INTRODUÇÃO

Apresentação do Tema e da Problemática

O tema da presente Dissertação de Mestrado em Antropologia aborda os actuais significados e nexos entre migração, integração e cidadania, tal como se configuram na agenda científica e nas agendas políticas, para explorar as articulações complexas entre identificação, pertença e cidadania que emergem nos processos migratórios transnacionais. O foco empírico é colocado nas experiências e narrativas de um transmigrante guineense cujo quotidiano se constrói de conexões simultâneas de modos de ser e de pertencer “aqui” e “lá” que lhe permitem embrenhar-se em práticas de cidadania transfronteiriça em que as lealdades nacionais são mais orientadas para a terra de origem.

Desde a construção do mundo moderno nos finais do século XIX que as migrações internacionais se têm vindo a constituir como um vasto campo de investigação que há muito conta com o contributo de várias disciplinas das ciências sociais, designadamente da antropologia (Favell, 2007). Na actualidade, a intensificação e diversificação dos fluxos migratórios resultantes de múltiplas e complexas ligações entre os contextos económicos, sociais, culturais e políticos onde ocorrem e os processos de globalização colocam novos problemas associados aos significados, historicidades e implicações das migrações internacionais ao nível de sujeitos individuais e colectivos e em várias escalas geográficas (Anthias, 2006; Castles e Miller, 2008).

Um dos problemas críticos que tem chamado a atenção da comunidade científica e dos fazedores das políticas públicas é a forma como a globalização e o transnacionalismo da modernidade tardia fizeram emergir múltiplas formas de identificação que desafiam as tradicionais pertenças e lealdades circunscritas a um dado local ou a um dada nação e que, como referem Appadurai (1991), Glick Schiller *et al.* (1992) e Basch *et al.* (1994), obrigam a pensar como o global se cruza com o local nas experiências dos actores individuais, designadamente dos migrantes entendidos como os principais agentes de desterritorialização envolvidos em múltiplas e complexas conexões entre países de origem e de destino, através de relações sociais e práticas, memória, nostalgia e imaginação (Levitt e Glick-Schiller, 2004).

Autores como Appadurai (2004 [1996]) e Bauböck (2007) têm defendido que estas múltiplas formas de identificação que sustentam estilos de vida transnacional geraram uma “nova ordem global pós-nacional” que tem sido responsável pela erosão do estado-nação como única base legítima de pertença, aliança e identidade. Argumentos que, embora nem sempre fundados em evidências empíricas, colocam definitivamente em tensão o corte analítico entre migração/sociedade de origem e integração/sociedade de destino produzido pela pesquisa clássica, ao mesmo tempo que os conceitos de migração, integração e cidadania se tornam multívocos, instáveis e incertos, mostrando-se relevante indagar essas questões a nível dos sujeitos individuais para perceber de que modo o mundo social transnacional está implicado na construção de um sentido de *self* em termos das

ligações emocionais e afectivas, das lealdades e dos sentimentos de pertença que permitem reclamar e negociar a cidadania com os estados de origem e de acolhimento (Glick Schiller, 2005; Yuval-Davis, 2004), porque

embora migração seja (correctamente) vista por muitos como algo levado a cabo por grupos e colectivos e frequentemente referida através de rótulos como diásporas, grupos de migrantes, minorias étnicas, etc., estudos recentes sugerem que migração é uma experiência singular, subjectiva e única que resiste à generalização (Wodak e Krzyzanowski, 2007: 98).¹

Este problema tem estado no centro dos debates científicos e políticos, particularmente na UE que, nas últimas décadas, se transformou numa região atravessada por crescentes fluxos migratórios com diferentes historicidades e caracterizada por uma enorme diversidade em termos da dimensão, composição e origem da população migrante e dos padrões de mobilidade, fixação e inserção nas sociedades de trânsito e de destino, com implicações diferentes no interface dos migrantes e populações nacionais, individual e colectivamente, e nas concepções, experiências e práticas de migração, integração e cidadania no interface dos migrantes e suas organizações, sociedades civis e estados dos países de origem e de acolhimento (cf. Bauböck, 2002 e 2007; Penninx *et al.*, 2008; Horta e White, 2009).

Dada a relevância deste problema descoberto na literatura científica, iniciei a pesquisa com as seguintes perguntas: Que significados de migração, integração e cidadania se entretecem nas experiências migratórias de sujeitos guineenses em contexto português? Como se expressam nas suas identificações e pertenças e se incorporam nas práticas de cidadania nas escalas local, nacional e transnacional? O terreno sugeriria novas questões e a literatura teórica traria novas ideias para a organização e análise reflexiva dos dados etnográficos e documentais.

Se é um facto que, na pesquisa qualitativa tal como é adoptada neste trabalho, o investigador “socorre-se de conceitos” orientadores “surgidos da revisão da literatura consultada ou de dados já obtidos” para formular as perguntas de investigação, sem negligenciar outras sugeridas pelo “mundo empírico” (Moreira, 2007: 69-72), o terreno obrigaria à opção por um caso singular que pretende apenas ilustrar as múltiplas experiências migratórias observadas por outros investigadores na população guineense residente em Portugal (Machado, 2002; Quintino, 2004 e 2010). Assume-se, assim, tratar-se de um exercício empírico exploratório que foca num caso singular, sem deixar de o enquadrar nas experiências migratórias de outros sujeitos guineenses observados por outros autores.

Esta opção decorre da convergência entre os limites impostos pelo tempo académico para elaboração de uma Dissertação de Mestrado e a complexidade de um terreno cuja população se estima situar-se entre os 45 000 e os 70 000 indivíduos e “cuja heterogeneidade cultural, religiosa, social e política é já anterior à sua chegada a Portugal, embora sejam múltiplas as suas experiências individuais e percursos de vida na sociedade portuguesa, estando, por isso, implicadas diferentes noções de integração e cidadania” (Quintino, 2010: 82).

¹ Tradução livre da autora.

Para responder às perguntas que orientaram esta pesquisa defini os seguintes objectivos:

- 1 Contextualizar a experiência migratória de um sujeito guineense nas migrações de guineenses em geral, recorrendo às noções de migração, integração e cidadania;
- 2 Avaliar os processos históricos e globais contemporâneos que moldam as suas experiências que ocorrem antes e depois da chegada a Portugal, como as interpreta, lhes atribui significados e as ordena para gerar a continuidade histórica entre o passado, o presente e o futuro;
- 3 Analisar as práticas, acções e relações sociais em que está envolvido na construção de modos transnacionais de ser e de pertencer e de exercer cidadania, a partir de uma multiplicidade de categorias e hierarquias de identidade e de pertença embrenhadas nos contextos coloniais e pós-coloniais de relações de poder.

A escolha dos guineenses como recorte etnográfico não é inocente. Por um lado, a minha curta estada na Guiné-Bissau em 2007, no âmbito de um projecto que permitiu a elaboração do Seminário de Investigação para completar a Licenciatura em Antropologia, despertou o interesse pelas múltiplas culturas e identidades guineenses e como, em contexto migratório, se negociam e afirmam num jogo permanente de interligações entre as sociedades de acolhimento e as sociedades de origem. Por outro lado, existem poucos estudos com incidência específica nos guineenses e nenhum, à excepção do recente artigo de Quintino sobre transnacionalismo associativo e cidadania (2010), trata as experiências migratórias dos guineenses do ponto de vista da cidadania negociada nas conexões entre escalas geográficas, embora tivessem fornecido pistas interessantes sobre a multiplicidade de percursos migratórios.²

De um modo geral, as perspectivas dominantes na pesquisa continuam a privilegiar a centralidade do estado-nação na abordagem da migração, integração e cidadania, o que não esclarece as práticas transnacionais empreendidas pelos sujeitos migrantes (cf. Glick Schiller, 2009), bem como a negligenciar a interdisciplinaridade, o que provoca uma fragmentação nas abordagens teóricas e metodológicas das experiências migratórias e não permite integrar os níveis micro e macro de análise (cf. Favell, 2007).

Do mesmo modo, apesar da pertinência dos debates sobre as novas questões de identidade, pertença e cidadania que emergiram com a globalização e o transnacionalismo, muitos dos contributos tendem a ser teóricos, sabendo-se ainda pouco sobre como os sujeitos entendem as suas próprias experiências migratórias, de identificação, pertença e cidadania, o que faz com que se

² Destacam-se os trabalhos de Machado sobre aspectos da integração e dimensões da etnicidade (2002), de Quintino sobre a invenção de uma comunidade étnica (2004) e o seu mais recente estudo já referido (2010), de Có sobre a questão do retorno (2002), sobre o papel das associações no desenvolvimento do país de origem (2004) e sobre as matrizes sociais e culturais das dinâmicas migratórias (2007), de Carreiro sobre as actividades transnacionais de associações étnicas (2007) e de Godinho sobre identidades de mulheres (2008).

continue a reclamar-se a necessidade de estudos empíricos de nível micro que possam contribuir para reavaliar os cenários mais macros (cf. Penninx *et al.*, 2008).

Ao procurar responder às perguntas de investigação formuladas, o contributo central desta Dissertação, mais do que preencher uma lacuna na pesquisa empírica sobre cidadania de guineenses em Portugal e de adoptar um olhar interdisciplinar que não deixa de privilegiar o ponto de vista da antropologia, radica na sua inscrição na nova agenda da etnografia das experiências migratórias que se situa na tradição das análises antropológicas que exploram como “o global se intercepta com o local nas experiências de agentes individuais”³ (Fitzgerald, 2006: 1), rompendo-se com a dupla tentação de isolar os indivíduos na cena global e de os encarcerar em grupos pensados como homogéneos.

A nível teórico, esta Dissertação propõe-se contribuir para o debate mais amplo sobre os actuais significados e nexos entre migração, integração e cidadania, mas, mais especificamente, para a literatura recente sobre a pesquisa no domínio do transnacionalismo migrante, fornecendo mais evidências empíricas para as abordagens teóricas. A revisão crítica das teorias das migrações internacionais destaca e contextualiza as perspectivas do transnacionalismo no debate da globalização que não descarta as historicidades para testar os limites dos conceitos propostos no estudo de um caso singular de pesquisa empírica. O foco na UE permite deslocar a discussão teórica para um contexto regional com especificidades próprias na produção de significados e nexos entre migração, integração e cidadania implicados nos processos de imaginação de subjectividades e pertenças e no acesso a direitos e práticas de participação dos migrantes.

A problemática sobre a qual se delineou esta pesquisa tem a marca inicial da abordagem que questiona os actuais significados e nexos entre migração, integração e cidadania proposta por Carrera *et al.* (2006), na convicção de que seria boa para pensar os sujeitos migrantes cujo quotidiano depende de múltiplas e constantes interconexões através de fronteiras internacionais e cujas identificações, pertenças e práticas de cidadania se configuram em relação a mais do que um estado-nação, os que Glick Schiller *et al.* designaram por transmigrantes (1995) empenhados numa cidadania transfronteiriça (Glick Schiller, 2005). O que pressupõe que os argumentos tecidos ao longo deste trabalho são enriquecidos por outras perspectivas de análise suscitadas pela revisão da literatura, fundamentalmente as perspectivas do transnacionalismo, sem esquecer a crítica e a reflexividade.

De facto, as perspectivas do transnacionalismo atravessam todo o texto, permitindo contrariar o clássico corte analítico que separa migração internacional entendida como um processo de mobilidade através de fronteiras políticas, com suas causas e consequências, de integração na sociedade de acolhimento perspectivada a partir da tradição da Escola de Chicago que tornava os migrantes desviantes e colocava a questão de quando e como podiam ser assimilados no todo nacional (cf. Kivisto, 2001).

³ Tradução livre da autora.

Rompe-se, assim, com a visão restrita do nacionalismo metodológico que, ao assentar na assunção de que estado-nação e sociedade se constituem como uma única e mesma realidade social, mostra-se ineficaz na captura das múltiplas conexões, identificações e pertenças entretecidas entre origens e destinos e que caracterizam os transmigrantes e as comunidades transnacionais que se desenvolveram nos estados-nações do centro do sistema mundial capitalista (Wimmer e Glick Schiller, 2003).

A opção pelas perspectivas do transnacionalismo para observar como estes “aldeões transnacionais” vivem incorporados em actividades do quotidiano, rotinas e instituições localizadas em diversas escalas (Levitt, 2001) sustenta-se nas linhagens teóricas dos antropólogos da globalização que rejeitam as velhas noções de cultura autêntica, localizada, homogénea e estática que se pensava unir um grupo que partilhava uma identidade estável e fixa.

Sublinham-se Appadurai (1991 e 2004 [1996]), Hannerz (1991e 1997), Clifford (1992) e Gupta e Ferguson (1997) no grupo de antropólogos que alertam para o facto de que, num espaço-tempo comprimido pelas novas tecnologias de transporte, de comunicações e de informação, intensificam-se os fluxos de cultura e de população e assiste-se a uma crescente “hibridização” ou “crioulização” da cultura e à formação de identidades fluidas, instáveis e provisórias. Nesta nova arena globalizada e desterritorializada em que cultura e identidade irrompem, os sujeitos incorporam no seu quotidiano diferentes experiências espaço-temporais que estendem o seu mundo cultural e social outrora confinado a localidades específicas, incluindo-se nos processos globais de fragmentação que conferem uma reserva de múltiplas identificações e pertenças.

Estes alertas ecoam também dos estudos culturais, destacando-se para os propósitos desta Dissertação o contributo de Hall sobre as incertezas que rodeiam os sujeitos pós-modernos (1997 e 2000):

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo.” (Hall, 1997: 9).

Por um lado, como refere Meijl, cultura adquire novos significados com as dinâmicas das migrações transnacionais que fazem entrar para a ordem do dia termos como “fluidez, não-fixismo, contingência, contextualidade e multiplicidade” que “exigem conjuntos epistemológicos e metodológicos particularmente imaginativos se queremos entender os escoramentos e implicações dos fluxos transnacionais de bens, pessoas e suas bagagens”⁴ (2008: 172). Cultura é pensada como multi-vocal e polifónica”, inclui “a diversidade e os desvios de construções, representações e interpretações individuais” (*idem*).

⁴ Tradução livre da autora.

Por outro, a fragmentação das identidades dos sujeitos pós-modernos, provocada pela multiplicidade de sistemas de significação e representação cultural, torna-se um ponto crítico, uma vez que a globalização “tem um efeito pluralizante na identidade, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação e tornando-a mais posicional, mais política, mais plural e diversa”⁵ (Hall, 1997: 95). Reconhece-se o contributo dos estudos culturais na concepção construtivista da identidade como narrativas empreendidas pelos sujeitos na construção sempre incompleta das suas identificações e localizações de pertença no mundo social e cultural, ou como prefere Hall para realçar o processo de construção de subjectividades e implicações políticas, como “pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento” sujeito a relações de poder (Hall, 1997: 70). Identidade torna-se “uma espécie de nexos onde coincidem, e algumas vezes colidem, as diferentes construções do *self*”⁶ num mundo em mudança (Meijl, 2008: 174).

O que é importante para os argumentos tecidos sobre o impacto da globalização nas múltiplas identificações e pertenças é que o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de interpretação e representação da realidade cultural implicados nos processos de deslocamento dos sujeitos e das suas produções nas relações de poder e negociações com as narrativas identitárias centrais e hegemónicas e os posicionamentos que disponibilizam, cujas escolhas são sempre arbitrárias e estratégicas. A narrativas do *self* permitem escutar as múltiplas unidades significantes de espaço e de tempo que interpretam, ordenam e representam no interior das suas experiências pessoais, quer em termos da multiplicidade de identificações e localizações de pertença, que em termos de conexões entre passado, presente e futuro (Anthias, 2008).

Outro contributo interessante para o debate antropológico sobre globalização e transnacionalismo vem do trabalho de Anderson acerca das ligações entre política, imaginação e identificação nacional (1991 [1983]). Chama a atenção para a necessidade de perceber quais as implicações que os processos de reinscrição e reterritorialização do espaço no mundo global têm na imaginação das terras de origem e nos discursos sobre nacionalismo em que se envolvem os sujeitos migrantes.

Partindo da ideia de que a comunicação e as migrações de massas impactam na “obra da imaginação”, também Appadurai propõe-me olhar para a actual era dos processos culturais globais através da noção de imaginação entendida como “característica constitutiva da subjectividade moderna”:

Imagem, imaginado, imaginário: são tudo termos que nos orientam para algo de fundamental e de novo nos processos culturais globais: a imaginação como prática social. Já não é mera fantasia (ópio do povo cuja verdadeira função está alhures), já não é simples fuga (de um mundo definido principalmente por objectivos e estruturas mais concretos), já não é passatempo de elites (portanto, irrelevante para as vidas da gente comum), já não é mera contemplação (irrelevante para novas formas de desejo e de subjectividade), a imaginação tornou-se um campo organizado de práticas sociais, uma maneira de trabalhar (tanto no sentido

⁵ Tradução livre da autora.

⁶ Tradução livre da autora.

do labor como no de prática culturalmente organizada) e uma forma de negociação entre sedes de acção (indivíduos) e campos de possibilidade globalmente definidos. Este desatar da imaginação liga o jogo do pastiche (em certos cenários) ao terror e à coerção dos estados e dos seus competidores. A imaginação está agora no centro de todas as formas de acção, é em si um facto social e é componente-chave da nova ordem global (Appadurai, 2004: 48).

Findo o encargo de apresentação do tema e da problemática sobre a qual se delineou a pesquisa, cabe mostrar como as narrativas do sujeito migrante e a literatura teórica se entretecem na organização deste trabalho em que eu própria me posiciono com toda a carga das minhas também múltiplas identificações e pertenças e que procura dar um humilde contributo para a discussão do modo como as experiências migratórias transnacionais obrigam a repensar conceitos como migração, integração, cidadania, identidade e cultura, através de um estudo empírico centrado num caso singular que adquire maior relevância através do envolvimento do sujeito migrante na criação e gestão de um sítio que liga as sociedades de destino de guineenses e a Guiné-Bissau e que se tem mostrado um campo fértil na veiculação de informação e em exercícios de imaginação de pertenças.

Estrutura do Trabalho

Apresentados o tema e o problema de pesquisa, o trabalho organiza-se em 7 capítulos que se relacionam entre si, mas que podem ser tomados como duas peças independentes, um ensaio teórico e um artigo científico que descreve o exercício empírico.

O capítulo 2 reflecte a revisão da literatura e consiste em duas partes que, no seu conjunto, constituem um ensaio sobre os significados e nexos dos conceitos de migração, integração e cidadania e sua variação no tempo e no espaço. Na primeira parte, a discussão dos conceitos tece um quadro teórico cuja consistência assenta na análise crítica enriquecida por perspectivas históricas que permitem cruzar entendimentos e descobrir outras noções relacionadas, como globalização, estado-nação, rede social, localidade, identificação, pertença e cultura. A segunda parte contextualiza a discussão na UE para se centrar noutras dimensões dos significados e nexos conceptuais evidenciados na agenda política no seu confronto com a crítica normativa, afinal o quadro mais amplo em que se inscreve Portugal e que tem implicações nas experiências migratórias de indivíduos e grupos, sobretudo, dos que provêm de países terceiros.

O capítulo 3 descreve a construção do terreno e também compreende duas partes. A primeira apresenta a metodologia apoiada na literatura e nas orientações da nova agenda da etnografia das experiências de transmigrantes. A segunda reflecte sobre os dilemas do terreno como uma experiência única de intersubjectividades com diferentes percepções das realidades e dos assuntos incluídos na pesquisa.

Os capítulos 4 a 7 constituem o exercício empírico sobre as experiências e narrativas de um transmigrante guineense que tecem um espaço social transnacional. O capítulo 4 narra o seu percurso migratório antes e depois da chegada a Portugal, tal como interpretado e representado pelo sujeito guineense, mas contextualizado na migração guineense. No capítulo 5 emergem os processos

de construção dos modos transnacionais de ser e de pertencer que suportam os exercícios de cidadania transfronteiriça. Os capítulos 5 e 6 manifestam a orientação privilegiada do sujeito guineense ao seu país de origem expressa, primeiro no amor à “pátria-mãe” e, segundo, no (com)Tributo à sua terra de origem imaginado a partir de actividades de ciberespaço implicadas num tipo de nacionalismo de longa distância.

O capítulo Conclusão apresenta uma síntese reflexiva dos principais aspectos tratados, as ideias e os argumentos associados e, finalmente, algumas sugestões para futuras pesquisas. O trabalho encerra com uma Bibliografia que inclui apenas a literatura citada e os anexos que reúnem o Guião de entrevista e a Árvore genealógica do sujeito guineense.

2 MIGRAÇÃO, INTEGRAÇÃO E CIDADANIA: QUE SIGNIFICADOS E NEXOS?

Perspectivas Históricas e Teóricas

Apesar da noção de globalização e seus impactos ser ainda hoje um ponto de debate, poderá assumir-se uma certa convergência no entendimento de que se trata de um processo longo e complexo que se inicia na época dos Descobrimentos e que se intensifica e acelera com a modernidade e o capitalismo tardio, por efeito do desenvolvimento das tecnologias dos transportes, das comunicações e de informação que têm favorecido fluxos de natureza variada e integrado regiões outrora periféricas na economia mundial.

Por isso se tem entendido que a globalização manifesta-se na mudança da organização espacial de um “mundo de localidades” para um “mundo de fluxos” em que a mobilidade ganha hoje proporções gigantescas e adquire um ritmo inigualável, intensificando-se as relações sociais que ligam localidades distantes, em boa parte favorecidas pela moderna tecnologia de informação e comunicações (Castells, 1996). Autores como Castles argumentam que a principal estrutura organizativa dos fluxos globais actuais é a rede transnacional que adquire formas variadas, como o empresariado transnacional, as ONG's, as organizações internacionais governamentais, as associações criminosas globais, as organizações transnacionais de migrantes, as comunidades transnacionais que conectam migrantes dispersos por vários destinos e as suas comunidades de origem (2005).

Neste cenário global da modernidade tardia, distinguem-se os fluxos de trabalhadores legais e ilegais, de quadros altamente qualificados, de refugiados e de requerentes de asilo político, muitos dos quais desenvolvem actividades de atravessamento de fronteiras nacionais que só aparentemente escapam ao controlo dos estados-nações, mas tornam confusa a linha que classicamente separava nacionais e estrangeiros, emigrantes e imigrantes.

De facto, as migrações internacionais são parte integrante da globalização, mas a relação entre estes dois fenómenos é crítica. A compreensão desta relação complexa tem sido perspectivada do ponto de vista da história e da teoria que procura as causas, consequências e persistência dos movimentos populacionais. A espreitadela na história esclarece os contextos de mudança de significados e nexos entre migração, integração e cidadania sobre os quais se elaboraram as construções teóricas. As perspectivas do transnacionalismo assumem uma posição crítica das abordagens teóricas clássicas tendencialmente centradas no “nacionalismo metodológico”, desencadeando uma discussão reflexiva dos conceitos de integração e de cidadania.

O ponto de vista de Massey sobre a história moderna da migração internacional distingue quatro períodos: o período mercantil, 1500 a 1800; o período industrial, 1800-1914; o período da migração limitada, entre as duas Guerras; e o período pós-industrial que se inicia em meados dos anos 60 do século XX, acrescentando o autor o actual período marcado pelo fim da Guerra Fria (2003). O olhar cruzado com outros pontos de vista enriquece a breve análise que se apresenta.

Durante o período mercantil, a migração mundial direccionou-se para os territórios coloniais e arrastou funcionários, soldados, comerciantes, missionários de origem Europeia envolvidos na instalação das colónias e no desenvolvimento da economia de plantação, cujas necessidades de mão-de-obra exigiu o deslocamento de cerca de 15 milhões de escravos africanos para o novo mundo. Instaladas as colónias, em alguns contextos começaram a emergir as primeiras comunidades crioulas que se desenvolveriam no século XIX, como é o caso observado no território da hoje Guiné-Bissau (cf. Havik, 1995).

Durante o século XIX, fluxos massivos de capital, matérias-primas, mercadorias e pessoas ligam os vários continentes na construção da grande economia Atlântica, consolidando-se a primeira era da globalização. De maior escala são os movimentos de populações europeias para as Américas, impulsionados pela industrialização e crises sucessivas na Europa e pelo dinamismo das economias capitalistas das antigas colónias do Novo Mundo, adquirindo menor expressão os fluxos de europeus com destino à Oceânia e de asiáticos para a América do Norte e para as economias de plantação nas Caraíbas e Ásia do Sudeste.

Neste período de forte industrialização, os EUA constituem-se como o principal destino dos migrantes europeus e ensaiam as primeiras políticas e teorizações sobre regulação e integração concebida no sentido da assimilação/americanização como forma de acesso à cidadania, num clima de contradição entre a necessidade de mão-de-obra barata e a restrição à entrada de migrantes, amplamente fundada em alegações de inferioridade étnica e racial (cf. Apap, 2006).

Com as Guerras, a globalização e as migrações internacionais sofrem um forte abrandamento entre as décadas de 1920 e 1960, à excepção da Europa que assiste ao movimento de grandes contingentes de refugiados e deslocados da 2ª Guerra Mundial e à chegada dos “retornados” das colónias. Os fluxos de grande escala de trabalhadores europeus reduzem-se substancialmente, ao mesmo tempo que os nacionalismos se exacerbam e surgem medidas xenófobas de restrição à migração.

A Europa do pós-2ªGuerra em reconstrução passaria de reservatório de migrantes para o Novo Mundo para receptáculo de migrantes que se movimentam dos países do Sul da Europa e das antigas colónias para os países do Norte e do Ocidente, tecendo-se, aos poucos, sociedades multiculturais no seio das quais viriam a surgir novos questionamentos em torno de integração e cidadania dos migrantes então concebidos como trabalhadores convidados (Soysal, 1996; Castles, 2006). Nos EUA, a tradição da migração de povoamento daria lugar ao sistema de quotas com base em critérios que começam por ser discriminatórios da origem nacional, ao mesmo tempo que o movimento dos direitos civis na década de 1960 daria voz às velhas e novas minorias que reivindicam o direito à diferença e o fim do assimilacionismo (Castles e Miller, 2008 [1993]).

Seria, contudo, em meados de 1960 que as migrações internacionais assumiriam um carácter global, integrando novos países emissores e receptores, ao mesmo tempo que as reservas de migrantes passam a situar-se nos países saídos dos Impérios e alimentam as economias das sociedades pós-industriais do Norte. O abrandamento das economias capitalistas provocado pela

crise petrolífera de 1973 pouco se fez sentir nos movimentos migratórios e os fenómenos da ilegalidade, refugiados e adquirentes de asilo tornam-se a marca mais significativa deste período, contrariando a tendência para as políticas restritivas matizadas com discriminação e racismo, ao mesmo tempo que se ouviam as reivindicações dos migrantes organizados em comunidades. (cf. Castles, 2005 e 2006).

O período actual inicia-se na década de 1990 com a entrada no mercado global das populações da ex-URSS e da China e países das suas esferas de influência. Acompanhando o aceleramento da globalização, os fluxos migratórios intensificam-se e estabilizam-se no tempo e no espaço, dando origem a grandes sistemas migratórios que comunicam entre si através de novas trajetórias que, no caso europeu, trazem diferentes categorias de migrantes da Ásia, da África e da América Latina (Massey, 2003). A principal característica deste período é o transnacionalismo migrante que se coloca no centro do debate sobre migração, integração e cidadania, ao qual se tem acrescido o multiculturalismo contaminado por questões de etnicidade e raça e, mais recentemente, com o terrorismo, o crime organizado e a segurança (Glick Schiller *et al.*, 1992; Haddal, 2009).

Se esta breve análise permitiu entrever a diversidade de causas e consequências das migrações internacionais, no tempo e no espaço, um olhar sobre o conjunto das teorias e modelos explicativos identifica uma das fragilidades da pesquisa sobre migrações internacionais, a ausência de uma única teoria coerente. Trazendo de novo Favell, esse conjunto tende a segmentar-se na linha das várias disciplinas das ciências sociais, cujos contributos são pertinentes e significativos, mas a compreensão do fenómeno das migrações internacionais exige

o casamento das fontes de dados quantitativos e análises económicas e demográficas básicas da migração com o sentido etnográfico e de história das vidas e das experiências dos migrantes. A sociologia e a ciência política são necessárias para tecer as estruturas que sustentam a imigração e os processos incorporados; e há tanto trabalho interessante proveniente da antropologia e a da geografia – particularmente sobre os processos transnacionais – que faz com que essas abordagens não devam passar despercebidas. Os estudos sobre migrações precisam de uma abordagem simultaneamente de top-down e botton-up e precisam da história para temperar a cadência opressiva do presente. Um curso como este [de migrações internacionais] deve também ser comparativo e global, embora esta seja a parte mais difícil (2007: 260).⁷

Uma divisão que habitualmente surge na literatura distingue, por um lado, as teorias que explicam como se iniciam as migrações internacionais e quais as suas consequências, por outro, as teorias que explicam como persistem no tempo e no espaço.⁸ Uma breve revisão permite perceber as várias concepções de migração.

O primeiro grupo é muitas vezes sumariado como a pesquisa clássica da “imigração” por partilhar a ideia de que o processo migratório se reduz a uma mudança unidireccional de lugar de residência e que ocorre uma única vez, tendendo a ser das áreas mais pobres para as áreas mais ricas. A esta visão simplificadora de migração está associada a tradição assimilacionista da Escola de

7 Tradução livre da autora.

8 Não cabendo aqui uma discussão alargada sobre estas teorias, consulte-se as seguintes referências mais usadas: Massey *et al.*, (1993), Rocha-Trindade (1995), Portes (1999), Massey (2003), Peixoto (2004) e Brettell e Hollifield (2007).

Chicago que definia os migrantes como indivíduos que experimentavam uma rotura permanente com as suas terras de origem. O esforço teórico era procurar responder à questão porquê que os indivíduos migram e que problemas sociais enfrentam no destino.

A ideia de migração unidireccional e permanente tem como referência mais antiga as “leis da migração” propostas por Ravenstein em 1885 e 1889, desenvolvendo-se nos modelos de *push/pull* para explicar os factores de repulsão/atracção que iniciam um dado movimento migratório de sentido único. Um contributo importante provém da teoria económica neo-clássica que foca nos diferenciais de salário e de trabalho entre países e regiões para explicar porquê que os indivíduos migram de áreas pobres para áreas ricas, concebendo a migração como o somatório das decisões racionais dos indivíduos fundadas em análises de custo/benefício que visam a maximização dos rendimentos num mercado de trabalho de pleno emprego. A migração torna-se uma forma de investimento em capital humano.

Este modelos e teorias que privilegiam a acção do indivíduo na decisão de migrar preconizaram uma distribuição equilibrada da riqueza a nível mundial, impulsionada pelas migrações internacionais, manifestando uma clara influência da teoria da modernização que marcou o paradigma do desenvolvimento do pós-Guerra fundado no modelo ocidental de industrialização.

Pelo contrário, as teorias da tradição histórica-estrutural inscrevem-se nas ideologias neo-Marxistas da década de 1970 e providenciam uma perspectiva macro-estrutural centrada na ideia desenvolvida por Wallerstein de que o capitalismo tardio fez emergir uma ordem global caracterizada pela divisão do mundo num centro, numa semi-periferia e numa periferia com papéis distintos na divisão internacional do trabalho. Neste sentido, as relações de dominância dos países desenvolvidos explicam as desigualdades mundiais e a dependência das regiões mais periféricas onde emerge uma reserva de mão-de-obra barata constituída por indivíduos originários de comunidades tradicionais que migram para áreas com melhores condições de vida.

O interesse destas teorias é esclarecer os mecanismos estruturais que desencadeiam os fluxos migratórios, como o mercado de trabalho dos países desenvolvidos que os teóricos do mercado de trabalho dual defendem ter gerado um segmento de oferta de trabalho orientado para os migrantes dos países menos desenvolvidos e cujas características de instabilidade, não qualificação e de baixa remuneração são entendidas como desinteressantes pelos nacionais. As acções individuais são excluídas da análise e os indivíduos são vistos como entidades passivas na engrenagem mundial, concebendo-se migração como mais um mecanismo de perpetuação da ordem capitalista que conduz a um maior empobrecimento das áreas “subdesenvolvidas” e à emergência de um “Quarto Mundo” nas cidades dos países desenvolvidos, onde tendencialmente se concentram.

O segundo grupo de teorias é mais recente e procura responder à questão porquê que as migrações se perpetuam e que novas formas de migração favorecidas pela globalização se estavam a desenvolver através de redes migratórias.

Em todas estas abordagens a migração é vista como um processo social contínuo em que indivíduos e grupos estão envolvidos e cujas experiências estão embebidas nas sociedades de origem e de destino. Esta nova concepção de migração tornou central o conceito de rede social que os antropólogos da Rhodes-Livingston Institute tinham já usado nos seus estudos nas cidades africanas sobre a adaptação de migrantes internos originários de áreas rurais.

A evidência empírica das redes de parentesco e de co-étnicos e o seu papel na integração dos indivíduos no novo meio e na ligação à terra de origem, a importância do reagrupamento familiar, o aumento da migração ilegal e a incapacidade dos estados regularem os fluxos migratórios colocaram a rede social no centro das explicações sobre as dinâmicas cumulativas das migrações. Os enclaves étnicos observados nas cidades Norte-americanas são um exemplo empírico que tem sido explicado através da teoria da rede social. No caso de Portes, estas concentrações urbanas são identificadas como um terceiro segmento do mercado de trabalho que se organiza em torno do empresariado étnico, criando novas oportunidades de mobilidade e gerando emprego para co-étnicos (1999), o que coloca em tensão a visão mecanicista do mercado de trabalho nos países de destino defendida pela teoria do mercado dual.

As redes sociais formais e informais, com o seu capital simbólico, cultural, social e económico, têm desempenhado um papel fundamental na tendência para os fluxos migratórios se estabilizarem e se estruturarem, no espaço e no tempo, como demonstra a teoria dos sistemas migratórios que captura fluxos que se consolidam entre países com laços históricos e/ou ligados por trocas de natureza variada, como é o caso de Portugal e as ex-colónias. Por seu lado, a teoria das instituições centra-se nas organizações que têm surgido como suporte dos processos migratórios, sobretudo de natureza clandestina, englobando as instituições do mercado negro que controlam a migração ilegal e irregular e as instituições humanitárias e outras que apoiam os migrantes nas suas jornadas e na sua integração nos países de destino.

A assunção da utilidade do conceito de rede social na inclusão de agência, contextos, factores macroestruturais e historicidades na concepção e explicação das migrações internacionais adquire particular importância no paradigma do transnacionalismo que emergiu na década de 1990 e tem amadurecido na última década com uma maior sofisticação teórica e metodológica, enriquecendo os debates associados aos estudos culturais e ao estado-nação na sua relação com a globalização.

O paradigma do transnacionalismo surge associado à problemática da globalização e desenvolveu-se no início dos anos de 1990, quando um grupo de antropólogos se apercebeu que os migrantes com os quais trabalhavam estavam envolvidos em relações sociais intensas que ligavam países de origem e de destino que a pesquisa clássica da “imigração” seguida de assimilacionismo não permitia capturar (Basch *et al.*, 1994; Levitt e Sorenson, 2004). Argumentavam que o legado da Escola de Chicago centrado na assimilação dos migrantes nos países de destino encapotava estas novas categorias de experiência migratória que estavam a pôr em causa o paradigma do estado-nação e a que designaram por transnacional (Papademetriou, 2003).

Todavia, outros autores chamariam a atenção para o facto de não se tratar de um fenómeno totalmente novo, trazendo à discussão o conceito de diáspora que classicamente descrevia o deslocamento forçado, traumático e de dispersão de populações como os judeus (Cohen, 1997). Actualmente, esta noção ganha as incertezas e a fluidez dos novos tempos e marca presença no debate sobre a relação entre a globalização, estado-nação e transnacionalismo, para incluir fluxos transnacionais de pessoas, capitais, bens, produtos culturais e ideologias (Fazal e Tsagarousianou, 2002). Parecendo vocacionada para ilustrar as experiências migratórias em que estão implicados sentimentos de nostalgia de se estar longe de casa⁹, envolvimento nos destinos da terra de origem, hibridismo e identidades múltiplas, sem que signifique inexistência de sucesso nos países de destino (Khayati, 2008).

Estas novas evidências empíricas têm sido organizadas em diferentes conceitos desde que Glick Schiller propôs o conceito de campo social transnacional para descobrir os estilos de vida transnacional em que estavam envolvidos os migrantes que deveriam, por isso, ser entendidos como transmigrantes, os novos actores sociais da cena global que reivindicam direitos nos estados de origem e de destino:

Um padrão de migração em que as pessoas, embora se movimentem através de fronteiras internacionais e se instalem e desenvolvam relações sociais no novo estado, mantêm conexões sociais na esfera política da qual são originários. Na migração transnacional as pessoas literalmente vivem as suas vidas através das fronteiras internacionais. (...) Transmigrantes são pessoas que reivindicam e são reivindicados por dois ou mais estados-nações, nos quais estão incorporados como actores sociais, um dos quais é amplamente conhecido tratar-se dos seus estados de origem (1999: 96).¹⁰

Todavia, como refere Kivisto, a entrada do termo transnacionalismo no léxico das migrações internacionais, ao mesmo tempo que produziu um volume significativo de pesquisa nem sempre apoiada em evidências empíricas, o “conceito sofre de ambiguidade decorrente da competição entre noções que falham na especificação dos parâmetros temporais e espaciais do termo e na sua localização adequada face a velhos conceitos como assimilação e pluralismo cultural”¹¹ (2001: 549).

A revisão de Kivisto sobre a literatura do transnacionalismo aponta para seis concepções que se “sobrepõem ou entretecem”: como uma formação social com uma nova fronteira; como uma consciência de diáspora; como um modo de reprodução cultural que remete para noções como hibridismo e crioulização; como um caminho de circulação de capital, de organizações ou de remessas; como uma localidade de envolvimento político no destino e na origem; como uma reconfiguração da noção de localidade que, de uma visão localizada, passa ao entendimento de translocalidade (2001).

9 Traduz a noção de *home*, cujo significado complexo se associa a casa, terra ou país de origem para expressar a ideia de um espaço afectivo, mais do que físico.

10 Tradução livre da autora.

11 Tradução livre da autora.

A pesquisa mais recente sobre o transnacionalismo traz novos enfoques sobre estes fluxos migratórios que rompem as fronteiras nacionais, regionais, de cidades e aldeias, com implicações profundas nas noções de localidade, cultura e cidadania entendidos como fontes das identificações dos indivíduos e dos grupos (Faist, 2000; Castles, 2005). Fluxos outrora pensados como confinados ao estado-nação e que o paradigma do transnacionalismo situa nos debates mais amplos sobre a globalização, incorporando noções de conectividade, proximidade simultaneidade.

O conceito de espaço social transnacional proposto por Faist tem sido entendido como resultado de uma maior maturação científica e sofisticação teórica do transnacionalismo, permitindo distinguir os grupos transnacionais de parentesco, os circuitos transnacionais de comércio e empreendedorismo e as comunidades transnacionais (2000). Revela-se um instrumento consistente na captura e análise das experiências migratórias consolidadas em fluxos, redes e laços que aproximam comunidades dispersas geograficamente, através da circulação de pessoas, bens, capital, informação, cultura e modos de vida. Trata-se de um conceito que oferece o contexto sociológico onde decorrem as acções transnacionais, necessitando-se para os propósitos desta Dissertação de se introduzir o contributo de Rosenau que coloca a análise no nível individual para mostrar como os indivíduos agregam desejos e acções para gerar influências políticas nas sociedades de origem e de destino (1994).

O entendimento de Faist de que “os espaços sociais transnacionais são constituídos, por um lado, por várias formas de recursos ou de capital e pessoas espacialmente móveis e imóveis e, por outro, por regulações e várias outras oportunidades e constrangimentos impostos pelos estados-nações”¹² (2000: 192) permite entrever de que modo a migração transnacional representa hoje uma das relações mais críticas entre os estados-nações e a globalização.

Os autores têm problematizado esta relação através da discussão do conceito de cidadania, por vezes relacionando-o com o conceito de integração, para elucidar as relações que os migrantes transnacionais estabelecem com múltiplos estados-nações nos seus processos de identificação (cf. Koopmans e Statham, 2003). A esta problematização subjaz a ideia de que a aceleração da migração induzida pelo capitalismo global e a intensificação dos laços transnacionais promovem mudanças na cidadania e na consciência social (Castles, 2005), o que faz com que as sociedades contemporâneas se confrontem com três grandes problemas: o da cidadania, o do reconhecimento do direito dos *Outros* e o da integração dos migrantes (Cardoso, 2004).

Trata-se de uma problematização que se situa no debate mais amplo sobre o projecto de estado-nação do século XIX e como as nações pensadas como culturalmente homogéneas evoluíram de laços primordiais (Smith, 1986), são comunidades imaginadas (Anderson, 1991), construções do estado moderno (Gellner, 1983) ou assentam em tradições inventadas (Hobsbawm and Ranger, 1983). Consensual parece ser o entendimento do estado-nação como uma entidade cultural e política que providencia um sentido de identidade nacional.

12 Tradução livre da autora.

Antes de 1945, o projecto do estado-nação era pensado como a norma da organização humana da era moderna, todavia, actualmente defende-se a “diminuição do significado das fronteiras nacionais na produção e distribuição de objectos, ideias e pessoas”¹³ (Glick Schiller *et al.*, (1995: 49), sendo o nacionalismo de longa distância (Anderson, 1998) entendido como um exemplo de como uma comunidade transnacional pode formar uma identidade de diáspora subnacional e étnica que desafia o estado-nação (Cohen, 1997: 192-6).

De facto, a cidadania tem estado historicamente ligada à evolução dos estados-nações e, por essa razão, o seu significado é alterado constantemente (Faist, 2000). A questão é perceber como os migrantes transnacionais representam o que Appadurai designou por culturas e pessoas desterritorializadas que atravessam as fronteiras do estado-nação e possuem uma consciência de diáspora que não se confina às fronteiras nacionais (2004).

Os contributos para esta discussão não se têm limitado aos teóricos do transnacionalismo e não têm sido consensuais. O ponto de clivagem central distingue as posições mais excessivas, como a admissão do fim das identificações e lealdades nacionais preconizada por Soysal (1994), das posições mais alertadas para a realidade actual, como a de Koopmans e Statham que defendem que a condição de cidadania está sujeita às subjectividades dos migrantes, às condições criadas nos países de origem, como o reconhecimento da dupla nacionalidade, e aos regimes de nacionalidade e integração nas sociedades de residência (2003).

Segundo os princípios universais da democracia e do liberalismo, cidadania, no seu sentido amplo, é entendida como um estatuto de plena e igual pertença a uma comunidade política de auto-governo (Bauböck, 2002). Entende o autor que as relações entre estas comunidades podem, na actualidade, ser de três tipos diferentes: internacional, multinacional ou transnacional. As relações internacionais são externas e ocorrem entre estados independentes; as relações multinacionais são internas e ocorrem entre diferentes comunidades nacionais; as relações transnacionais referem-se à sobreposição de esferas de soberania, de pertença e da actividade política de governos independentes. As migrações através das fronteiras estatais podem envolver cada um destes três tipos de relações (Bauböck, 2002).

No seu sentido mais estreito, cidadania reduz-se à nacionalidade, isto é, a uma afiliação formal de pessoas aos estados. Com base no argumento que a migração internacional cria um desencontro entre território e cidadania, coloca-se a questão de se saber que direitos e obrigações podem os estados de destino atribuir aos seus migrantes sem interferirem na soberania e outros assuntos associados a legitimações liberais e democráticas da autoridade política (Bauböck, 2002).

Os vários níveis de pertença e de participação política que podem existir dentro de um estado-nação mostram que, na prática, a cidadania é distinta de um significado exclusivamente ligado à identidade nacional. Porém, está relacionada com um sentimento de lealdade perante o grupo, a comunidade, a sociedade civil, o estado, o que faz com que a cidadania esteja confinada a um direito

13 Tradução livre da autora.

de participação associada a uma identificação subjectiva e um sentimento de pertença a uma dada sociedade (Kastoryano, 1998). Isto porque existe um nível de pertença e lealdade – o nível do estado – que faz com que a cidadania seja, na essência, concebida na sua ligação com o estado como o único produtor de identificação, de pertença e de participação (Neveu *et al.*, 2007).

Assim sendo, a cidadania é uma forma institucionalizada de afiliações e constitui uma expressão de pertença plena e formal. Engloba uma série de transacções recíprocas que tecem laços entre o cidadão sujeito individual e o estado e é a percepção de pertença a um estado ou a uma nação ou a ambos, legitimada pelo reconhecimento público desses laços, que confere a identidade de cidadão (Faist, 2000).

Nesse sentido, a cidadania pode ser pensada como um instrumento institucional através do qual os estados incluem e excluem os indivíduos da comunidade nacional. Por um lado, a cidadania gera um sentimento comum de pertença a uma comunidade política, por outro exclui aqueles que não são considerados cidadãos, fixando-se a identidade nacional nas leis da nacionalidade (Ehrkamp e Leitner, 2003). Ser cidadão significa, assim, ter alguns direitos e deveres que os outros, os não cidadãos, não têm (Atikcan, 2006).

Os migrantes internacionais são frequentemente apanhados na contradição entre dois princípios de cidadania, o acesso aos direitos e a pertença a uma comunidade ou identidade (Basok, 2003). Os direitos assumem a universalidade, a uniformidade legal e a abstracção. Em contraste, as identidades continuam a expressar particularidades e são concebidas como estando ligadas a um dado território. Aos residentes estrangeiros pode ser simultaneamente oferecida a ligação a uma comunidade de cidadãos quando definida em termos de direitos e, negada a cidadania na mesma comunidade quando definida em termos de pertença e de identidade.

Mas a cidadania não é apenas um critério passivo de pertença a uma comunidade nacional de direitos e deveres conferidos pelo estado (Ehrkamp e Leitner, 2003). É também uma prática social que os indivíduos assumem para além do estado, através de instituições da sociedade civil e de acções civis. Cidadania torna-se uma noção complexa que pode ser utilizada para se referir o estatuto legal do indivíduo, para descrever uma forma de pertença a uma comunidade nacional ou a participação activa na esfera pública (Neveu *et al.*, 2007).

Na perspectiva da prática social, a cidadania desafia frequentemente o estado. As leis e os direitos de cidadania são o resultado de negociações, contestações e lutas entre o estado e a sociedade civil. A cidadania é activamente construída, praticada e interpretada pelo estado e pelas instituições da sociedade civil e acções civis. Deve ser entendida como uma construção a diferentes escalas: local, étnica, nacional, estatal, trans-estatal e supra-estatal (Yuval-Davis, 1999; Basok, 2003). A natureza polivalente e multi-escalar da cidadania tem nas cidades as arenas estratégicas para o seu desenvolvimento (Holston e Appadurai, 1999; Ehrkamp e Leitner, 2003; Fonseca, 2003).

Cidadania e nacionalidade tornam-se, assim, construções políticas e sociais. As suas fronteiras são definidas por períodos históricos e nas interações entre estado e sociedade e dentro da própria sociedade (Neveu *et al.*, 2007).

O modo como a migração internacional pode mudar a cidadania depende largamente das percepções que os estados e os seus cidadãos têm dos migrantes e do modo como constroem os significados de cidadania. O entendimento de migração como um fenómeno transnacional parece reforçar a concepção pluralista da cidadania que tem estado na agenda científica e nas agendas políticas, impulsionada pela globalização (Bauböck, 2002).

Tem, de facto, sido reconhecido que as actividades transnacionais dos migrantes obrigam a rever os significados clássicos de cidadania centrados no estado-nação e têm ajudado os estados a alterarem as suas políticas de cidadania, tornando-as mais plurais.

Um posicionamento mais radical sobre os efeitos da globalização e do transnacionalismo na cidadania é a adoptada por autores como Soysal que afirmam que a cidadania centrada no estado-nação está a perder terreno para um modelo de pertença mais universal com raízes na noção dos direitos humanos (1996). Defende o autor que os direitos que habitualmente os estados-nações garantiam apenas aos nacionais são agora partilhados com a população estrangeira por imposição de convenções internacionais, o que justifica a proposta do conceito de cidadania pós-nacional que separa os direitos e a identidade nacional contidas nas noções clássicas de cidadania e que se legitima mais na ideia da pessoa universal, do que na pertença nacional.

Porém, a tese de cidadania pós-nacional tem sido amplamente criticada por minimizar o controlo do estado-nação sobre a cidadania e não reconhecer que nem todos os direitos de cidadania nacional são igualmente distribuídos a todos os migrantes (Basok, 2003). As evidências empíricas revelam que os migrantes continuam a operar dentro das fronteiras dos estados de origem e de destino para reivindicar vantagens em termos dos recursos, direitos e privilégios que suportam a vida transnacional (Guarnizo, 2001). O estado continua a ser um repositório e garante dos direitos humanos e das responsabilidades face aos cidadãos, bem como o *locus* das actividades transnacionais dos migrantes que reivindicam mais direitos.

O facto é que são já bastantes as evidências empíricas que demonstram que muitos migrantes, individual ou colectivamente, agem face e nas suas sociedades de origem e de residência para adquirirem capital social, cultural, económico e simbólico para a realização de um estatuto de afirmação a várias escalas geográficas, como é o caso de guineenses recentemente descrito por Quintino (2010). É sabido que a globalização tem promovido uma procura crescente de estruturas transnacionais que ajudam os estados e os cidadãos a resolver questões que ultrapassam as fronteiras nacionais (Sweet, 2000).

De facto, os teóricos do transnacionalismo há muito defendem que o envolvimento dos migrantes em processos transnacionais estavam a fazer emergir novas formas de participação

política e económica orientada simultaneamente para os países de destino e para os países de origem (Kastoryano, 1998).

Um dos argumentos hoje apresentados é que a reivindicação do direito à diferença pelos migrantes que se instalam nas democracias Ocidentais e as identidades que se expressam nas suas experiências migratórias são reveladoras das múltiplas referências e formas de aliança que se tecem nas escalas locais, nacionais e transnacional (Brettell e Sargent, 2006). Outros alertam para o facto de que as reivindicações de direitos culturais e a expressão de identidades distintas nas sociedades de destino por si só não constituem evidências de transnacionalismo, sendo necessárias ligações constantes e intensas com os países de origem, sob a forma de remessas, programas de desenvolvimento e/ou participação política (Guarnizo, 2001; Koopmans e Statham, 2003).

Vários autores têm trabalhado esta questão da reivindicação de direitos e pertenças a dois ou mais estados, divulgando-se na literatura diferentes noções de cidadania para capturar esses novos significados de pertenças e direitos e suas implicações para os sujeitos migrantes e para os estados. Para além da noção de cidadania pós-nacional já referida, destacam-se noções como cidadania multicultural, cidadania múltipla, cidadania flexível, cidadania transnacional, cidadania dual, recentemente actualizadas por Glick Schiller e Fouron com a proposta do conceito de cidadania transfronteiriça (2001) que adquire maior sofisticação teórica em Glick Schiller (2005).

Para os propósitos desta Dissertação, o conceito de cidadania transfronteiriça revelou-se um instrumento útil para analisar uma experiência migratória guineense, porque responde à questão da construção de um espaço transnacional que conecta referências culturais dos países de origem e de destino nas identificações, significados e práticas de cidadania e porque integra o paradigma do pluralismo legal que tem sido usado por vários autores que reconhecem a participação dos migrantes em dois ou mais estados, definindo-se cidadãos transfronteiriços como “pessoas que vivem através das fronteiras de dois ou mais estados-nações, participam no regime normativo, no sistema legal e institucional e nas práticas políticas desses vários estados e agem em relação a mais do que um governo” (Glick Schiller 2005: 48).¹⁴

A crítica tem, contudo, alertado para os limites destas noções de cidadania orientadas para os países de origem e de destino, por traduzirem, muitas vezes, singularidades casuísticas, impondo-se mais pesquisa empírica (cf. Ho, 2008).

Para além de não se poder minimizar o papel dos estados na limitação das práticas de cidadania transfronteiriça (Kastoryano, 1998), os alertas têm vindo, sobretudo, da perspectiva do estado de destino. A condição precária em que vivem muitos migrantes nas sociedades de residência, as suas identidades minoritárias, a exclusão e o racismo a que estão sujeitos permitem admitir com Khayati que o conceito de cidadania transfronteiriça parece estar limitado à análise de experiências migratórias de sujeitos, sob a forma individual ou colectiva, com capacidade para contestar os estados de origem e destino, reivindicar direitos e participar (2008).

14 Tradução livre da autora.

De facto, a assunção de formas de cidadania de orientação dual tem exigido a discussão do conceito de cidadania na sua relação com o conceito de integração, também marcado por diferentes significados políticos e ideológicos. Isto porque o problema da exclusão social está no centro do nexo entre integração e cidadania (Guild, 2006).

Partindo da noção de Groot de que integração é o processo através do qual os migrantes adquirem direitos plenos e a possibilidade de participar na sociedade sem serem forçados a assimilarem-se na cultura dominante (2006), pode-se concordar com Almeida que a integração é uma “pluralidade vasta, aberta e mutável de estilos de vida, todos partilhando a cidadania” (1993: 830).

Todavia, estas noções de integração orientadas para a inclusão positiva de migrantes deverão ser olhadas do ponto de vista dos contextos políticos, sociais, culturais e económicos, remetendo-se para as diferenças no quadro legal, nas interações quotidianas entre nacionais e migrantes, nas variáveis sociais e culturais e nas atitudes em geral face à diferença, aspectos implicados nos significados e na prática da integração (Duchesne, 2003).

Já se disse atrás que a noção clássica de integração assenta em ideais assimilacionistas e tem por referência a Escola de Chicago das primeiras décadas do século XX. Esta concepção de integração procurava responder aos problemas sociais de adaptação dos migrantes ao novo meio, cruzando as dimensões variação étnica do tempo de assimilação e esquecimento das culturas de origem por parte dos migrantes (Basok, 2003). A construção tardia do Estado Norte-americano fundada nos ideais de igualdade e universalidade saídos da Revolução e o recrutamento exclusivo de mão-de-obra europeia sustentaram esta concepção assimilacionista de integração que excluía a diferença pensada como um problema social na adaptação.

Por seu lado, o advento do multiculturalismo nos anos 60 divulgou um conceito de integração que reconhece a igualdade de culturas como garantia da livre escolha das pertenças e que distribui direitos de acordo com as diferenças culturais, de necessidades e de desejos dos vários grupos de migrantes (cf. Apap, 2006). Nesta perspectiva, a inclusão dos direitos culturais é vista como uma forma de enfraquecimento da pretensão dos estados-nações em assimilar os migrantes à cultura nacional e de salvaguardar os laços com as culturas dos países de origem

A actual crise do multiculturalismo decorrente, não apenas de novas circunstâncias do pós-11 de Setembro, mas sobretudo do seu falhanço na inclusão social dos migrantes parece poder estar associada ao questionamento deste conceito de integração enquanto modelo de inclusão social dos migrantes, centrando-se hoje o debate nas diferentes dimensões de cidadania para avaliar níveis de inclusão e exclusão de migrantes.

Com base na assunção que o conceito de cidadania envolve a transacção de direitos e deveres que ligam os indivíduos ao estado-nação, Marshall identifica três tipos de direitos de cidadania: civil, social e político. Os direitos civis incluem a liberdade de expressão e igual protecção perante a lei; os direitos sociais são aqueles concedidos pelos programas estatais, como a educação pública, a saúde, os subsídios de desemprego e a reforma; quanto aos direitos políticos, incluem o

direito de voto e de se ser eleito (1973). A estes direitos, os multiculturalistas juntaram os direitos culturais como forma de protecção dos direitos das minorias e de preservação da diversidade cultural, que a crítica tem alertado para o perigo da essencialização das culturas e das identidades dos migrantes (Apap, 2006).

As análises focadas nestas dimensões têm evidenciado que o acesso à cidadania nos países de destino não decide necessariamente a melhoria das condições de vida dos migrantes, nem tão pouco garante a integração concebida pelos estados-nações (Basok, 2003). Os sistemas de valores, símbolos e sentimentos implicados nos significados que estados, sociedades civis e sujeitos migrantes atribuem ao que é ser cidadão e ao que deve ser integração e como se expressam nas experiências antes e depois da migração parecem ser parte do problema à volta destes conceitos e o seu nexos, ao qual esta Dissertação procura responder através do estudo de um caso empírico.

Uma conclusão provisória permite assumir com Penninx que a concepção de migração do ponto de vista do transnacionalismo “tem consequências directas na integração. Possivelmente, um migrante pode, num dado momento e pondo de parte a sua integração no local real da sua residência, estar também integrado algures, até nas abstrações como a comunidade transnacional”¹⁵ (Carrera *et al.*, 2006: 55). Justifica-se desviar o foco para a UE e situar a discussão sobre estes conceitos nos planos mais políticos e da crítica tendencialmente normativa, indagando se os significados e nexos entre migração, integração e cidadania revelam uma UE de cidadãos ou de *denizens*.

União Europeia dos Cidadãos ou dos *Denizens*?

São várias as teorias que concebem a UE como um “destino partilhado” ou uma “vontade de viver juntos” que relembra as inspirações que estiveram na origem da formação dos estados-nações europeus (Kastoryano, 1998). Esta concepção do espaço europeu como uma projecção do estado-nação a um nível supranacional remete para o tema da cidadania comum à história dos estados europeus e cuja tradição tem origem na Revolução Francesa, a partir da qual se dissemina a ideia de um projecto político centrado no cidadão (Cardoso, 2004).

Com o advento dos estados-nações no final do século XVIII e no início do século XIX, as noções de cidadania definem-se por dois princípios fundamentais: a equivalência entre o território e a comunidade nacional nele instalado e a pertença nacional como a fonte de direitos e deveres dos indivíduos e da sua identidade nacional. O que significa que o processo de construção do estado-nação moderno reuniu o princípio da nacionalidade e o princípio dos direitos no conceito de cidadania (Soysal, 1996).

Todavia, acontecimentos do pós-2ª Guerra e décadas subsequentes têm marcado mudanças profundas nos mais importantes componentes do conceito de cidadania na Europa hoje unida: a identidade e os direitos.

15 Tradução livre da autora.

Em primeiro lugar, a cidadania como conceito que expressa a relação entre o indivíduo, o estado e o território passou por uma transformação fundamental com a criação da cidadania europeia.

A possibilidade de definir a UE como uma unidade política gerou duas grandes questões nas ciências sociais: os modos de participação política numa Europa unida e a cidadania (Kastoryano, 1998). O antigo artigo 8º do Tratado de Maastricht define como cidadão da UE o indivíduo que é detentor da nacionalidade de um Estado-membro, ao qual garante a liberdade de circulação e residência e os direitos de voto à escala municipal com base na residência. Esta separação entre direitos e pertença nacional redefine o conceito de cidadania como extraterritorial, o que representa um desafio ao estado-nação concebido na origem como unitário e territorial.

O Tratado uniu a cidadania nacional à cidadania europeia que se projecta para além das fronteiras do estado-nação (Apap, 2006), mas os direitos que lhes estão associados apenas podem ser exercidos pelo cidadão da UE quando está ausente do seu país de nacionalidade (Guild, 2006).

Para além deste debate em torno da cidadania europeia que não cabe aqui escrutinar, embora os países europeus continuem a definir a cidadania à escala nacional, as leis que regulam a cidadania têm estado nas agendas políticas e sofrido ajustamentos. Os padrões da sua evolução têm respondido endógena e sistematicamente à pressão da migração internacional, à tradição legal, à estabilidade das fronteiras, à consolidação das instituições democráticas, aos encargos dos estados, a factores culturais e à história pós-colonial (Bertocchi e Strozzi, 2005), a que acrescem as influências cada vez maiores das convenções internacionais, designadamente dos direitos humanos (Ehrkamp e Leitner, 2003).

Após a 2ª Guerra Mundial, a Europa transformou-se numa região receptora de migrantes, contrariando a tendência de um século de continente emissor de migrantes. A dimensão e composição da população estrangeira na UE variam de país para país e é reflexo das sucessivas vagas migratórias do pós-2ª Guerra que, nas últimas décadas, se confundem com fluxos de refugiados e requerentes de asilo (Salt, 2006).

Em termos do impacto na cidadania e na integração de migrantes, destacam-se a vaga migratória associada à reconstrução dos países mais afectados pela Guerra e interrompida pela crise petrolífera de 1973 e a vaga migratória que se acelera com a queda da Cortina de Ferro em 1989 e se prolonga até aos dias de hoje.

Entre 1945 e os anos de 1970, as migrações internacionais na Europa foram reguladas pelo sistema dos trabalhadores convidados. Todas as economias mais industrializadas recrutaram trabalhadores temporários, sobretudo para trabalhos de baixa qualificação, na periferia da Europa, como portugueses, italianos, espanhóis, turcos e jugoslavos. A Inglaterra, a França e a Holanda também contaram com trabalhadores chegados das suas antigas colónias e que gozavam de direitos de cidadania (Castles, 1986). A introdução do princípio da livre circulação, em 1957, pelo Tratado de

Roma demonstra o interesse dos países receptores em promoverem a migração para responder à procura de trabalho por parte das suas economias em expansão.

A noção de trabalhador convidado referia-se então à categoria de migrante temporário e assentava no pressuposto que os migrantes recrutados para os trabalhos da reconstrução acabariam por regressar ao seu país de origem, terminadas as condições que geraram este movimento migratório, o que não viria a verificar-se. Vários factores contribuíram para os migrantes temporários se terem transformado em migrantes permanente, destacando-se a sua parcial integração nos sistemas de segurança social que proporcionava alguma estabilidade quando comparado com as condições nos países de origem, a impossibilidade de um estado democrático expulsar estrangeiros residentes legais e a pressão exercida pelas forças da sociedade civil pro-imigrantes.

Mas os estados europeus integraram estes migrantes como minorias discriminadas económica e racialmente. Garantiram um estatuto seguro de residência, mas não de plena cidadania (Atikcan, 2006), o que os empurrou para uma situação de exclusão social e discriminação e os trancou nas suas comunidades étnicas, transformando as sociedades europeias em realidades etnicamente diversas, mas socialmente divididas (Castles, 2006).

Por isso, Hammar designou estes migrantes de *denizens*, isto é, membros que, não sendo já cidadãos estrangeiros regulares, também não são cidadãos naturalizados no Estado de acolhimento (1998). Os *denizens* gozam quase plenamente de direitos sociais, económicos e civis, mas têm acesso limitado aos direitos políticos, são excluídos da participação e dos processos democráticos (Atikcan, 2006). Isto significa que a *denizenship* é oposta à plena pertença que a cidadania representa.

O final do sistema dos trabalhadores convidados é marcado pelas políticas de reagrupamento familiar que visavam a estabilização das comunidades entretanto organizadas e pelas medidas de incentivo ao retorno (Bonifazi, 2008). Iniciava-se um período de controlo das fronteiras e o crescente interesse e debate político sobre migração, integração e cidadania. Todavia, embora a segmentação do mercado de trabalho por efeito da reorganização das economias europeias tornasse as condições nos destinos menos favoráveis à migração de trabalhadores menos qualificados, factores de repulsão induzidos pelo aceleração desencadeavam novos fluxos migratórios que abalaram a Europa fortaleza.

A partir da queda da Cortina de Ferro em 1989 ressurgem novos movimentos migratórios no espaço europeu. A desintegração do Bloco de Leste, o colapso económico em muitos destes países e a instabilidade política desencadearam fluxos massivos do Leste para o Ocidente europeu; factores políticos e económicos posteriores às independências associados a velhos laços coloniais favoreceram fluxos volumosos com origem em África, Ásia, América Latina e Médio Oriente; a Itália, a Grécia, a Espanha e Portugal, tradicionalmente países emissores de migrantes, começaram também a receber migrantes; cresceram os fluxos de migrantes trabalhadores com padrões de qualificação variados; diversificaram-se novos fluxos irregulares e em rotas menos controladas; tornaram-se

significativos a migração ilegal, os números de refugiados e requerentes de asilo e o tráfico de seres humano (Brettell, 2003; Cardoso, 2004; Salt, 2006).

O sistema migratório europeu adquiria maturação e alargava-se. Embora de difícil medida devido a diferentes critérios nacionais de contagem e ao elevado peso da clandestinidade, estima-se que, na Europa, os 17,2 milhões de migrantes em 1960 cresceram para 64 milhões em 2005, atingindo na UE valores recordes entre 1975 e 1990, de 6 para 25 milhões de migrantes (Bonifazi, 2008). Portugal, que se transformou “num país de imigração” com os processos de descolonização e a chegada dos “retornados” na década de 1970, não foge à regra europeia e vê crescer e diversificar-se os fluxos migratórios (Machado, 2002; Quintino, 2004), registando um maior aceleração a partir da década de 1990, estimando-se em 2005 ter-se situado nos 763.700 migrantes, dos quais cerca 50 mil estavam em situação de ilegalidade (PNUD, 2009).

A UE assistia ao fenómeno da metropolitização das migrações internacionais. As metrópoles tornaram-se multiétnicas e multirraciais, constituindo a integração dos imigrantes um processo complexo e multi-escalar que se resolve, não apenas à escala nacional, mas também na relação entre migrantes e suas organizações e as instituições de governo local (Sandercock, 1998). O acolhimento de uma população culturalmente diversificada modificou padrões de comportamento que, por sua vez, alteraram conceitos como nacionalidade, integração e cidadania (Brettell, 2003).

De facto, desde 1960 que os estados da Europa Ocidental começaram a articular políticas que incluem, quer a regulação das entradas, quer a integração de migrantes (Hammar, 1998). Isto porque, ao contrário dos EUA que se constituíram como um país de migração de povoamento, a Europa é um continente de migração laboral.

Mas, se na área da regulação das migrações internacionais a UE tem conseguido convergir no sentido de uma política comum, as divergências são grandes no que à integração respeita, apesar dos esforços visíveis na Estratégia Europeia do Emprego que inclui medidas de integração de migrantes no mercado de trabalho, na Estratégia de Lisboa que dignifica o trabalho migrante e nas políticas de igualdade e de combate à exclusão social, discriminação e racismo.

Correndo o risco de simplificação, Boswell identifica três principais abordagens à integração no espaço comunitário: o multiculturalismo que facilita o acesso à cidadania; a cidadania social que transforma os migrantes em *denizens*; o Republicanismo de modelo francês que facilita o acesso à cidadania, mas não tolera as subjectividades étnicas e religiosas na esfera pública (2005). Todos estes modelos têm estado em crise nos últimos anos, verificando-se uma tendência para o assimilacionismo que tem colocado a questão de se saber quem incluir.

Este cenário de múltiplos significados de integração decorre de diferentes estruturas políticas de oportunidades oferecidas pelos Estados-membros aos migrantes, moldadas pela história, pela cultura, pela demografia e pelas taxas de migração observadas em cada momento (Atikcan, 2006). Nesses significados estão embebidas noções e práticas de cidadania que diferem à escala local e nacional, mas que também decidem a inclusão e a exclusão de diferentes sujeitos migrantes nos

seus esforços de agenciamento das suas experiências de integração e cidadania e de construção de identidades estáveis (Brettel e Sargent 2006).

Essas diferenças revelam-se nos resultados apresentados pelo Migrant Integration Policy Index (MIPEX) de 2007 e pelo *Relatório* do PNUD de 2009 sobre os índices de integração em países europeus, designadamente da UE, com a Suécia a destacar-se em todas as dimensões medidas e Portugal a conseguir, globalmente, o 2º lugar. Todavia, os resultados globais apontam fragilidades nas práticas associadas à aquisição da nacionalidade e ao acesso à participação política, apesar dos resultados favoráveis nas políticas de residência de longa duração, anti-discriminação, reagrupamento familiar e acesso ao mercado de trabalho.

É neste sentido que se tem afirmado verificar-se na UE “uma perversa inversão do nexo [entre integração e cidadania], uma vez que as políticas, medidas e requisitos de integração têm-se transformado em meios para controlar e aumentar a restrição à imigração”¹⁶, propondo-se substituir o termo integração, devido à sua carga ideológica negativa, pelo termo inclusão social, como forma de combater a “exclusão social”, o “tratamento desigual” e a “discriminação”, princípios inscritos nas Conclusões do Conselho Europeu de Tampere de 1999 (Carrera, 2006: 2).

Os autores que se têm debruçado sobre o nexo entre a integração e a cidadania na UE isolam diferentes dimensões nos seus discursos de crítica e tendencialmente normativos, colocando-se em posições muitas vezes contraditórias.

Para uns, o acesso aos direitos sociais com base na residência que os Estados-membros garantem aos migrantes não resolve o problema da cidadania, antes cria *denizens* (Hammar, 1998; Atikcan, 2006; Walker, 2008). Para outros, a inclusão do princípio de *jus domicili* que regula a permanência de longa duração dos migrantes que trabalham na UE assegura os mesmos direitos sociais e civis dos nacionais, permitindo a participação política à escala local de cidadãos de países terceiros (Niessen, 2006), embora excluindo-lhes de alguns direitos políticos (Koopmans e Statham, 2003).

O acesso à nacionalidade é outra dimensão do conceito de cidadania que tem estado num longo debate, desde que os trabalhadores convidados se estabeleceram nos países de destino. As oportunidades de naturalização decorrem das tradições associadas à ideia de nação que governam as leis da nacionalidade de cada Estado-membro, verificando-se uma certa tendência para a aplicação do aplicado princípio do *jus sanguinis*, inclusive em Portugal, o que tem sido referido como um constrangimento à integração e ao exercício de cidadania plena (Bertocchi e Strozzi, 2005; Apap, 2006). Todavia, também se tem observado que as razões que levam os sujeitos migrantes a naturalizarem-se são distintas daqueles aspectos mais emocionais e culturais da identidade, tornando-se a cidadania instrumental (Brettel e Sargent, 2006).

16 Tradução livre da autora.

São os defensores do conceito de cidadania pós-nacional que deslocam os direitos humanos para o centro do nexo entre integração e cidadania para mostrar que o facto de os migrantes terem adquirido alguns direitos em países da Europa e da América do Norte, “na prática continuam a sofrer de violações dos direitos humanos, apesar da existência de quadros legais que os protegem”¹⁷ (Basok, 2003: 1-2).

Nas últimas décadas, os discursos sobre os direitos humanos ganharam bastante popularidade, como parte de uma cultura pública global (Vertovec e Cohen, 1999; Faist, 2000). Os direitos humanos constituem uma ordem simbólica internacional, um enquadramento político-cultural e um conjunto institucional de normas e regras de um sistema global que orienta e constringe os estados (Basok, 2003).

Até recentemente, os direitos humanos não se referiam especificamente aos migrantes ou ao seu reconhecimento como um grupo vulnerável, tendo-se vulgarizado a crença popular que constituem um grupo à parte, sem os mesmos direitos fundamentais que os nacionais (Grant e Grant Solicitors, 2005). Actualmente, um princípio básico dos direitos humanos é que a entrada ilegal num país não priva um migrante dos seus direitos nem apaga a obrigação de protecção do estado, assim como concede aos indivíduos direitos tanto no país de acolhimento como no país de partida, incluindo o acesso a instituições judiciais e a eliminação de violações e discriminações no acesso à cidadania como uma medida para aumentar a segurança humana.

No caso particular da Europa, Soysal chama atenção para as implicações da extensão dos direitos humanos aos migrantes na linha que separa cidadãos e não cidadãos, com o argumento de ser a prova da erosão da cidadania nacional como principal fonte de direitos, tornando-se dispensável a naturalização, uma vez que as reivindicações podem situar-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1996).

Do ponto de vista do transnacionalismo, os “direitos pós-nacionais” têm sido entendidos como facilitadores da construção dos espaços transnacionais, uma vez que garantidos e legitimados os direitos ao nível global, menos os migrantes dependem do reconhecimento da pertença a uma nação para fazerem as suas reivindicações (Koopmans e Statham, 2003). Mas, a prática da cidadania, como já se referiu, está sujeita às estruturas de oportunidades proporcionadas pelos estados, em que o acesso à cidadania dupla é um ponto crítico na relação entre migrantes e estados de destino e de origem (Ehrkamp e Leitner, 2003), estes últimos, muitas vezes, ausentes dos interesses dos seus cidadãos que ficam e que migram.

Apesar das evidências empíricas sobre o transnacionalismo migrante se situarem, maioritariamente, no sistema migratório Norte-americano, particularmente relevantes no caso dos mexicanos (Gerstl, J e Mollenkopf, 2001; Fitzgerald, 2006), estudos recentes revelam sujeitos migrantes, individual e colectivamente, embrenhados em exercícios de produção de identificações e de cidadania integrados nas suas experiências que constroem um espaço social transnacional

17 Tradução livre da autora.

carregado de significados culturais, sociais, políticos e económicos (Khayati, 2008; Quintino, 2010). A nova agenda da etnografia das experiências migratórias de sujeitos individuais oferece boas orientações.

3 CONSTRUÇÃO DO TERRENO

Explorando a Nova Agenda da Etnografia das Experiências Migratórias

Os sujeitos transmigrantes têm levado os antropólogos a desviarem-se do foco nos grupos e culturas localizadas e das noções de terreno baseadas no lugar para se envolverem “no ‘imaginário da pesquisa multi-situada’, focalizando na circulação do discurso, produção de imaginários sociais e construção de redes transnacionais através de níveis de escala e conexão de pessoas no tempo e no espaço”¹⁸ (Hall, 2004: 109).

Já atrás referi que este estudo colhe o contributo da nova agenda da etnografia das experiências migratórias para explorar “as relações entre migrantes, localidades e culturas, sem [me] deixar adormecer na mira do global sozinho”¹⁹ (Fitzgerald, 2006: 1) ou na “ilusão da unidade” que encarcera o indivíduo numa única identidade vertida através de um grupo pensado como homogéneo (Meijl, 2008). Mas antes permite desviar a análise para o nível individual para observar como a cultura é hoje contestada por sujeitos “divididos entre uma situação localizada na qual cresceram e uma localização global para onde se movimentaram”²⁰ (Meijl, 2008: 185), sem deixarem de tecer múltiplas e complexas ligações entre países de origem e países de destino que “obrigam a revisitar assunções básicas acerca de instituições sociais como a família, a cidadania e os estados-nações”²¹ (Levitt e Glick Schiller, 2004: 103).

Fitzgerald descreve a nova agenda da etnografia como possuindo quatro características: assenta na construção de um terreno multi-situado que não precisa de incluir o país de origem, uma vez que os arranjos institucionais e transnacionais podem estar alocados nos países de destino ou até mesmo no ciberespaço; adopta uma abordagem bi- ou multi-nacional na análise das diferentes formas de laços transnacionais que fizeram emergir novos padrões de cidadania; integra a história para explorar as afiliações, os sentimentos, as formas de pensar e de agir e outras estruturas das sociedades de origem que os migrantes incorporam nas suas experiências de deslocamento; através de estudos de caso, concorre para a formulação de novos olhares teóricos sobre os processos de globalização e transnacionalismo das migrações internacionais (2006).

Estas orientações e outras leituras iniciais foram fundamentais na construção do terreno para obter informação necessária à análise e que respondesse aos objectivos traçados. Tinha a consciência que o terreno não é um mero lugar geográfico, mas sobretudo um espaço conceptual cujas fronteiras são permanentemente negociadas e construídas pelo sujeito antropólogo e pelos sujeitos que observa (Gupta e Ferguson, 1997).

¹⁸ Tradução livre da autora.

¹⁹ Tradução livre da autora.

²⁰ Tradução livre da autora.

²¹ Tradução livre da autora.

Por isso, segui de perto as pistas deixadas por outros antropólogos que têm estudado sujeitos migrantes com origem nos países do Sul e que se instalam em países da UE e adoptei uma estratégia metodológica qualitativa que triangula a pesquisa documental e a etnografia.

Moreira, entre outros, chamou-me a atenção para o facto dos métodos qualitativos visarem o estudo dos significados intersubjectivos, construídos e usados, elegerem formas flexíveis de captar a informação e recorrerem a uma linguagem conceptual e metafórica, bem como para as vantagens da triangulação na aproximação à realidade social (2007: 50 e 60). Tornou-se pertinente a afirmação de Burgess quando nos diz que os métodos de pesquisa qualitativos são determinantes para a compreensão das acções que os sujeitos participantes realizam, com base nas suas experiências de vida (1984, citado em Moreira, 1994: 94).

A pesquisa documental incidiu na revisão da literatura teórica sobre migração internacional, integração, e cidadania que permitiu situar a discussão dos conceitos na história dos contextos de construção da teoria, bem como nos discursos e práticas políticas e na crítica normativa na escala regional da EU. A análise dos significados e nexos entre esses conceitos foi essencial para perceber como o sujeito migrante os interpreta e representa na sua experiência migratória e que implicações têm nos seus processos de identificação e pertença e nas suas práticas de cidadania transfronteiriça. A estratégia de leituras, embora interdisciplinar como recomenda Favell (2007), privilegiou os contributos da antropologia sugeridos por Brettell (2007).

Também prestei particular atenção a estudos empíricos sobre migrantes em geral e guineenses em particular, revelando-se pertinente no questionamento de metodologias e abordagens teóricas, bem como no que refere às evidências empíricas quando comparadas com os meus resultados de pesquisa. A análise de documentos produzidos em sede política e pelo MIPEX refrescou a informação sobre discursos e práticas de migração, integração e cidadania na UE.

Há muito que estava avisada que as perspectivas do transnacionalismo me obrigavam a uma etnografia multi-situada para responder ao problema das escalas, “seguindo as pessoas” nas suas deambulações entre localidades (Marcus, 1995). Seria o próprio terreno a indicar-me formas de multi-situar a minha etnografia e de contextualizar os dados da vida social no espaço e no tempo.

De facto, o trabalho de campo não podia deixar de lado as recomendações sobre os actuais constrangimentos de espaço e de tempo e suas implicações na vida dos indivíduos e dos grupos. Não podia ignorar que a globalização tem alterado a apreensão do espaço e do tempo, “a possibilidade de visionar eventos espacialmente dispersos num único momento de tempo”²², tornando difícil perceber a linha que separa territórios, subjectividades e grupos (Gupta e Ferguson, 1997: 78). Tinha que estar alerta para o modo como a erosão provocada pela Internet tinha feito emergir translocalidades (Appadurai, 1995), “novas” localidades que sustentam estilos de vida social transnacional tão ou mais intensos, próximos e íntimos do que a vida social real.

²² Tradução livre da autora.

O meu terreno também se compõe de uma translocalidade, sem descuidar a proximidade e a intimidade reais associadas ao “lugar antropológico” e há muito incorporadas na produção antropológica. Didinho, assim se chama o sujeito migrante desta investigação, para os amigos e como fez questão de ser identificado nesta Dissertação, conduziu-me a localidades interligadas que me permitiram observar acções, imaginações, sentimentos e emoções associados a parte importante da sua vida que designa de “diáspora” e que o torna mais um nacionalista de longa distância do que um eterno migrante com nacionalidade portuguesa que se ocupa dos problemas de integração dos seus compatriotas. Refiro-me ao “seu” sítio Projecto Guiné-Bissau: Contributo, recentemente transformado em Associação Guiné-Bissau: Contributo, processo que só marginalmente cabe nesta pesquisa.²³

Investigadores, designadamente os antropólogos da ciber-antropologia, têm visto nas novas tecnologias de comunicação possibilidades de formação de comunidades imaginadas online. A Internet tem sido pensada como um importante contexto de “materialização” de espaços sociais transnacionais que possibilitam interações públicas e privadas, trocas de informação e entretenimento (Georgiou, 2003). Quintino, a propósito dos guineenses na diáspora, revela a importância dos “nós de relações sociais inter-individuais ou colectivas que colonizam o ciberespaço e que conectam ‘blocos nacionais’ dispersos por vários territórios ”que a migração global tornou disjuntos e que a ‘erosão provocada pela mediação electrónica avizinhou e fez surgir novas localidades, novos espaços culturais e novos sítios de envolvimento político” (2010: 92).

O Projecto Contributo constitui-se como uma translocalidade onde se cruzam e se conectam localidades próximas e distantes, através de fluxos intensos, que me permitiu observar territórios, subjectividades e relações sociais entretidas por Didinho, colocar-me na rede e partilhar o seu quotidiano feito de deambulações transnacionais online e as suas memórias da vida na Guiné-Bissau de outros tempos que guarda no sítio.

A observação traduziu-se na leitura de imagens, notícias, comentários, artigos de opinião, reflexões, discussões temáticas e notas biográficas postados com uma regularidade quase diária no sítio. Informação anónima, assinada pelo Didinho ou outros guineenses na diáspora sobre a vida política, económica e social na Guiné-Bissau, sobre os problemas da integração nos destinos e sobre os sucessos de guineenses espalhados na Europa, Cabo-Verde e EUA. Moreira cita o estudo do antropólogo Kertzer baseado em notícias e crónicas jornalísticas, onde o autor “afirma que a política se expressa através de simbolismos, e que se serve privilegiadamente de instrumentos simbólicos a fim de consolidar o poder e conquistar o consenso das massas” (2007: 156).

Esta referência de Moreira alerta-me para a riqueza deste tipo de fontes e levar-me-ia a considerar a possibilidade de trabalhar com um único informante. Nesta pesquisa, Didinho, um guineense a residir em Portugal há cerca de vinte anos, cabe menos na muito vulgarizada categoria

²³ Por uma questão de simplificação, passar-se-á a designar por Projecto Contributo, a menos que se justifique o contrário.

de informante qualificado e mais na categoria de “entrevistado especial” de Gordon também citado pelo mesmo autor na mesma obra, por duas razões.

Primeiro, porque se trata de um entrevistado informado, uma vez que ocupa uma posição social favorecida pela sua localização no que Quintino designa por “segmento urbano, instruído, qualificado, politizado e culturalmente mais híbrido” (2010: 82) e revela características pessoais de interesse e reflexividade em torno de assuntos da Guiné-Bissau em geral e dos guineenses migrantes em particular. Assumindo-se desde já as dificuldades no controlo dos desvios decorrentes de visões centradas em opiniões e experiências pessoais, parcialmente resolvidos através da triangulação dos dados da entrevista e dos dados recolhidos nos textos postados no sítio.

Por outro lado, o sítio produz ressonâncias do passado e presente da sociedade guineense e da diáspora guineense, tecendo um espaço social transnacional de múltiplas pertenças e vozes, apesar de limitado a uma certa elite. Nesse sentido, Didinho pode ser definido como “o indivíduo central [no espaço social transnacional], um nó através do qual a informação, recursos e identidades fluem”, mantendo “os outros indivíduos informados e conectados e que podem agir se os acontecimentos os motivarem”²⁴ (Levitt e Glick Schiller, 2004: 1007). O volume e distribuição geográfica do tráfico e o recente estatuto de associação que o sítio adquiriu são bem prova disso.

Mas não só desta translocalidade se construiu o terreno. A entrevista qualitativa permitiu-me cruzar outras localidades que também fazem parte do quotidiano de Didinho e seguir a sugestão de Anthias para focar nos mecanismos sociais envolvidos na produção das suas narrativas socialmente relevantes (2006) que Krzyżanowski e Wodak consideram ser um importante instrumento analítico para se conhecer as suas ligações emocionais e institucionais (2007), para capturar as percepções dos sujeitos transmigrantes geradas a partir da contextualização e interpretação das suas vidas entre o “aqui” e o “lá” e que trazem diferentes tempos e diferentes localizações para um mesmo campo de análise de forma a reflectir sobre as suas trajectórias (Costa, 2008).

Diversas sessões feitas sempre de encontros em espaços públicos, onde chegaram a aparecer amigos guineenses de Didinho, permitiram-me recolher as suas narrativas sobre as acções e experiências que decorrem antes e depois da chegada a Portugal, as imaginações em torno das raízes familiares e ligações a múltiplas localidades, identidades e nacionalidades e como se expressam nas suas práticas de cidadania em Portugal e na Guiné-Bissau. Fica, todavia, a mágoa de não ter observado o Didinho no seu contexto familiar e participado de forma mais intensa no seu quotidiano off-line, o que obriga a lidar com informação narrada e lida que não foi complementada por observação participante de modelo tenda no terreno físico introduzido por Malinowski.

As sessões de entrevista com Didinho decorreram num ambiente de conversa. De início usei um guião de entrevista, mas rapidamente me apercebi que seria mais avisado, apesar das limitações, seguir a sugestão de Moreira (2007) e adoptar a entrevista informal que facilitou o acesso à perspectiva de Didinho sobre a sua própria experiência e possibilitou maior liberdade na inclusão de

²⁴ Tradução livre da autora.

novos temas surgidos no decorrer das sessões.²⁵ O tempo foi um factor crítico, porque entre os afazeres profissionais e familiares, Didinho “isola-se” no seu sítio, onde passa muitas horas do seu dia., restando-lhe pouco tempo até para a sua vida social. Por isso, muitas dúvidas que surgiram durante a organização e análise dos dados foram esclarecidas através mais do correio electrónico do que do telemóvel, meios electrónicos de comunicação que se mostraram muito úteis.

São todos estes aspectos que tornam esta, como todas as outras, uma experiência de terreno única e sempre percebida pelos sujeitos de investigação de formas diferentes.

Reflectindo sobre o Encontro entre Sujeitos de Investigação

O desenvolvimento dos problemas de investigação raramente se completa antes que se inicie a recolha directa de informação (Amante, 2007). O acesso ao terreno é crítico:

Uma vez seleccionado o plano de pesquisa, definida a população e quais os elementos desta a estudar, o investigador tem que resolver um problema de maior importância: o do acesso. A Conquista do acesso à situação e pessoas do estudo representa efectiva e frequentemente um dos momentos mais difíceis da investigação social (Moreira, 2007).

O facto de ter estado na Guiné-Bissau por um período de vinte e dois dias, em 2007, levou-me a considerar algum tipo de proximidade com os guineenses, mas estava avisada que cada terreno é um terreno e não me livre do dilema do acesso à informação que me levou a utilizar os “corredores de acesso” de Lee citados em Moreira (2007). A minha orientadora “goza da confiança” da população guineense e conduziu-me ao Didinho.

Moreira refere como as expressões “vou p’ra terreno” ou “acabei de vir do terreno” já se vulgarizaram no léxico dos antropólogos para traduzir a luta incontornável que transforma uma experiência pessoal numa experiência científica (2007).

São várias as decisões a tomar quando nos confrontamos no terreno, um confronto permanente entre o sujeito empírico e o sujeito epistémico, numa relação emocional descrita num quadro cheios de perigos e riscos que podem inviabilizar a pesquisa (Quintino, 2004).

Na literatura, o primeiro encontro com o sujeito empírico é sempre descrito como um momento suscitador de dúvidas e receios que se prendem com diversos aspectos, nomeadamente, a aceitação associada ao estatuto de estranho que frequentemente categoriza o antropólogo no terreno. A atitude de Didinho viria a surpreender-me. Nos diversos encontros que ocorreram, revelou-se familiarizado com a situação criada pela entrevista, uma vez que também ele recorre ao trabalho de investigação para a actualização do seu sítio. Estava afinal perante um sujeito empírico que partilhava comigo a pesquisa sobre guineenses, mas em relação a quem eu tinha a consciência que não me consideraria *parinti*, uma guineense. Restava-me lembrar com Quintino

²⁵ Ver Guião de Entrevista no Anexo I.

a etnografia lida e fica-me a certeza que todo o antropólogo negoceia ser aceite pelo [sujeito empírico] e aspira ser capaz de ver a realidade cultural do [seu] ponto de vista (...) Não entrar no processo do *going native* que caracterizou a etnografia realista, mas saber *situar-se* (...) de forma a captar as suas interpretações sobre a cultura e a produzir a sua própria interpretação (Quintino, 2004: 87).

São vários os receios que acompanham o antropólogo no terreno. Ainda que devidamente equipado com as “certificações teóricas e metodológicas”, tem que contar com as regras que regulam as interacções e que podem obrigar a alterações no seu plano (Moreira, 2007). Devo dizer que me senti insegura sobre a viabilidade de aplicação do guião de entrevista, temendo que algumas questões ficassem por responder. A boa receptividade de Didinho face às questões que iam surgindo contribuiu para uma maior flexibilidade e até para o abandono do guião. As várias conversas que trocamos deram conta de um profundo interesse de Didinho na divulgação do seu sítio, situação que frequentemente nos catapultou para a translocalidade para observarmos em conjunto cenas de representação da pátria e da nação e do que é ser-se guineense, cenas de angústia nacional que se tornavam capazes de alcançar a geografia da diáspora, num tempo de ditadura de Nino Vieira assassinado em 2009.

Por isso, mesmo correndo o risco de muitos enviesamentos, os resultados apresentados nesta Dissertação resultam, do compromisso assumido entre o sujeito investigador e o sujeito investigado, entre a Alexandra e o Didinho, ao qual se acrescenta as minhas opções de método e de teoria filtradas pela literatura. A redacção das minhas observações assume essa multi-vocalidade reflexiva, cujos sujeitos têm uma identidade e experienciaram de forma diferente o terreno.

4 PERCURSO MIGRATÓRIO ANTES E DEPOIS DA CHEGADA A PORTUGAL

Tomando como ponto de partida o conceito de percurso migratório proposto por Rocha-Trindade para definir “o conjunto de passos, acções ou situações, dados ou experimentado por um indivíduo migrante, com relevância para o processo em que se encontra envolvido”, desde a intenção de partir até ao regresso à sua terra de origem (1995: 37), a análise do percurso migratório de Didinho antes e depois da chegada a Portugal articula aspectos de agência, contextos, factores macroestruturais e história recente e faz emergir da narrativa categorias de mobilidade que se confundem e se sobrepõem, como embarcadiço, turista, migrante laboral, migrante legal/ilegal, exilado ou expatriado.

Didinho é um caso de entre muitos outros migrantes guineenses que desde há 30 anos têm vindo a escolher Portugal como país de residência. O seu percurso é moldado por processos históricos e globais dos quais a mobilidade populacional em geral e a migração em particular fazem parte, como a colonização, a descolonização, a formação e construção do estado pós-colonial (Quintino, 2010). Processos que interpreta e representa de forma a dar coerência a acções e experiências pessoais vividas no passado e no presente que usa para projectar o futuro e que narra a partir da rearticulação de significados que atribui às suas raízes familiares, localidades, acontecimentos de partidas e chegadas, fixação da residência em Portugal e desejo de regresso ao país de origem.

Se, por um lado, a diversidade de histórias coloniais e pós-coloniais produzem diferentes impactos no volume, composição e duração dos fluxos migratórios actuais Sul/Norte e nas percepções e expectativas dos migrantes (van Amersfoort e van Niekerk, 2006), bem como na formatação dos discursos e práticas de cidadania nos destinos (Horta e White, 2009) e nas origens (Glick Schiller *et al.*, 1995), por outro, as narrativas sobre mobilidade e migração, mais do que relatos factuais estritos, “expressam hierarquias sociais e políticas, relações de poder, valores sociais e identidades, bem como conflito social e político em geral” (Kraler, 2005: 4), inscrevendo-se, assim, em processos mais amplos de produção de significados e possuindo, por isso, importantes dimensões simbólicas e imaginadas (Clifford, 1992; Gupta e Ferguson, 1997).

Didinho tem 49 anos, é casado com uma também guineense, tem duas filhas e um filho e toda a família tem hoje a nacionalidade portuguesa. Nasceu na cidade de Bissau, a capital onde residiu até aos 20 anos de idade e, como muitos outros guineenses, associa a sua origem aos processos de mobilidade e criouliização que caracterizaram a formação da sociedade colonial guineense (Ribeiro, 1986; Havik, 1995).

Filho de pais nascidos na Guiné-Bissau, Didinho traça a sua genealogia a partir de laços de parentesco com guineenses, portugueses, cabo-verdianos e angolanos, colocando-se no centro do

debate sobre o problema do hibridismo e da construção da identidade nacional nas sociedades pós-coloniais (cf. Toro e Heidemann, 2004), questão a que adiante voltarei:²⁶

Fez o antigo 7º Ano no Liceu de Bissau e, entre 1975 e 1980, completou o seu ciclo de formação profissional com um curso de judo ministrado por mestres da Coreia do Norte e da antiga República Democrática da Alemanha. Viria a tornar-se professor de judo na Escola Nacional de Judo, em Bissau e, em 1981, fez um estágio de formação de treinadores e árbitros da modalidade, organizado pela União Africana de Judo na Argélia.

A partir de 1981, a vida de Didinho seria marcada por mobilidade e encontro com outras populações e culturas, tal como muitos outros guineenses que desde o início do século XX viram na migração uma forma de escapar a condições económicas ou políticas desfavoráveis na Guiné-Bissau (Hochet, 1983; Galli e Jones, 1987; Machado, 2002; Quintino, 2004):

Quem viaja, anda embarcado, tem um privilégio, possibilidade de ter tudo e mais alguma coisa. Mas, tem também a possibilidade de constatar quem não tem. (...) Nós quando viajamos por outros países, dos mais evoluídos e dos mais atrasados, dos mais ricos e dos mais pobres, consegue-se, digamos, retirar referências sobre a verdadeira identidade social dos países (entrevista, 2008).

Queria continuar a estudar, mas quando dei conta que viajando estaria igualmente a frequentar uma grande escola, a Escola da Vida, não hesitei e “embarquei” na onda. Foi realmente um grande percurso formativo (correio electrónico, 2009).

O Golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 que derruba o Presidente de origem cabo-verdiana Luís Cabral e instaura o regime do guineense Nino Vieira tinha atirado a Guiné-Bissau para um período conturbado de tensões entre descendentes de cabo-verdianos e guineenses no poder instalado que tiveram como principais manifestações o sentimento anti-*burmedju*²⁷ e o fim da unidade Guiné e Cabo-Verde preconizada por Amílcar Cabral como um princípio central na constituição do PAIGC e na construção dos dois países, factores que desencadearam um fluxo migratório de quadros de origem cabo-verdiana com destino predominante a Cabo-Verde (Galli e Jones, 1987; Nóbrega, 2003):

Com o Golpe de Estado, tudo mudou e muita gente que lá estava que eram cabo-verdianos, mas que viviam lá e sempre estiveram, tiveram que sair porque praticamente o Golpe era contra as pessoas mais claras. Eles não assumem, mas é verdade. O Nino fez o Golpe para... dar poder ao povo guineense que estava a ser enganado pelos cabo-verdianos porque havia aquela proposta da unidade da Guiné e Cabo Verde e o Luís Cabral, que é meio irmão do Amílcar Cabral, apesar de ter nascido na Guiné, é filho de pai cabo-verdiano e mãe portuguesa. (...) ele [Nino] deu o Golpe de Estado para assumir o poder e todos os que eram ou tinham origem cabo-verdiana, que estavam na saúde e na educação, saíram e voltaram para Cabo Verde (entrevista, 2008).

É neste cenário de repulsão que Didinho, em 1981, partiu de férias para Angola no seguimento de um convite feito pelos tios que ainda hoje lá residem. Parte sem data de regresso e

²⁶ Ver Árvore Genealógica no Anexo II.

²⁷ *Burmedju* é a designação local que toma uma categoria de pertença que inclui descendentes de cabo-verdianos e outros mestiços e cuja origem se situa na sociedade colonial.

com o sentimento de abandono da pátria e acaba por transformar-se, já no destino, num migrante laboral:

Quando em Novembro de 1981 deixei Bissau (a linda cidade onde nasci e vivi durante vinte anos) rumo a Angola, não fazia ideia de quando iria regressar...

Nem queria pensar nisso, mesmo sabendo que ia só passar férias com os meus tios que lá residiam. A viagem começou a ser preparada de forma entusiástica um mês antes, quando os meus tios me enviaram o bilhete de passagem. (...) O entusiasmo no entanto, a uma semana da partida esmoreceu... Como deixar para trás, os meus pais, irmãos, familiares, amigos e sobretudo o país pelo qual sempre quis ter uma participação directa em prol do seu desenvolvimento? De repente, dei comigo no sério da questão e "olhei para trás", na esperança de encontrar uma única resposta, que me valesse a coragem de me ausentar, sem a sensação de estar a trair os que ficavam (Projecto Contributo, 2004).

Em Angola, a sua rede familiar providencia-lhe o acolhimento e a ajuda para arranjar trabalho. Fez uso das suas competências profissionais e trabalhou como treinador de judo, mas, em Dezembro do mesmo ano e com a ajuda do tio, ingressou na marinha mercante da Grécia, percorrendo os diferentes postos, desde cadete, até que, em finais de 1984, é promovido a oficial maquinista naval. Desde os anos de 1930, que se observa guineenses que migraram para o Senegal e trabalharam na marinha mercante (Machado, 2002) e é também como embarcadiço que Didinho viajou por mais de 60 países, incluindo-se, assim, noutra categoria de mobilidade.

Enquanto Didinho partia para Angola e depois viajava pelo mundo, outros guineenses migravam para a Europa, sobretudo para Portugal. Familiares e amigos de Didinho tinham também já partido.

São os processos de descolonização ocorridos após a Revolução de Abril que desencadeiam o primeiro movimento migratório com destino a Portugal que ficou conhecido pelo "movimento de retornados", uma vez que, globalmente, coincide "quase na totalidade" com o repatriamento da população nascida em Portugal e residente nas antigas províncias ultramarinas (Pires *et al.*, 1987: 181). Embora para o caso da Guiné-Bissau se admita um forte peso de famílias crioulas na sociedade colonial e que, em grande parte, beneficiaram do contexto político da época para aceder à nacionalidade portuguesa ou ao estatuto de estrangeiro com autorização de residência (Quintino, 2004: 113 e 125).

Novos factores de repulsão na origem, conjugados com os laços coloniais e as afinidades linguísticas e culturais, o estabelecimento em Portugal das primeiras famílias provenientes da Guiné-Bissau e o conseqüente desenvolvimento das redes sociais, viriam a desencadear fluxos de natureza laboral que crescem e persistem a partir de meados da década de 1980, com aumento crescente da migração ilegal (Machado, 2002; Quintino, 2004).

Bissau era à época um espaço urbano e escolarizado para onde se dirigia uma população de origem rural e camponesa que, depois, migrava para França, via Senegal, ou para Portugal (Machado, 2002; Quintino, 2004). A cidade exercia uma forte atracção populacional e transformava-se na principal localidade que unia a Guiné-Bissau à Europa e, particularmente a Portugal.

No ano de 1984, Didinho passou algum tempo de férias em Bissau, onde conhece a mulher com quem viria a casar-se em 1988, ano em que regressava de uma viagem aos EUA e ano de novas decisões migratórias que o afastariam da sua terra natal e o separariam mais uma vez da mãe e dos irmãos. O país tinha mergulhado numa profunda crise económica e social, gerando descontentamento e conflito. Didinho era apanhado nas malhas da intriga política à volta da competição pelas mulheres, acontecimento que é narrado com grande riqueza etnográfica e onde localiza as razões que forçam a partida da família para Portugal:

la sempre passar férias à Guiné e já nessa altura recebia ameaças de morte, porque, repare numa coisa (...). Eu tinha posses, eu levava coisas para a Guiné que não havia lá (...) era uma pessoa muito popular por ter sido treinador de judo, por ter muita amizade das mulheres que o Nino também tinha muita dor de cotovelo quando alguém, pronto, se envolvesse com alguma mulher. E ele queria ter todas as mulheres. (...) não havia muitos guineenses que trabalhassem no estrangeiro e que tivessem sucesso profissional, tirando aqueles que jogavam à bola (...) só aqueles que estavam no Governo, no Regime é que podiam ter alguma coisa e faziam muita confusão haver outras pessoas com posses mais do que eles e que pudessem andar assim à vontade no país.

A questão das mulheres foi muito importante durante anos na Guiné com esta gente de volta do mato (...) foi também um motivo para várias intimidações, várias torturas e até assassinatos de pessoas

Eu voltei esse ano [1988] para a Guiné foi mesmo para tirá-las de lá [mulher e filha]. (...) Fiquei lá pouco tempo. Foi o suficiente para tratar das coisas e depois vir-me embora [para Portugal] (...) mas a partir desta altura eu fiquei sempre naquela perspectiva de que “bom, esta gente um dia que me apanhe em qualquer lugar vai-se vingar daquilo que não conseguiu fazer” (entrevista, 2009).

Para além de permitir um enfoque nas relações de género e poder em tempos de ditadura pós-colonial que aqui não cabe desenvolver, a narrativa deste acontecimento descobre representações locais de migrante de sucesso e as tensões sociais provocadas nos países de origem e ainda revela como posições sociais vantajosas na origem podem transformar-se em factores de ordem política que forçam a decisão de mudar de país de residência, sem que se torne clara a linha que separa as categorias de migrante laboral, migrante legal/ilegal e exilado ou expatriado (cf. Rocha-Trindade, 1995).

A escolha do destino Portugal prendeu-se com “razões históricas, culturais e de sangue e, por ter a maior comunidade de guineenses no exterior”. A família chegou no dia 20 de Junho de 1988 com passaporte guineense certificado com visto de turismo por três meses, como era frequente chegarem os guineenses que vinham em busca de trabalho e acabavam nas malhas da clandestinidade (Quintino, 2004). Mas o seu percurso é interpretado como tendo tido rumo diferente, desde logo porque à chegada não se inclui na categoria de um migrante laboral encapotado de turista. O objectivo da mudança de residência para Portugal era reunir condições de maior segurança para a mulher e a filha, Didinho voltaria à sua vida de embarcadiço na marinha mercante e a legalização da residência logo se faria:

Quando se vem da Guiné, na altura, hoje não sei como é, não havia o visto de trabalho. Era o visto de turismo que, normalmente, toda a gente pedia (...) tinha um período de estadia cá em Portugal e depois desses três meses podia renovar, alegar, pronto, que o indivíduo já tinha sítio onde ficar, trabalhar, uma coisa qualquer. Mas não era o meu caso. Eu não vim cá à procura de trabalho. Eu tinha trabalho fora. Na Grécia.

O visto era de turismo à mesma porque eu como queria comprar uma casa e deixar cá a mulher e a filha e, tinha condições para fazer isso, pedi simplesmente o visto de turismo. Entretanto, ao comprar a casa e a mulher ficando cá, então ela iria tratar do problema do visto de residência (entrevista, 2009).

Retomando a sua narrativa sobre a origem familiar, o padrão educacional e profissional e as representações que faz do seu passado social e político no acontecimento das relações de gênero e poder, Didinho inclui-se no segmento de guineenses que já antes da chegada a Portugal apresentava características de “urbano, instruído, qualificado, politizado e culturalmente mais híbrido”, ao contrário de “um segmento de maior dimensão, com maior diversidade de culturas e identidades locais, baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional e pouco politizado” (Quintino, 2010: 82).

São características que tiveram papel importante no seu percurso depois de ter chegado a Portugal, onde outras circunstâncias o livrariam de entrar para o mercado de trabalho não qualificado na construção civil e de um padrão residencial de habitação degradada, como acontece com outros guineenses com essas mesmas características (Machado, 2002).

À chegada, Didinho não recorreu à ajuda da sua rede familiar ou qualquer outra rede social, porque “tinha a vida organizada e não foi preciso pedir ajuda”. Tal como os autores têm referido (Machado, 2002; Quintino, 2004), reconhece o papel das redes de parentesco e outras redes sociais informais e formais no favorecimento da migração, na decisão pelos destinos migratórios, no acolhimento e prestação de serviços aos recém-chegados, mas aproveita o tema para individualizar o seu percurso já em Portugal e representar a sua localização social na comunidade guineense:

A maior parte dos guineenses [está inserido em redes sociais], porque, primeiro, as pessoas vêm p'ra cá e não têm trabalho garantido (...) vêm, com uma mão atrás e uma mão à frente. (...) Aqui é mesmo uma necessidade (...). [As redes] são laços que têm retorno, (...) porque, agora ajudas-me a vir para aqui p'ra eu arranjar trabalho e depois, eu estando bem, também posso ajudar numa outra coisa, ou se for para um outro lado também posso ajudar, é assim que isto funciona.

Eu, na altura, em 88, comia e dormia (...) numa zona da Baixa (...) e já há vinte e um anos atrás pagava dois mil escudos diários só para dormir! Não era para qualquer um! Mas, agora quem é o guineense que chegava e vinha para uma residencial! (...) Primeiro, não vinha a família inteira como eu vim. Não tinham condições p'ra pagar essas passagens, não é? Vinha o marido ou vinha ela, cada um arranjava um trabalho, e depois, a pouco e pouco, juntavam dinheiro, porque também estavam a morar em casa de familiares e já não pagavam tanto, ajudavam numa coisa ou outra, e iam amealhar dinheiro até conseguirem mandar vir outro membro da família. Isso que eu fiz na altura não era qualquer um que fazia, não era (entrevista, 2009).

Nos primeiros tempos de instalação em Portugal, a família ficou hospedada numa residencial no Chiado por indicação de uma tia e porque era uma “uma zona de referência e de todas as acessibilidades”. O incêndio no Chiado a 25 de Agosto de 1988 alteraria os planos à chegada.

Nesse fatídico dia, a família tinha-se ausentado da residencial para visitar um primo de Didinho que estudava em Coimbra. As notícias do incêndio de imediato obrigaram à rápida viagem de regresso a Lisboa, embora fosse tarde de mais. Tudo tinha ardido, a sorte foi ter consigo os documentos e o número da conta bancária que tinha na Austrália. Naquela noite, não lhes restava outra alternativa que procurar outra residencial.

Este cruzamento do percurso de Didinho com a história da cidade de Lisboa desencadearia uma crise familiar. A perda dos haveres, a ausência de familiares próximos e uma gravidez inesperada levaram a que a mulher quisesse “voltar para a Guiné e eu disse ‘voltar agora para a Guiné não faz sentido’”. Didinho negoceia com a mulher e decide não regressar à marinha mercante grega e em troca a família fixaria residência em Portugal.

Novas decisões e novos rumos no percurso de Didinho e da sua família. Com a ajuda de um tio, alugou uma casa em Alverca, onde vive ainda hoje com a família, seguindo o padrão da suburbanização, mas rompendo com a tendência da concentração em bairros degradados, predominantemente na Área Metropolitana de Lisboa, observada nos migrantes laborais guineenses (Machado, 2002; Quintino, 2002). Com uma renda de casa “exorbitante” de 38.500\$00, viu-se obrigado a transferências sucessivas do dinheiro que tinha no banco australiano para fazer face às despesas da família e, ao fim de cerca de um ano, entrou para o mercado de trabalho com um ordenado de 43.000\$00, transformando-se num migrante laboral que percepção na fronteira entre a legalidade e a ilegalidade.

Na altura, decidiu requerer a nacionalidade portuguesa, para “salvaguarda da minha integridade física e humana, e devido ao facto de ter ascendência portuguesa por parte da minha mãe”, mas retira a esta decisão qualquer significado de renúncia da nacionalidade guineense, interpretando-a como forçada pela necessidade de protecção dos dados do seu registo de nascimento que temia poderem ser “eliminados” pelo regime de Nino Vieira:

Optei pela nacionalidade portuguesa porque era um direito, é e continua a ser. E repare (...) não há nenhuma lei, nem na Constituição guineense, que diz que o indivíduo está proibido de requerer outra nacionalidade. E eu não renunciei à nacionalidade guineense, atenção!

O Nino continuava no poder e eu com o meu passaporte nas mãos, mesmo caducado, mesmo não, tinha-o sempre. Agora se eu fosse à embaixada entregar o passaporte para eles actualizarem, não devolviam. E eu sempre tive isso em mente e disse, “posso ficar com outra nacionalidade, posso ficar com o meu passaporte guineense e bilhete de identidade sem serem renovados, mas tenho.” Ninguém pode apagar os meus registos lá no arquivo de identificação a dizer que este fulano não existe (entrevista, 2009).

Esta decisão que coloca Didinho entre, por um lado, a “ligação de sangue” a Portugal que herda do lado materno e que lhe facilita o acesso à nacionalidade portuguesa e, por outro, a “ligação umbilical” à “pátria-mãe” que o “pôs no mundo” e em relação à qual via o seu estatuto de cidadão nacional ameaçado viria a organizar o seu quotidiano como um transmigrante cujas identificações, pertenças e práticas de cidadania se configuram em relação a mais do que um estado-nação e que se empenha numa cidadania transfronteiriça mais orientada para a sua terra de origem (Glick Schiller, 1995 e 2005), aspectos que adiante se analisarão.

Retomando o seu percurso migratório, Didinho não se representa nunca como um migrante ilegal. Considera que o curto período que residiu em Portugal com o visto de turista caducado, enquanto aguardava a conclusão do processo de aquisição da nacionalidade portuguesa, foi provocado pelas circunstâncias do incêndio que precipitaram a sua permanência definitiva e, consequentemente, a entrada no mercado de trabalho:

Sempre estive legal, sempre (...) tive o visto renovado até quando houve o incêndio, depois tive que ficar cá e deixei expirar o visto e depois como também ia ficar mesmo em definitivo optei pela nacionalidade portuguesa, porque era um direito, era e continua a ser (...) não era conveniente estar aqui com o passaporte guineense e como estrangeiro porque, para já, tinha tido aquela ameaça do Nino na Guiné (...) que poderia voltar a condicionar a minha vida (entrevista, 2009)

Durante a década de 1990, a vida da família em Portugal estabilizou-se. Didinho arranhou novo trabalho como técnico numa fábrica de construção de máquinas em Maфра, onde permanece até hoje; a família inseriu-se em redes de sociabilidade constituídas por familiares e amigos guineenses, momentos de convivialidade que representa como rituais comunitários que permitiam lembrar o passado partilhado em Bissau, discutir a vida política, social e económica do país de origem e até mesmo reflectir sobre formas de ajuda aos que ficaram:

Tive pessoas da minha intimidade, que estivemos juntos durante a minha infância na Guiné, a minha geração quase toda veio para cá (...) em certa medida [foram importantes no estabelecimento em Portugal]. A comunidade é sempre bem-vinda. As pessoas da mesma terra (...) quando estamos longe é sempre bom, permite sempre falar do país, rever os momentos do passado, rever o que é que se está a fazer para ajudar o povo. Isso é importante.

Antes de entrar neste Projecto [Contributo] fazia convívios e ia lá muita gente à minha casa (...) eram convívios da comunidade (...) uma semana vinham à minha casa, noutra semana em casa d'outro (...) isso, os guineenses fazem sempre (...) todas as semanas há isso sempre (...) convívios de amigos, familiares (...) Hoje em dia, já há quem alugue recintos para fazer isso. Mas aqui há uns anos atrás era tudo em casa (entrevista, 2009).

À época, já associações guineenses se ocupavam dos assuntos da integração em Portugal e do desenvolvimento na Guiné-Bissau (cf. Quintino, 2010). Porém, Didinho não se envolveu no activismo associativo dos guineenses, mas não deixa hoje de tecer duras críticas a algumas associações que considera moverem-se por interesses pessoais dos seus dirigentes, de pouco contribuírem para a resolução dos problemas dos migrantes e, sobretudo, de não terem tido um papel relevante na oposição ao regime de Nino Vieira:

Há associações que dizem que vão resolver o problema dos imigrantes (...) e não se faz nada (...), por isso é que nós continuamos a ter, por exemplo, imigrantes ilegais, porque talvez se interessassem em sensibilizá-los, a indicar todos os mecanismos que podem recorrer para obter a legalização, talvez eles conseguissem fazer isso sem grandes problemas, sem sobressaltos, sem receios, sem nada.

Outras têm designações mesmo da ordem democrática, disto, daquilo, daqueloutro. Eu nunca os vi sequer fazerem um reparo a nível da governação, a nível dos direitos humanos. Porquê? Porque têm medo de serem conotados, pronto, “estes são opositos ao regime”. Não pode ser! Então, mas os problemas não existem? Está tudo bem na Guiné? (entrevista, 2009).

É talvez a sua “ligação umbilical” e orientação para os assuntos da Guiné-Bissau que justificam algum alheamento de Didinho relativo à sua “ligação de sangue” a Portugal e implicações significantes na sua integração na sociedade portuguesa actual, vertida na aquisição da nacionalidade portuguesa como “basicamente um recurso para a legalização”, embora admita as vantagens para o seu quotidiano e da sua família, sem deixar de denunciar as situações de racismo a que tem sido sujeito e de se posicionar simultaneamente nas categorias de pertença de luso-

guineense e de exilado, um expatriado guineense que faz parte dos “quadros na diáspora”, aspectos desenvolvidos mais adiante

É o descontentamento face a um modelo de associativismo guineense em Portugal, no qual não se revê, associado a sucessivos episódios de doença por alturas da Guerra Civil de 1988/99, ao agravamento da situação na Guiné-Bissau e à sua crescente e pública denúncia do regime totalitário de Nino Vieira que viriam a ditar algum afastamento de Didinho relativamente às sociabilidades guineenses e a sua simultânea orientação para a “causa guineense” que em breve abraçaria, através da imaginação de uma outra forma de manter a comunhão com os guineenses na diáspora e com a sua “pátria-mãe”. O desejo de um regresso adiado para participar na mudança da terra de origem seria mitigado com a criação do Projecto Contributo, usando a Internet para a construção de um espaço social transnacional que, entre os curdos na Suécia e em França, constitui-se como uma “premissa necessária ao desenvolvimento da prática da cidadania transfronteiriça” (Khayati, 2008: 5), tema que adiante retomarei:

Sim, eu tenho de voltar. O trabalho [Projecto Contributo] que estou a fazer é precisamente um trabalho que irá permitir que eu volte. Todos os que estão fora do país têm o problema de segurança e não têm a garantia de poderem ser úteis ao seu país. Indo para lá, na actual condição do país, poderia significar a sua marginalização. Mas é preciso não só falar de mudança, mas também participar na mudança. (entrevista, 2008).

5 ENTRE A “LIGAÇÃO UMBILICAL” E A “LIGAÇÃO DE SANGUE”

O percurso migratório descrito no capítulo anterior permite antever que Didinho faz parte da diversidade de sujeitos que hoje se movimentam através de fronteiras culturais e nacionais e que, por isso, já não se caracterizam por uma identidade singular, antes apresentam ligações complexas a múltiplas localidades, identidades e nacionalidades que não permitem a sua conceptualização apenas em termos das suas afiliações a um grupo específico com determinados atributos culturais ou étnicos (Anthias, 2006), nem apenas no interior de fronteiras nacionais tendencialmente naturalizadas (Levitt e Glick Schiller, 2004).

É certo que a identidade tem sido um dos temas fortes na antropologia, designadamente as identidades de migrantes exploradas na relação com a etnicidade. Porém, a crescente fragmentação do mundo social e cultural obriga ao abandono do foco no grupismo associado a noções unitárias e localizadas de identidade baseadas em assunções de homogeneidade, fixidez e estabilidade, uma vez que Didinho e outros actores contemporâneos estão empenhados em processos de construção de subjectividades em que estão implicados múltiplos significados e experiências de identificação, pertença e cidadania e diferentes sistemas de regulação (Anthias, 2006; Brettell e Sargent, 2006), desenvolvendo ligações instáveis e provisórias, e até contraditórias, a diferentes posições de sujeito incluídas em várias narrativas e práticas de cultura, identidade e nação (Hall, 1997; Meijl, 2008) e negociando com as sociedades de origem e de acolhimento (Glick Schiller *et al.*, 1992).

Estas bricolages de cultura, identidade e nação têm estado associadas a noções de hibridismo, criouliização, mestiçagem, fronteira, fluidez, multi-localidade, diáspora e pertença, noções que permitem escapar ao nacionalismo metodológico (Frello, 2006) e fazem parte da terminologia da antropologia transnacional (Hannerz, 1997), adquirindo centralidade nas análises sobre experiências de deslocamento dos sujeitos e assumindo uma variedade de estatutos analíticos e metafóricos (Eriksen, 2007).

Não é propósito desta Dissertação entrar na polémica sobre as diferenças ou justaposições das noções de hibridismo, criouliização e mestiçagem, admitindo-se que todas sugerem misturas culturais, mas rejeitando-se a ideia de que descrevem misturas culturais de duas purezas anteriores ou que revelam um fenómeno novo, uma vez que as culturas nunca foram puras (Friedman, 1999). Importa antes ressaltar tratar-se de noções associadas a “zonas cinzentas ambíguas localizadas no espaço entre categorias e fronteiras sob pressão e sítios privilegiados para estudar as interacções entre cultura e identidade”,²⁸ em contextos pós-coloniais de relações de dominação/subordinação e de hierarquias de pertença (Eriksen, 2007: 155).

É também importante reter que os espaços sociais transnacionais se constituem de modos de ser e de modos de pertencer. Ou seja, de um conjunto de práticas e relações sociais entre o “aqui” e “lá” que conectam categorias de identidade e que estão implicadas de forma regular no quotidiano

²⁸ Tradução livre da autora.

dos indivíduos – modos de ser transnacionais – e de práticas e acções que revelam que os indivíduos de forma consciente se identificam com categorias de pertença associadas à terra de origem e às sociedades de destino – modos de pertença transnacionais -, sem que signifique plena incorporação nos dois lados, antes simultaneidade de conexão (Levitt e Glick Schiller, 2004).

A narrativa que Didinho produz sobre si próprio e sobre as suas localizações de pertença fluem de múltiplas e contraditórias categorias de identidade e de pertença, laços emocionais e imaginários que ancora nas suas origens familiares híbridas e com os quais trabalha para desenvolver e interligar um sentido de quem é e um sentido de onde pertence que lhe permite embrenhar-se em práticas de cidadania transfronteiriça em que as lealdades nacionais são mais orientadas para a terra natal, tal como observado noutros transmigrantes por Anderson (1998) e Glick Schiller e Fournon (2001). São, contudo, pertenças instáveis percebidas a partir de identificações que nunca atingem uma “medida adequada”, nem nas sociedades de origem, nem nas sociedades de destino (Hall, 1996).

Amílcar Cabral é uma presença marcante na narrativa. Trata-se do herói fundador da nacionalidade guineense, assassinado em 1973, cujos discursos sobre a construção da identidade nacional baseou-se na divisa da Unidade e da Luta e na ideia de um colectivo de seres humanos com uma história comum e que partilha as mesmas aspirações, independentemente das suas identificações e pertença a uma “raça” ou a um “grupo étnico” (Sousa, 2008). Com origens familiares híbridas tal como Didinho, a sua ascendência cabo-verdiana colocou-o numa posição privilegiada para a defesa de uma nova consciência nacional que pretendia construir a partir da luta armada de libertação contra o domínio colonial português.

O hibridismo como versão de pertença transnacional (Anthias, 2008) é em Didinho anterior à sua chegada a Portugal, facto que o coloca no centro dos discursos públicos e debates científicos pós-coloniais sobre identidade nacional que contrapõem noções de pureza e noções de mistura de culturas e identidades (Eriksen, 2007):

Eu tenho uma particularidade. Muitos guineenses têm, já o Amílcar Cabral tinha. (...) A minha avó materna era guineense de gema, (...) toda a ascendência dela era mesmo originária da Guiné, etnia balanta. A minha mãe nasceu na Guiné, numa região de etnia fula, no leste do país. O meu pai também nasceu em Bissau. Mas o pai da minha mãe já tinha misturas, o pai dele tinha sido uma figura importante em Portugal e em Cabo-Verde e nasceu em Cabo-Verde, o meu bisavô. (...) Da parte do meu pai, a mãe dele era de Cabo-Verde e o pai dele, o meu avô, de quem herdei o apelido de Casimiro, era de Cabinda, Angola. Isto fez que ainda hoje muita gente que está no regime, quando não tem argumentos para contrariar o meu trabalho [Projecto Contributo], diz “Tu não és guineense! És de Cabinda!” Isto existe sempre. Os meus pais nasceram lá, viveram lá sempre, mas por uma questão de não terem argumentos, dizem sempre que vens de um sítio ou de outro. A unicidade, a identidade nacional está sempre em causa. É outra coisa que também tem de ser trabalhada porque mesmo guineenses puros há poucos. Mesmo em relação à minha avó materna que também era (entrevista, 2008).

Este excerto revela que a construção de um *self* através do diálogo entre múltiplas e contraditórias identificações e localizações de pertença de modo algum sugere a ideia da soberania

do sujeito na definição dos seus próprios posicionamentos, uma vez que estão também implicados processos de mudança nas fronteiras e hierarquias de pertença que resultam de alterações nos projectos políticos, económicos e sociais em termos das práticas reguladoras dos estados no que refere à exclusão ou inclusão dos indivíduos e dos grupos em categorias específicas ou híbridas de pertença (Anthias, 2008).

Na interpretação e representação que faz das suas origens familiares híbridas para definir as suas identificações e posições de pertença, Didinho convoca imaginários simbólicos do passado e do presente das sociedades guineense e portuguesa, surgindo na narrativa entendimentos de hibridismo já evidenciados na literatura, hibridismo como uma celebração do elitismo de grupos privilegiados capazes de instrumentalizar as possibilidades oferecidas pela transgressão das fronteiras territoriais e culturais (Friedman, 1997) e hibridismo como um legado colonial gerador de instabilidades na cidadania, identidade e nação nos estados pós-coloniais (Toro e Heidemann, 2004) ou favorecedor da inclusão de migrantes das ex-colónias em sociedades como a portuguesa (Horta e White, 2009).

O passado é representado através da exaltação do hibridismo, ou mestiçagem como prefere Didinho, contextualizado na celebração da diversidade cultural e étnica que caracteriza a Guiné-Bissau e cuja origem localiza no período pré-colonial, indo ao encontro do observado por autores como Nóbrega (2003):

É esse mosaico que torna a Guiné-Bissau um país complexo na aceitação de uns e outros como partes iguais de um todo que define a identidade guineense, e é igualmente essa diversidade étnico-cultural, numa abrangência caracterizadora do património humano do país, a sua maior riqueza e referência perante o Mundo. (...) Mestiçagem afinal é um percurso natural que ninguém poderá rejeitar nem inverter pois foi plantada com sucesso e tem dado frutos, também com sucesso, em todos os cantos do planeta terra. (...). Antes mesmo da colonização portuguesa que permitiu a expansão das raízes da mestiçagem na Guiné-Bissau, numa outra perspectiva de referência, a tonalidade da cor da pele, já havia misturas locais, fruto das deslocções de pessoas da Guiné para outros espaços e vice-versa, até porque fizemos parte de impérios regionais abrangentes e extensivos (Projecto Contributo, 2009).

Todavia, as origens familiares de Didinho remetem mais para “a expansão das raízes da mestiçagem” favorecida pela colonização portuguesa que colocam alguns dos seus antepassados na categoria de pertença de *bûrmedju* que Nóbrega considera ter constituído um grupo privilegiado situado numa posição intermédia entre as categorias de pertença de *brancû* e de *pretû*, na hierarquia de pertenças da sociedade colonial (2003). É numa posição social aparentemente privilegiada que Didinho representa a sua família numa sociedade colonial de modelo assimilacionista (Horta e White, 2009):

Eu estou a preparar uma publicação sobre ele [Bisavô materno]. Ele nasceu em Cabo-Verde, o pai era português e a mãe era cabo-verdiana, e veio para cá com seis anos de idade. Ele chegou a ser general do exército português. Era para ser ministro das finanças cá, era matemático e foi engenheiro fabril do exército, tendo inventado várias armas na altura. Era uma figura excepcional ao nível de qualidades. (...)

[O meu avô paterno que era de Cabinda] sempre falou português e o meu pai, fruto dessa relação e dessa educação com o pai dele, também foi habituado a falar sempre o português. A mãe do meu pai era de Cabo

Verde, era de São Vicente, e como Cabo Verde teve liceu primeiro que a Guiné, o meu pai foi enviado para Cabo Verde, e fez lá o liceu. Ele foi um dos privilegiados também com esta dos pais terem alguma posse. Por exemplo, a maior parte das famílias na Guiné, na maior parte das casas, a tradição era juntarem o comer numa única travessa, ou numa coisa para comerem todos juntos. Nós, não. Fomos educados desde miúdos a comer á mesa com garfo e faca, e foi sempre assim. Por isso é que há muita gente que diz assim: ah, vocês são uns assimilados. Mas, quem é que não é assimilado numa coisa ou noutra? (entrevista, 2009).

Com o Golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 reproduz-se a ideologia da metrópole portuguesa que pretendia, através da diferença, explorar as divergências na população guineense, mas que as novas condições políticas, legais e sociais colocaram a categoria de *bûrmedju* no rol das categorias “não viáveis como unidades de identificação porque são marcadas por deficiências fundamentais”, observadas por Trajano Filho nos “rumores que narram a nação” guineense online (2000: 25) e que Didinho considera ser uma perniciosa “intriga criada durante a Luta” pelas autoridades portuguesas que põe em causa o legado de Amílcar Cabral:

Hoje, ainda que alguns recusem aceitar que a motivação do Golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980, que derrubou Luís Cabral, foi pela mesquinha questão da definição de quem é ou não puro guineense, a verdade é que a própria Lei da Cidadania da Guiné-Bissau, bem como o artigo 63 da Constituição da República, documentos elaborados anos depois desse Golpe de Estado, são demonstrativos dessa tendência xenófoba e contrária ao espírito da Unidade e Luta, lema lançado por Amílcar Cabral e que galvanizou guineenses e cabo-verdianos, unidos pela mesma causa, para a vitória que permitiria as independências da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. (...)

Os efeitos dessa grande mentira fomentaram divisões na estrutura identitária guineense, contribuindo para a segregação dos designados “burmedjus”. (...) Mas haverá algum guineense capaz de explicar por que é que se define mais guineense de que outro, numa alusão às diferenças da cor da pele? Há quem diga que o Didinho não é guineense puro, simplesmente porque o Didinho é incómodo, pois obviamente, não é pela minha cor da pele (...) Nos dias de hoje só a conveniência política se serve da mestiçagem para diferenciar os guineenses (Projecto Contributo, 2009).

É de facto nas origens familiares híbridas de Didinho que se situa o que Hall designa por “crise de identidade” (1997), o seu duplo deslocamento, quer em termos do seu lugar relativamente à sociedade guineense actual que é discriminatória face à categoria de pertença de *burmedju* e restritiva face aos direitos dos migrantes que adquirem a nacionalidade dos países de destino, bem como na sociedade portuguesa onde se coloca simultaneamente nas categorias de pertença de luso-guineense e de exilado, quer em termos da perda do sentido de si próprio como sujeito integrado cuja vida se desenrola entre o “aqui” e o “lá”, entre dois mundos sociais e culturais distintos. Sem que isso o impeça de ser como outros sujeitos transnacionais que reivindicam a pertença a várias comunidades políticas nacionais (Vertovec, 2001) que os transformam em transmigrantes e cidadãos transfronteiriços (Glick Schiller, 2005).

Do ponto de vista da sociedade guineense actual, a “desconsideração cultivada por uma estrutura política e cultural manipuladora da identidade guineense, que utiliza a dimensão étnica para dividir o seu povo” não impede Didinho de narrar as suas identificações e pertenças a um colectivo guineense em que a metáfora da “mãe Guiné” ganha particular significado na narrativa, assumindo-se como uma entidade afectiva que associa ao chão pátrio onde nasceu e viveu até aos vinte anos, e ao

“umbigo” que o liga ao colectivo de guineenses, uma entidade construída a partir de usos do passado e do presente para imaginar o futuro e que é pensada como uma fonte de emanção de noções de identidade nacional, de cidadania e de patriotismo.

À distância, Didinho confronta-se com uma estrutura legal e política discriminatória que perfilha ideais xenófobos de pureza na definição de membro de plenos direitos e deveres da comunidade política nacional. Mas apesar disso e de “muitos guineenses me discriminarem por eu ser mestiço”, produz uma narrativa da identidade nacional guineense naturalizada na metáfora da “mãe Guiné” e associada ao fundador da nacionalidade, objectivando legitimar e tornar inequívoca a sua “ligação umbilical” à Guiné-Bissau e transmiti-la aos filhos como garantia da continuidade histórica de uma herança familiar que integra na história nacional:

A Guiné é a minha mãe, a minha pátria-mãe (...) Eu posso dizer, se não fosse a Guiné, não teria nascido! Porque foi lá que eu nasci! Eu, se não fosse a minha mãe, se calhar não teria nascido! Seria outra pessoa. Mas eu sei que nasci na Guiné, a minha ligação umbilical e materna é a Guiné, é a Guiné. É a Guiné que eu posso reclamar para mim e conceder aos meus descendentes. (...) O Amílcar, também era filho de pais cabo-verdianos, nasceu lá, foi a terra que ele pisou primeiro e amou, é guineense para todos os efeitos. (...)

O sentido guineense vai precisamente na questão umbilical. Por uma questão umbilical, não é só dizer de passagem, porque há portugueses brancos que nasceram na Guiné e que também não se identificam com aquilo! Porquê? Porque também não têm origens ancestrais guineenses, porque se tivessem faziam uma ligação, uma sequência dessas raízes. Por exemplo, nós, os nossos conterrâneos saiam, vão para qualquer lado e refugiam-se naqueles, os ditos guetos, não é? E obtendo ou não a dupla nacionalidade, não fogem à sua cultura, quer dizer, preservam sempre esse sentido guineense, e os seus filhos também (entrevista, 2009).

Não há espaço para outra caracterização que não a de guineense a todos os que nasceram na Guiné! (Projecto Contributo, 2009).

A narrativa de Didinho sobre os seus modos de ser e pertencer à terra de origem revela que os discursos de pertença dos migrantes não são apenas contingentes das sociedades de destino, como tem sido o foco de autores como Krzyzanowski e Wodak (2007). Os processos subjectivos de “identificação como” membro de uma comunidade e de “identificação com” um colectivo só se completam quando as estruturas políticas e legais validam o estatuto de membro verdadeiro e desejado e decidem, assim, a exclusão ou a inclusão e logo a cidadania, quer na sociedade de destino, quer na sociedade de origem (Glick Sciller, 2005). Embora se deva reconhecer que as dimensões sentimentais, culturais e simbólicas de pertença a uma identidade não ficam comprometidas, porque são distintas das dimensões políticas e legais de membro de uma comunidade nacional (Brettell e Sargent, 2006).

É por isso que para Didinho “ser guineense é mais do que ter o Bilhete de Identidade ou o Passaporte da República da Guiné-Bissau!”, “é o sentir, fazer parte, identificar-se como guineense, é o sentimento”, o “amor” à “pátria-mãe” e “o orgulho que tenho da Guiné”, o que faz com que prefira associar cidadania ao patriotismo e não ao nacionalismo reduzido à “questão da nacionalidade que é um documento, não é uma sensação”.

No interior da sua experiência migratória, Didinho imagina uma noção moderna de cidadania para a sua terra natal, tal como observado noutros guineenses (Quintino, 2010). Trata-se de uma versão ambígua do conceito de cidadania pós-nacional de Soysal que se legitima na ideia da pessoa humana (1996), mas que re-reúne os direitos e a identidade nacional do colectivo de “irmãos guineenses” na metáfora da “mãe Guiné” que se substitui, assim, ao estado como único produtor de identificação, de pertença e de participação (Neveu *et al.*, 2007):

O Mundo, através da mestiçagem tem estado a receber sinais "divinos" do que suposta e correctamente deve ser a definição única de homens e mulheres, ou seja: SERES HUMANOS! (Projecto Contributo).

A cidadania é precisamente a manifestação dos nossos direitos, dos nossos sentimentos também, aquilo que somos como humanos em relação a toda a uma estrutura material em que nos apoiamos porque a questão da relação entre irmãos também faz parte da cidadania mas num contexto da própria identidade do povo. O povo guineense.

Noutro aspecto, essa nossa mãe que é a Guiné, que é um espaço físico e geográfico, portanto, é ali que assenta, portanto, aquilo que é o nosso conceito de cidadania. É a valorização de todos os direitos, mas também de todos os deveres que nós devemos ter para com a mãe Guiné (entrevista, 2009).

A cidadania não é apenas um critério passivo de pertença a uma comunidade nacional de direitos e deveres conferidos pelo estado, uma vez que a restrição no acesso a direitos não inviabiliza a prática da cidadania que os sujeitos assumem para além dos estados, através de instituições e de acções civis de participação activa na esfera pública (Ehrkamp e Leitner, 2003) e de contestação dos estados de origem e de destino (Glick Schiller, 2005).

É neste sentido de cidadania como prática social que desafia constantemente o estado e que resulta de negociações e contestações a várias escalas (Yuval-Davis, 1999) que Didinho se define como “um cidadão político e não um político cidadão” para reivindicar o direito de participar na vida política da sua terra de origem:

É pela civilidade, conjunto de formalidades que os cidadãos observam entre si, quando bem-educados, que me defino e faço uso do meu estatuto de cidadão político. A cidadania, ou o direito de cidadão, implica a participação dos cidadãos na governação da nação, não fosse assim, como seria possível, por exemplo, políticos serem definidos como representantes eleitos pelo povo, se a esse mesmo povo, a quem não se pode obrigar a filiar-se em partidos políticos, movimentos associativos, etc., não se reconhecer o direito de opinar, questionar, criticar ou elogiar esses mesmos políticos partidários ou governantes? (Projecto Contributo, 2008).

Um cidadão que é titular da nacionalidade portuguesa e portador de documentos caducados de nacionalidade guineense e que reivindica o estatuto de dupla nacionalidade, sem que isso interfira no seu modo subjectivo de ser e de pertencer a uma identidade cuja matriz ancora na “mãe Guiné” e que não se perde, antes se reforça na experiência migratória. Como para outros migrantes na Europa observados por Bauböck *et al.* (2006), a nacionalidade guineense ganha um valor simbólico como elemento da sua identidade pessoal:

Sou, tal como muitos guineenses, portador de 2 nacionalidades: A Guineense, que após caducidade do meu passaporte, não mais renovei por problemas com o regime; e a portuguesa, por opção de salvaguarda da minha integridade física e humana, e devido ao facto de ter ascendência portuguesa por parte da minha mãe.

Podia, se assim o entendesse, obter a nacionalidade cabo-verdiana e a angolana, porquanto ter também essas raízes!

Mas não fiz essas opções, porque a razão da minha opção pela dupla nacionalidade tem a ver com o facto de poder residir num espaço geográfico em que não me sinta ameaçado em função das minhas ideias e do que escrevo e, nisso, Portugal foi a escolha acertada.

Nunca beneficieei da nacionalidade portuguesa para nada que não fosse a minha permanência em território português!

Ao invés, nunca deixei de me assumir como guineense, mesmo perante as autoridades portuguesas que conhecem o meu estatuto de dupla nacionalidade (Projecto Contributo, 2009).

E é como cidadão guineense que imagina uma comunidade nacional moderna para a sua terra natal construída a partir de uma "identidade multi-étnica e multi-cultural" que resgata da memória do fundador da nacionalidade e recorda "na hora do adeus a Luís Cabral", o primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau, gerando uma continuidade histórica interrompida pelo regime de Nino Vieira e que volta a ligar o passado, o presente e o futuro da nação guineense. Neste processo, Didinho coloca-se na posição ambígua de pertença à categoria de mestiço que essencializa como tradição localizada na fundação da nacionalidade guineense e à categoria de cosmopolita associada a ideias globais de multiculturalismo e que Anthias entende como mais uma versão transnacional de pertença (2008):

A Guiné-Bissau, quer se queira, quer não, é um país Multicultural onde não pode haver lugar para "minorias étnicas" ou guineenses de 1ª e de 2ª classe. Na hora do adeus a Luís Cabral, foi positiva a demonstração da Guinidade assente na Multiculturalidade! (...)

Amílcar Cabral, o fundador da nossa nacionalidade guineense era mestiço! (...) (Projecto Contributo, 2009)

A luta, a libertação, a mobilização que o Amílcar fez com base nesse conceito de unidade e luta, e que conseguiu juntar guineenses de todas as etnias, e cabo-verdianos também, foi o corolário, portanto, foi a demonstração que é possível realmente unir os guineenses e fazer com que eles se olhem todos como guineenses. (...)

Por isso é que eu falo neste artigo sobre a mestiçagem que isto é um fenómeno global, que é aquilo que eu defino como a globalização na nossa vertente humana, que o mundo não pode contornar. Isto vai espalhar-se por todo o mundo, é uma semente que foi lançada com sucesso e que tem dado frutos com sucesso (entrevista, 2009).

Mas Didinho também não deixa de narrar os modos de ser e de pertencer à sociedade portuguesa. As suas origens familiares servem para justificar, por um lado, as "razões históricas, culturais e de sangue" que o levaram a optar por Portugal como destino migratório e, por outro, a sua "aproximação ao lado português que é uma relação familiar, não é uma relação umbilical", a "ligação de sangue" que associa ao tempo e ao espaço coloniais da "expansão das raízes da mestiçagem" e usa no processo de aquisição da nacionalidade portuguesa. A sua narrativa reforça a ideia de que a nacionalidade, a identidade e a pertença não são coincidentes para os migrantes, assim como os seus modos de ser e de pertencer às sociedades de acolhimento estão sujeitos à aceitação e reconhecimento por parte dos seus membros (Vala *et al.*, 2003).

À sua chegada a Portugal, depara-se com um novo regime de cidadania que privilegia o *jus sanguinis* e suporta uma nova "concepção de nação como uma comunidade imaginada de

descendentes que transcende as fronteiras territoriais”²⁹ para incorporar os portugueses da diáspora, mas que é ambígua na incorporação dos migrantes das ex-colónias, situação que só se alteraria na década de 1990 com os discursos da lusofonia (Horta e White, 2009: 49).

Mas ainda beneficia da Lei da Nacionalidade de 1981 que concedia a nacionalidade portuguesa a descendentes de portugueses até à terceira geração, por isso se refere a uma “ligação de sangue que é um direito que eu já tinha e foi, neste caso, activá-lo”. A comparação e a hierarquização ganham particular importância na narrativa sobre os modos de ser e de pertencer à sociedade portuguesa que imagina poder ser também potencialmente discriminatória na linha da cor da pele e, logo, comprometedora do discurso de pertença da filha mais nova nascida em Portugal:

A nacionalidade portuguesa ainda que seja por laços de uma ligação de sangue, foi uma opção. A nacionalidade guineense não foi uma opção. É algo natural, não foi uma opção. (...)

Sim, sou mais guineense. Até tenho mais raízes cabo-verdianas do que portuguesas e também não me defino como cabo-verdiano. A aproximação a Portugal existe, que é uma relação familiar, não uma relação umbilical. É diferente. O familiar, por ter origens, tal como tenho de Cabinda. Agora, em relação aquilo que posso reclamar para mim e conceder aos meus descendentes, também neste caso, é a Guiné. (...)

Por exemplo, no caso da minha filha mais nova, ela pode dizer “não, eu identifico-me mais com Portugal. (...)

Mas agora o problema que está aqui é que também, tal como eu, que muitos guineenses discriminam por eu ser mestiço, ela também pode ser discriminada aqui pelos portugueses brancos “sim, mas tu nasceste cá, mas tu, as tuas feições ou outras coisas não são da referência aqui do nosso continente” (entrevista, 2008).

Parece ser a ambiguidade da noção de hibridismo como um campo simultaneamente de possibilidade e de instabilidade na negociação das categorias de identidade e de pertença, ou talvez como expressão de uma “ligação de sangue” a Portugal que não contém as dimensões emocionais, culturais e simbólicas da “ligação umbilical” à terra natal que Didinho trabalha outras categorias de pertença para se posicionar na sociedade portuguesa. A categoria de luso-guineense em que Machado inclui guineenses de nacionalidade portuguesa ou portugueses de origem guineense que residem Portugal (2002) e a categoria de exilado que faz parte de um campo semântico que na literatura surge associado aos discursos de diáspora (Vertovec e Cohen, 1999; Brubaker, 2005).

A interpretação e representação que faz da sua posição na sociedade portuguesa é elaborada a partir da analogia com a situação de Luís Cabral, ex-Presidente da República da Guiné-Bissau deposto com o Golpe de Estado que leva Nino Vieira ao poder e a quem foi retirado o passaporte guineense pelas autoridades do país e que também se viu forçado a fixar residência em Portugal:

Isto para dizer, Alexandra, que, por exemplo, no pós- Golpe de Estado veio a saber-se que ao Luís Cabral foi-lhe retirado, inclusivamente, o passaporte. Ele quando veio para Portugal também ficou exilado, mas como ele também tinha as raízes portuguesas da parte da mãe, cabo-verdiano da parte do pai, conseguiu ficar aqui e é nesta circunstância que ele, acho, que está na situação de luso-guineense também (entrevista, 2009).

²⁹ Tradução livre da autora.

Este seu deslocamento entre “aqui” e “lá” revela a fronteira instável entre o ser e pertencer e o não ser e não pertencer à sociedade portuguesa que denuncia a sua orientação à terra de origem e desenvolve noções de necessidade de práticas, relações sociais e acções implicadas na construção dos seus modos de ser e de pertencer oscilantes entre manter uma distância afectiva em relação à sociedade portuguesa e imaginar uma consciência de diáspora partilhada com os quadros guineenses dispersos em vários destinos.

De facto, Didinho detém-se pouco nas ligações “históricas, culturais e de sangue” que o trouxeram para Portugal e facilitaram o acesso à nacionalidade portuguesa. Mesmo colocando-se na categoria de luso-guineense, a narrativa resvala sempre para a sua “ligação umbilical” à terra natal, tornando difícil conter o fluxo apaixonado de informação, mas constitui uma boa evidência empírica da sua preferência para se apresentar sempre como um nacional guineense “em qualquer situação e lugar”, independentemente de ter o seu passaporte e bilhete de identidade caducados, mas que num futuro mais oportuno renovará.

Por isso, a nacionalidade portuguesa é representada como “meramente uma formalidade para a nossa estadia aqui” que não põe em causa o que Brettel e Sargent definem como os aspectos mais emocionais e culturais da identidade (2006) e que Didinho associa à sua terra de origem. É essa percepção da nacionalidade portuguesa como um instrumento que sustenta o significado que atribui à sua integração baseada quase exclusivamente no acesso a direitos sociais que “mesmo na qualidade de estrangeiro poderia usufruir”, transformando-se mais num *denizen* de Hammar (1998) do que num cidadão luso-guineense. Não deixa, contudo, de ser interpretada como uma “porta aberta” para o mercado de trabalho e mobilidade na UE, embora prefira sobrevalorizar o gozo da liberdade de expressão e o facto de assim evitar, quer as renovações periódicas da autorização de residência, quer as idas à Embaixada da Guiné-Bissau para renovar o passaporte, correndo o risco da sua confiscação.

Didinho resvala entre, por um lado, o cidadão luso-guineense que possui o cartão de eleitor e sempre exerceu o direito de voto, não apenas porque “para alguém como eu que defende estas coisas todas faz todo o sentido votar”, como também para incentivar “os meus heterónimos guineenses a votarem lá” e, por outro, o migrante guineense que há vinte anos tem a nacionalidade portuguesa e vive em Alverca, mas cuja localidade de referência afectiva continua a ser Bissau, a sua casa que associa às experiências, memórias e histórias que transporta consigo e estão implicadas no seu quotidiano:

Foi ali que vivi [Bissau], vivi vinte anos [pausa]. Isto, vamos a ver, parte de toda a minha história foi feita na Guiné. Foram vinte anos de história. Eu vivo vinte anos, há vinte anos em Alverca, e não conheço Alverca! Nos primeiros anos, como trabalhava ali na zona, ainda saía, tinha tempo, chegava cedo a casa, ainda saía às vezes. Agora vou para Mafra [trabalho], saio de manhã cedo, chego à noite. Só ao fim de semana, como não trabalho, é que vou ao supermercado comprar uma coisa ou outra, e pronto. Não me identifico com nada dali! Fui para Mafra, para Alverca, como podia ter ido para outro lugar. Mas se voltasse para Guiné, fazia questão de escolher, porque tenho raízes, tenho ligações, tenho recordações, tenho memórias e tinha, teria alguma preferência [Bissau]. Mas aqui, não (entrevista, 2009).

Mas o seu quotidiano actual, como no passado, articula universos culturais portugueses e guineenses embrenhados na “expansão das raízes da mestiçagem” que marca a história das sociedades guineense e portuguesa, mas que parece não renovar no presente etnográfico.

Tal como para Bauböck *et al.* (2006), o conhecimento da língua portuguesa é interpretada como um factor de integração na sociedade de acolhimento, mas é representada como uma “herança nobre de cinco séculos de história” que projecta a Guiné-Bissau na cena global e um património familiar dos tempos da casa dos pais e da escola da sociedade colonial que em Portugal usa na edição de textos no “seu” sítio e é no seu quotidiano público “meio caminho andado” e evita “sermos ainda mais desvalorizados e desconsiderados”. Não deixa, contudo, de exaltar o significado do crioulo como aglutinador da diversidade linguística e de laços de afectos entre todos os guineenses, um património linguístico que também transmite às filhas no seu quotidiano familiar, do mesmo modo que lhes oferece uma mistura de universos gastronómicos portugueses e guineenses com predominância para os imaginários da terra natal:

No contexto guineense ambas são importantes [português e crioulo]. Amílcar disse uma vez que a língua portuguesa é a maior e a melhor herança que herdámos do colonialismo. Mas o crioulo tem muita importância porque é realmente a língua que nos une a todos, a todos os guineenses onde quer que estejam e que nunca esquecem. [Em casa] falamos português com elas, tudo bem, mas falamos crioulo. Elas ouvem e têm aprendido, não falam mas ouvem, e seguem tudo. (...)

Na Guiné também havia classes (entre aspas), as pessoas foram habituadas desde sempre a fazer a comida também que os portugueses faziam, e por aí fora (...) Isso continua e mantemos esses hábitos, não é? Utilizar os condimentos e os produtos portugueses, também se faz. Mas aqui, há sempre aquela sensação de, bom, vamos trabalhar e almoçamos nos refeitórios, ou uma coisa qualquer, e ali não há esse tipo de comidas nossas. Então para os fins-de-semana, ou mesmo durante a semana, à noite, ao jantar é quando fazemos as comidas da terra, elas comem, gostam disso tudo. Não há, não há aqui, digamos assim, um seguimento daquilo que é dado a conhecer como cultura portuguesa, não. Pelo contrário, fazemos tudo com base naquilo que nós cultivamos na Guiné (entrevista, 2009).

Na reavaliação que faz dos seus modos de ser e de pertencer, Didinho faz um interessante exercício nas fronteiras de múltiplos universos simbólicos e significados culturais para estabelecer as suas hierarquias de pertença. Através da imagem de um jogo de futebol entre selecções nacionais, “seria 100% favorável à Guiné, mas, se fosse Portugal a jogar com outro país africano, era capaz de apoiar Portugal”, porque apesar de se identificar como um africano, trata-se de “uma relação de séculos, de sangue, de familiaridade, de construção”.

De construção de uma experiência partilhada da língua e cultura portuguesas durante cinco séculos que criou vínculos afectivos entre os países lusófonos, gerados pela história colonial portuguesa e que alimentam o desejo futuro de Didinho colaborar com a CPLP, porque “nós também temos laços de sangue, de descendência de guineenses que estiveram nesses países” e hoje é também “uma questão de concertação” em torno das políticas de integração dos migrantes lusófonos a residir em Portugal. Mas também de construção de uma mudança que os migrantes lusófonos entretecem com a sociedade portuguesa actual evidente desde logo no acordo ortográfico que mostra

que “o português já encaixou muitos termos novos oriundos dos países africanos e do Brasil” que, com Portugal, constituem a CPLP.

Mas a narrativa da pertença luso-guineense também se faz de outras mudanças na sociedade portuguesa geradas pela presença de migrantes. O referente é a crítica à integração e as contaminações de discursos de discriminação e racismo já divulgadas por autores como Machado (2002) e Quintino (2004) e entendidos como resultado de processos de rotulagem social por parte da maioria que, por um lado, estigmatizam os migrantes com fenótipo distinto e, por outro, favorecem a preservação de laços com as tradições culturais que estimulam a coesão social (Malheiros e Mendes, 2007). São condições estruturais de pertença desfavoráveis que têm sido observadas noutros contextos como limitativas da ligação afectiva dos migrantes às sociedades de destino (Krzyżanowski e Wodak, 2007).

Didinho aponta a complexidade e delongas nos processos de legalização e de aquisição da nacionalidade, dos quais não ausenta, nem as “redes” de falsificação de documentos que justificam a complexa e longa confirmação dos dados por parte das autoridades portuguesas, nem as questões culturais que, mais do que o desconhecimento do funcionamento das instituições e o medo, condicionam a acções dos guineenses, mesmo sabendo os benefícios e os direitos a que podem aceder. Todavia, embora reconheça que a actual estrutura política e legal favorece os migrantes lusófonos na partilha com os portugueses dos direitos sociais e do direito à participação política à escala local, chama a atenção para as condições de exclusão dos guineenses nos bairros, imaginando-os como os *denizens* divulgados na literatura (cf. Hammar, 1998; Koopmans e Statham, 2003; Atikcan, 2006):

As leis que têm sido feitas, portanto, todas as novas actualizações, isso é tudo positivo. Mas o problema é realmente, não é só, haver um positivismo quando se diz “bom, vocês têm aqui as chaves desta casa, há aqui uma escola, vamos criar um gueto. Vocês ficam todos aqui.” E depois não há espaço, não há uma voz, não há nada. Se for preciso, há também um posto de saúde, vão lá médicos. Não, isso não é integração. Isto está-se a discriminar, continua-se a discriminar. Está-se a fazer com que essas pessoas fiquem num sítio restrito (entrevista, 2009).

Também denuncia situações de preconceito racial pelas quais “passei e tenho passado muito, até hoje e em todo o lado, até onde eu trabalho, em Mafra”, embora considere que não se pode “dizer que haja racismo”, mas antes “um certa tendência de superioridade” na “forma como se vê o africano, o negro” o que mostra que “continua a haver preconceitos”. Aproxima-se, no conteúdo mas não na forma, das observações de Machado sobre as percepções de racismo construídas a partir de experiências pessoais dos guineenses que mostram que os luso-guineenses, apesar dos “seus percursos de vantagem social”, também relatam episódios que classifica de “expressões flagrantes de racismo, tanto ao nível dos preconceitos, como em termos de discriminação” (2001: 63):

[Na empresa], por vezes calha-me a mim, como pode calhar a um dos patrões, ir abrir o portão para receber um fornecedor que leve alguma mercadoria, e tenho constatado duas formas de tratamento: pessoas que até são meus ajudantes quando dirigem-se a eles é com boas maneiras, e quando é comigo até parece, pronto, este é (...) um indiferenciado que está aqui a trabalhar. (...) Há uns anos atrás, fui resolver o problema numa

máquina na Azambuja, na fábrica da (...) ficou tudo bom, e depois, uma das pessoas que lá estava disse-me “Casimiro, não leve a mal, eu vou-te dizer uma coisa. Estivemos a trabalhar juntos, foi bom, isto ter acontecido. Quando o Casimiro entrou naquela noite aqui, ontem, o meu chefe disse logo assim: pedimos um chefe de máquinas, mandaram logo um pedreiro”. Por eu ser preto! O preto não podia ser técnico, não podia ter capacidade para ir fazer aquele trabalho (...) são estas coisas que muitas vezes dizem “ah, eu não sou racista”, mas há este tipo de discriminação (entrevista, 2009).

Independentemente das relações legais e políticas que os migrantes estabelecem com os estados de origem e de destino, muitos autores têm defendido que as condições adversas à sua aceitação pela população das sociedades de acolhimento, juntamente com a teleologia do regresso à terra de origem num tempo oportuno, geram sentimentos contraditórios de alheamento relativamente às sociedades que escolheram viver e de estar longe de casa, estruturando-se uma consciência de diáspora que inclui noções de dispersão forçada, traumática ou voluntária a partir do país de origem, experiências espirituais, emocionais, psicológicas ou retóricas de orientação à terra-mãe e exercícios de fronteiras que buscam a auto-assertividade de identificações e pertenças (Sheffer, 2003; Brubaker 2005).

Todavia, embora as condições de adversidade possam estar implicadas na sua narrativa de exilado na sociedade portuguesa, Didinho não se coloca na diáspora guineense para resistir à exclusão e ao racismo na sociedade portuguesa, nem tão apenas pelo seu desejo de regressar à terra de origem ou de manutenção de uma fronteira de identificação e pertença, antes instrumentaliza a categoria de diáspora como uma versão transnacional de pertença (cf. Anthias, 2008) para agir, pessoal e colectivamente, “na Pátria-Mãe de todos os guineenses”:

Hoje a conjuntura é outra, mas continuamos presos e reféns, infelizmente, de irmãos nossos e temos que lutar pela nossa liberdade, para que possamos devolver a dignidade à nossa terra. Nesta luta, temos que lutar com as nossas armas, que são as nossas mentes e as nossas vozes, o nosso compromisso, a nossa entrega e dedicação à causa nacional, para salvarmos a nossa Guiné-Bissau! Na Guiné deve-se sensibilizar nas escolas, nas igrejas, nas empresas, nas instituições, todos devem falar, todos devem ajudar uns aos outros a sentir o país! Devemos perder o medo se quisermos realmente sensibilizar ou estar receptivos à sensibilização! Na diáspora devemos ser mais audazes, porquanto em liberdade, mas também mais conscientes da necessidade de nos aproximarmos uns dos outros, tendo a Guiné como causa. As associações de guineenses, um pouco por todo o mundo devem procurar sensibilizar os nossos estudantes e trabalhadores, inculcar-lhes a mística do orgulho nacional para que se sintam responsáveis e participativos na construção da terra que é de todos nós (*O Liberal online* de 1 de Janeiro de 2008).

Longe das simplificações de alguma literatura à volta do trauma na partida e da vitimização na chegada associada a noções de diáspora (cf. Khayati, 2008), Didinho coloca-se na diáspora guineense e é efectivamente um transmigrante cuja identidade pública se configura num jogo permanente de múltiplas e constantes interligações entre fronteiras de estados-nações, um actor social que se estabelece na sociedade portuguesa, que se integra institucionalmente ao nível político e económico e desenvolve um padrão de vida adequado à sociedade em que vive, enquanto, simultaneamente, mantém elos, constrói instituições, transacciona e influencia eventos locais e nacionais no seu país de origem (Glick Schiller *et al.*, 1995; Glick Schiller, 1999). Um cidadão transfronteiriço que é resultado de um pluralismo legal que entretence estruturas guineenses e

portuguesas no interior de um “campo social transnacional” que constrói (Glick Schiller, 2005), mas que revela um nacionalismo de longa distância na busca da casa (Glick Schiller e Fouron, 2001).

De facto, Didinho desenvolve uma consciência de diáspora que se manifesta em experiências de transmigrância e de actividades de cidadania no ciberespaço em que estão implicados laços pessoais e colectivos de orientação real e imaginada à terra-mãe que se apresenta como uma “fonte autoritária de valor, identidade e lealdade” (Brubaker, 2005: 5).

Como um guineense na diáspora, as suas práticas, relações sociais e acções quotidianas reflectem e reforçam a sua “ligação umbilical” à Guiné-Bissau imaginada como um território de identificação e pertença, assumindo-se “sempre guineense! Em todo o lado (...) Eu falo sempre da Guiné. A minha conversa de todos os dias passa pela Guiné. Aliás, eu procuro telefonar todos os dias (...) quando eclodiu a guerra na Guiné, eu acompanhei a guerra. Telefonava todos os dias, falava com a minha mãe, com os meus irmãos”.

É neste sentido que a solidariedade activa e as relações sociais de intimidade de Didinho são preferencialmente com guineenses, quer se localizam na diáspora, quer se localizem na Guiné-Bissau. É com os guineenses que nos últimos tempos estabelece fundamentalmente conexões electrónicas intensas através do correio electrónico, do telemóvel e do sítio do Projecto Contributo também já no *Facebook*, constituindo o que Appadurai designou por uma “comunidade de sentimento” (2004).

A orientação de Didinho ao seu país de origem manifesta-se através da manutenção de uma memória colectiva e pessoal nostálgica e afectiva relativamente à terra-mãe, a verdadeira casa à qual regressará e em relação à qual se empenha, pessoal e colectivamente, na sua manutenção e renovação, com vista a garantir a segurança e a prosperidade (cf. Safran, 2004). São estes aspectos traduzidos no amor à “pátria-mãe” e no Projecto Contributo que fecham, nos capítulos seguintes, as experiências e narrativas deste transmigrante guineense que vive um estilo de vida transnacional.

6 AMOR À “PÁTRIA-MÃE”: IMAGINAÇÃO DA PÁTRIA GUINEENSE

PÁTRIA MINHA

Pátria
oh! Pátria minha
pelas forças do sobrenatural
penetra na consciência dos teus
filhos
acorda os hipnotizados
desperta os embriagados
ilumina os obcecados...

Pátria
oh! Pátria minha
recupera filhos teus
perdidos no tempo
alimenta-os com a verdade...

Povo
oh! povo meu
do teu chão
e do teu querer
tua existência depende...
Para a Pátria
o teu melhor
se Dela também
quiseres receber o melhor...

Pátria
oh! Pátria minha
do medo de Te perder
ao medo de me sentir
perdido...sem Ti!
Da minha existência
meu compromisso eterno
de por Ti
sempre lutar!

Didinho, 2008

A saída de Didinho da Guiné-Bissau não se perspectivou como um abandono da sua “pátria-mãe” e dos seus “irmãos” guineenses. O poema acima transcrito é, simultaneamente, a celebração do seu “amor” à “pátria-mãe” e um despertar da consciência dos filhos da pátria na salvaguarda da mãe comum, inserindo-se na ideia Antiga de Cícero de que a pátria surge do incitamento dos “irmãos” a reconhecerem-se como “filhos da pátria” dispostos ao sacrifício da devoção à mãe comum de todos (citado em Catroga, 2008).

A noção de pátria e as ideias de patriotismo que lhe estão associadas têm uma longa tradição nas sociedades europeias, sendo frequente a sua relação com as noções de nação e de Estado, embora as três noções surjam muitas vezes sobrepostas, levando Catroga, na sua análise sobre os usos e abusos dos termos pátria e nação, a considerar que as três noções devem ser entendidas nos seus nexos e significados enquanto “qualificações-tipo de experiências que conduziram à consolidação” do estado-nação (2008).

Não cabendo nesta Dissertação uma reflexão profunda sobre a noção de pátria, algumas ideias sugeridas pela leitura de Catroga guiam a análise da narrativa de Didinho sobre a pátria, destacando-se o cruzamento dos campos semânticos de pátria e de nação em que o primeiro sugere

o acto de concepção e o segundo indica o acto de nascimento; a essencialização da pátria como “origem de todas as origens, húmus sacralizado” que se impõe como uma “herança e como um dever de transmissibilidade”, o que faz com que pátria seja sobretudo memória; o significado de pátria como a sobrevalorização do território e da população face às instituições do estado e que é narrada numa linguagem afectiva e maternal que “antropomorfiza” o território em “paisagem” dos afectos pátrios e “metamorfoseia” a população numa comunidade fraternal de compatriotas (*idem*).

Na narrativa da pátria, Didinho faz coincidir as noções de “pátria-mãe” e de “mãe Guiné”, ganhando a primeira entidade maior relevância quando se trata de evocar o passado para legitimar e garantir as suas aspirações presentes de apelo à unidade nacional e de “sensibilização e consciencialização” dos “irmãos” na imaginação de uma comunidade nacional que possa garantir um futuro melhor para a “nossa terra”. O chão guineense é narrado como a “minha terra, meu umbigo” que liga a comunidade de “irmãos” e tece as pertenças colectivas:

A Guiné, (...) vamos lá ver uma definição, é a pátria-mãe, foi a terra que nos pôs no mundo. (...) Qualquer criatura que é posta no mundo vai sempre atrás da mãe, e tem sempre aquele amor que nós aprendemos, que é o amor de mãe. O amor de pai não é tão forte como aquele conceito do amor de mãe. (...) É uma questão umbilical. (...) Nós todos somos irmãos. Somos guineenses. Normalmente, tratamo-nos por “irmão”, independentemente de termos nascido da mãe biológica A, B ou C e de quem tenha sido o nosso pai (entrevista, 2009).

Assim sendo, pátria é para Didinho o espaço poético de Smith (1997). Um espaço que não é coincidente com o território nacional, antes é o resultado dos investimentos em significados e emoções feitos no território nacional, o que faz com que a criação de um sentido de identidade guineense exija a organização do espaço da experiência histórica e dos sentimentos que unem o colectivo de “irmãos”. Por outro lado, o colectivo de guineenses é pensado na linguagem do parentesco, aproximando-se da ideia de Smith de que as nações podem ser pensadas como famílias (1997). A fraternidade como vínculos de parentesco organiza as apropriações afectivas do espaço a partir de termos como irmão, mãe, gestação e laços de consanguinidade sugeridos pelo umbigo, nascimento, filiação matrilinear e deveres associados que se devem sobrepor aos conflitos entre irmãos no interior da matrilinhagem. A pátria confunde-se com nação, é simultaneamente concepção e nascimento.

A propósito dos migrantes guineenses residentes em Portugal, Quintino tinha já referido que o território nacional é apropriado afectiva e simbolicamente através do princípio do nascido na Guiné que dá significado ao termo parente com que os guineenses se designam uns aos outros, transcendendo a pertença a um chão étnico (2004).

Por isso, é a “pátria-mãe” que para Didinho dá sentido de identidade e de pertença ao “espaço físico e geográfico” que é a Guiné-Bissau e gera uma união que se perpetua e ganha autenticidade e genuinidade na relação entre o chão dos afectos pátrios e a figura aglutinadora do fundador da nacionalidade, garantido uma linha de continuidade histórica da “pátria-mãe”:

Amílcar, também era filho de pais cabo-verdianos, nasceu lá, foi a terra que ele pisou primeiro e amou, pronto, tem um amor aquilo, que começa a ver ... quando começa a perceber as coisas, esta casa é feita assim, ainda não tinha visto um arranha-céus, já gostava daquela casa, tipo mesmo uma palhota, fica aquela ideia, (...) as pessoas com aquelas vestes e assim, pronto, aquilo ... o primeiro amor, aquilo que os olhos vêem primeiro é isso, e que nos marca. Depois vimos outras coisas, mas o primeiro amor, aquilo que nos é dado a conhecer logo é que fica sempre na memória, é uma coisa que nos marca mais (entrevista, 2009).

Apesar das ameaças de que tem sido alvo por parte das instâncias políticas do seu país, é esta ligação à pátria investida de um sentido de estado territorial nacional que leva Didinho a mostrar-se disposto a “morrer pela pátria” que alguns “irmãos” tornaram moribunda por se terem afastado da devoção à mãe comum de todos, propondo-se lutar contra as traições, as tiranias e usurpações, defender a lei e o direito e assumir o compromisso de garantir a perpetuação de um bem comum:

O amor pela Guiné, pela minha pátria-mãe que me pôs no mundo, leva-me a ver o mal que os outros irmãos têm feito à nossa mãe e temos de lutar para resgatar a nossa mãe que está doente. E, se eu vejo a Guiné conforme está por culpa de outros irmãos que como eu também saíram da mesma mãe, a primeira coisa que eu tenho de fazer é não deixar que os meus irmãos destruam a nossa mãe. (entrevista, 2009).

São estas historicidades que se imbricam numa noção subjectiva de patriotismo que Didinho associa a uma identidade guineense multicultural e à cidadania, três noções que se articulam e hierarquizam-se na construção da “mãe Guiné” como “pátria-mãe”. Como refere Smith, a cidadania é a qualidade legalista inerente a toda a nação e transporta implicações que se actualizam no lugar da pátria, o que faz com que qualquer cenário de ruína da condição humana seja desorganizador da memória, dos afectos e dos espaços, sendo frequente convocarem-se lugares e heróis do passado para se recuperar um novo início com a participação de todos (1997).

Inspirado pelo fundador da nacionalidade que nos seus discursos sobre a identidade nacional torna a origem da pátria contemporânea da origem da nação (cf. Sousa, 2008), Didinho prefere apelar à unidade nacional através do patriotismo e não da nação que considera estar na sua terra natal ferida de fracturas étnicas, culturais e religiosas e corrompida, por força das actuais instâncias políticas que põem em causa “a luta, a libertação, a mobilização que o Amílcar fez com base nesse conceito de unidade e luta, e que conseguiu juntar guineenses de todas as etnias e cabo-verdianos”.

Esta noção de patriotismo inunda os textos postados no sítio do Projecto Contributo e cujas ressonâncias são visíveis nos livros de visitas onde um colectivo de “irmãos” guineenses na diáspora manifesta sentimentos de amor, saudade e nostalgia relativamente à “pátria-mãe” e sobrevaloriza o patriotismo como expressão de uma história partilhada e de uma identidade comum em que a “mãe Guiné” é a pátria de todos que se quer resgatar e mudar para que um dia se possa regressar. Neste sentido, pátria transforma-se numa fonte a partir da qual os grupos narram a história que os identifica e os constrói como famílias alargadas e comunidades com uma identidade (Catroga, 2008) e confunde-se com nação em que a “produção de identidades é produção de memórias que não se limitam à forma oral ou escrita, mas que passam pela inscrição no território nacional” (Sobral, 1999: 83).

É a memória que torna aparente a contradição entre, por um lado, a capacidade da pátria associar os afectos pátrios a um tempo e lugar concretos e, por outro, a sua função de enraizar identidades que sobrevivem a desterritorializações, através da saudade e da nostalgia ou de identidades de resistência ou de negociação de novas reterritorializações face a outros patriotismos dominantes. Se o patriotismo, como refere Rousseau, não provém do *jus solis*, nem do *jus sanguinis*, mas habita o coração dos cidadãos, a memória enquanto repositório das recordações, como refere Salgado, não deixa que o patriotismo morra no coração humano (citado em Catroga, 2008).

O interesse pelos processos de construção da memória tem estado associado à construção das identidades, havendo já muita literatura sobre o conceito de memória. Cabe aqui referir a noção de memória de Halbwachs entendida como uma construção social de natureza colectiva que permite que o passado possa estar representado no presente e até ser guardado para o futuro e cujas recordações variam com a posição social de quem recorda (1968), bem como a ideia de Connerton de que a evocação ritualizada do passado funciona como memória social em que a narrativa individual é uma maneira de transmitir a memória colectiva (1989).

Didinho reorganiza e reinventa o passado como memória da “pátria-mãe”, fazendo uso de monumentos coloniais, aspectos do quotidiano imediatamente após a Independência, língua, símbolos nacionais, documentos, heróis e vilões da pátria. São estes referentes que recorda para produzir uma narrativa da pátria e do patriotismo que divulga e disponibiliza ao colectivo de “irmãos” no sítio do Projecto Contributo, sugerindo a ideia de Hall que a memória, a perpetuação da herança e o desejo de um colectivo nacional fazem parte da construção de uma comunidade imaginada (1997).

Embora o território nacional constitua no seu todo o espaço poético, Bissau é para Didinho a “paisagem” dos afectos pátrios de excelência em que o passado histórico é o tempo de referência, dividido entre as recordações do período colonial e do período pós-colonial antes do Golpe de Estado que tecem a memória da pátria que Didinho quer guardar e divulgar. Bissau é referido pelos migrantes guineenses como um espaço que é de todos nós, traduzindo o seu passado histórico de lugar multicultural de negociações culturais e de hibridismo (Quintino, 2004):

Há um exemplo concreto que nos faz ver que nós não estamos a escrever a nossa história (...) se olharmos para a Guiné, nós não temos estátuas. E quando não temos estátuas nós não estamos, portanto, a fazer a nossa história. (...) Nós não podemos de maneira nenhuma apagar a história. Agora temos é que saber explicar a história. Nós não podemos dizer que a Guiné nunca foi portuguesa (...) [o monumento ao “esforço da raça” no centro da antiga Praça do Império em Bissau, hoje Praça da Revolução] simboliza precisamente a tese da raça que o colonialismo e o fascismo defendiam (...) mas as estátuas dos antigos colonialistas que tiraram [no pós-Independência] deveriam ficar como recordação da própria história. (...)

Nós não podemos apagar o passado. Naquela altura [antes do Golpe de Estado], a maior parte dos jovens entretinha-se entre a escola e o desporto. Era muito interessante. Não tem nada a ver com o que se ouve dizer hoje em dia. (...) Havia indústrias, (...) as pessoas tinham ordenados em dia, tudo funcionava. (...) Havia fábricas de carros, confecções. As ruas estavam limpas, as árvores pintadas. Funcionava tudo. Mas [com o Golpe de Estado] destruiu-se tudo, foi um grande retrocesso para o país. (...) É preciso que as pessoas vejam que houve um período pós-independência que a Guiné era isto e pode voltar a sê-lo com uma outra particularidade, a abertura do multipartidarismo (entrevista, 2009).

É no contexto das recordações em torno de um chão guineense que se constrói para lá do chão étnico e ganha estatuto de “paisagem” nacional que Didinho traz para o debate pós-colonial o papel do colonialismo e dos movimentos de libertação na construção dos universos linguísticos que coabitam e conflituam para se posicionarem como língua da “pátria-mãe”. Se é um facto que para os migrantes guineenses as línguas étnicas preservam laços entre subjectividades étnicas, o crioulo é a língua de referência na comunicação entre todos, enquanto o português é um instrumento de relação com a sociedade portuguesa (Quintino, 2004).

Didinho recorda esses universos linguísticos como diferentes patrimónios a preservar, socorrendo-se dos discursos de Amílcar Cabral para propor o português como língua oficial que não macula a diversidade linguística da “pátria-mãe”, nem anula o crioulo como língua de afectos da fraternidade nacional, mas como um instrumento de comunicação global da qual a diáspora faz parte, sem deixar de entender tratar-se de um instrumento pensado pelo fundador da nacionalidade como factor da Unidade, uma forma de superar o “tribalismo” que poderia fazer ruir a construção da nação, enquanto a Luta se encarregaria de consolidar uma consciência nacional de africanos e não de portugueses (Sousa, 2008):

Se na Guiné-Bissau existe o crioulo, a língua nacional, veículo de comunicação da maioria da sua população e herança principal da colonização portuguesa, não se pode ignorar a existência de inúmeros dialectos em todo o país, o que demonstra claramente ter havido, desde sempre, povos distintos num espaço geográfico tão pequeno como ficou territorialmente definido o país que é hoje a Guiné-Bissau (Projecto Contributo, 2010).

O português é a língua oficial, e tal como o Amílcar disse uma vez é a maior e a melhor herança que herdámos do colonialismo. (...) Somos um povo como qualquer outro que está na senda da globalização. O nosso povo tem uma relação de quinhentos anos com uma língua que anda pelo mundo fora, e que é aceite por várias instituições internacionais, que é a língua portuguesa. Não podemos, de um momento para o outro, abdicar dessa língua que é um instrumento que já está criado (entrevista, 2009).

A Bandeira, as Armas e o Hino *Esta é a Nossa Pátria Amada* fazem também parte das recordações de Didinho na construção da memória da pátria. São símbolos nacionais que reproduzem os símbolos do Partido libertador da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, o PAIGC e que também ganham destaque no sítio do Projecto Contributo. As suas origens estão embrenhadas na Luta e a sua concepção está ligada ao fundador da nacionalidade e a ideais de “Pátria bem-amada” geradoras de uma cartografia de afectos que une o povo nas “nossas terras”. Mas Didinho insurge-se contra a ambiguidade da perpetuação de símbolos que a história tornou equívocos, sem deixar de homenagear os mártires da pátria:

O trabalho que hoje decidi partilhar não é por antagonismo ao PAIGC e muito menos uma desconsideração pelos que heroicamente tomaram na luta de libertação nacional para que a Guiné-Bissau e Cabo Verde se tornassem independentes. Sou um Cabralista, se quiserem, e seguirei sempre as suas linhas, o seu legado. Posto isto, quero dizer que não pretendo apagar de forma alguma, da nossa História, os registos da sua superior criatividade, em que, por exemplo, se destaca o Hino do Partido, que ainda hoje continua a ser o Hino da República, apesar de tantas mudanças, de tantos retrocessos, da ruptura aos fundamentos do próprio PAIGC em relação à luta, suas motivações e objectivos.

Gosto das cores da Bandeira da República da Guiné-Bissau, gosto das Armas que simbolizam a República e adoro o Hino Nacional, quer a letra, quer a música, mas... são símbolos que se confundem com os Símbolos da República da Guiné-Bissau do período Partido Estado. São símbolos do PAIGC! (Projecto Contributo, 2009).

Na narrativa, Amílcar Cabral e o povo são recordados como os heróis da pátria, em oposição ao vilão por excelência, Nino Vieira. Amílcar, porque é “o símbolo principal, a nossa bandeira” e representa a construção baseada na união do povo, ao contrário de Vieira que “simboliza a destruição das vitórias e das conquistas alcançadas durante todo o percurso da luta da libertação nacional e da pós-independência” e o povo por saber resistir à tentação de “banhos de sangue e destruição” e “tem lutado e contribuído para a paz”.

Amílcar Cabral define-se no imaginário colectivo guineense como um herói nacional que por ser permanentemente evocado se transforma numa referência trans-geracional (Sousa, 2008). A evocação de Cabral como herói pátrio no sítio do Projecto Contributo faz-se de múltiplos documentos produzidos pelo fundador da nacionalidade, donde Didinho retira ensinamentos e atributos pessoais que transforma numa herança dos “princípios e valores universais” da pátria, como o “humanismo”, “o dom de conhecimento e partilha desse conhecimento na formação dos seus conterrâneos”, a “igualdade” de género, a “libertação”, a “luta”, a “unidade” e a “mobilização”:

Amílcar é um herói por tudo o que fez pela Guiné e Cabo Verde. Pode dizer-se um orgulho de ter um guineense como referência mundial, a nível da intelectualidade, a nível das referências dos grandes centros, onde o conceito de libertação era uma palavra muito cara (entrevista, 2009).

Para aqueles que continuam a insinuar que o mal que se vive na Guiné-Bissau é culpa do PAIGC de Amílcar Cabral, apenas sugiro que sejam suficientemente honestos na caracterização do líder que foi Amílcar Cabral, tirando ilações das diversas situações por ele abordadas e que definem o PAIGC que ele idealizou, assim como, a forma de ser e de estar de cada um na luta e depois da independência. Se formos honestos na apreciação, se formos capazes de interpretar correctamente o que Cabral transmitiu nessa sua intervenção, então não teremos dificuldades em reconhecer que nos dias de hoje, Cabral continua a ser a maior e a melhor referência de liderança para os guineenses! Saibamos tirar partido dos ensinamentos de Amílcar Cabral, para o bem da Guiné-Bissau e dos guineenses. Nunca é tarde! (Projecto Contributo, 2010).

Se o heroísmo gera figuras arquetípicas em cenários de grande adversidade, indivíduos que conseguiram vencer as suas limitações históricas, pessoais e locais e perseguiram uma solução que idealizaram, é certo que o herói morre como um homem moderno e renasce como um homem eterno, perfeito e universal, cujo caminho torna-se exemplar para as gerações vindouras (Campbell, 2007).

É neste sentido que o herói Cabral é para Didinho um exemplo a seguir e é a partir dos seus ensinamentos que, no “seu” sítio do Projecto Contributo, “a aprendizagem foi uma constante na forma de escrever, de analisar, de interpretar e de acompanhar as vivências na Guiné-Bissau, minha terra, meu umbigo”.

7 CONTRIBUTO À “MÃE GUINÉ”: NACIONALISMO DE LONGA DISTÂNCIA

Os longos e intermináveis anos que afastam Didinho da sua “pátria-mãe” não o distanciam do seu país que continua tão presente no seu pensamento e quotidiano, nem tão pouco dos seus “conterrâneos” na diáspora, apesar do seu afastamento das sociabilidades guineenses pela “causa à pátria guineense”. Um dia na sua rotina começa muito cedo e acaba ainda mais tarde. Tem de dividir o seu tempo entre a família, o trabalho e o Projecto Contributo que tem vindo a desenvolver desde 2003 e que entende como uma “missão a favor da Guiné-Bissau e dos guineenses”, um contributo para a “construção da terra que é de todos nós”, mas também um tributo pessoal que é “um acto natural do meu sentimento em relação à Guiné”.

Escrever foi sempre uma tentação para mim, no entanto, faltava sempre algo que me motivasse a dar o primeiro passo. Razões e visões para escrever sempre tive, mas como inspiração, nunca houve uma luz na escuridão dos meus pensamentos, até ao dia 10 de Maio de 2003.

AMILCAR CABRAL foi a luz que iluminou a escuridão dos meus pensamentos, motivando-me para esta Missão.

O Projecto estava criado e era necessário dá-lo a conhecer ao mundo. Vivendo numa época em que as novas tecnologias de comunicação têm efeitos extraordinários na divulgação do que quer que seja através da ferramenta virtual do mundo globalizado que é a Internet, logo tratei de encontrar um espaço que me possibilitasse divulgar as minhas reflexões, no intuito de fomentar o debate de ideias sobre a Guiné-Bissau, bem como sensibilizar os guineenses para um novo conceito de patriotismo virado para uma participação assente nos direitos e deveres dos cidadãos (Projecto Contributo, 2008).

Por isso, o Projecto Contributo localizado no ciberespaço é aqui pensado como uma translocalidade onde se “materializa” o espaço social transnacional e onde a imaginação desempenha um papel importante na construção de nichos online onde são veiculadas notícias da diáspora e da terra de origem e se elaboram representações de inclusão e exclusão (Georgiou, 2003).

Já em 1996 Appadurai alertava para o papel das novas tecnologias de comunicação e informação na construção de imaginários sobre as migrações transnacionais, as “esferas públicas” de diásporas que se constituem como “comunidades de sentimento”, não o ópio do povo, mas um campo de possibilidades de resistência, de selectividade e de ironia que os indivíduos e grupos usam para agir e em que a imaginação se transforma numa prática social (2004).

Relativamente aos guineenses, existem já algumas evidências empíricas sobre a utilização de recursos de Internet nas conexões entre os que partem e os que ficam, destacando-se o fórum observado por Trajano Filho onde se constroem narrativas em torno dos “rumores” da nação e da identidade guineenses (2000) e as observações de Quintino que destaca o Projecto Contributo como um importante nó de conexões entre “aqui” e “lá”:

De grande densidade e dimensão variada, são os nós de relações sociais inter-individuais ou colectivas que colonizam o ciberespaço e que conectam “blocos nacionais” (Basch *et al.*, 1994) compostos por “territórios, subjectividades e acções sociais” que a migração global tornou disjuntos e que a “erosão provocada pela

mediação electrónica avizinhou e fez surgir novas localidades, novos espaços culturais e novos sítios de envolvimento político” (Vertovec e Cohen, 1999: 13-15).

Estas conexões transnacionais online através de fluxos de e-mails, publicações e informação de páginas pessoais, sítios de instituições e blogues são mais eficazes na produção dos nós de relações sociais entre destinos, por razões de dificuldade de acesso à Internet na origem, mas permitem democratizar o acompanhamento e a participação na vida dos guineenses na Guiné-Bissau e dispersos por destinos como Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Cabo Verde e EUA. Algumas associações têm já as suas projecções no ciberespaço, mas as suas actividades são mais frequentemente vigiadas e informadas por outras localidades guineenses virtuais, sendo de destacar o Projecto Guiné-Bissau: Contributo, que tem tido um papel fundamental na redistribuição de informação e como fórum de opinião e de discussão de temas sobre a Guiné-Bissau e os guineenses na “diáspora” (2010: 92).

De facto, o Projecto Contributo, hoje Associação Guiné-Bissau: Contributo, constrói um espaço social transnacional de relações sociais, posicionamentos e laços entre guineenses “espacialmente móveis e imóveis” e que inclui recursos de natureza variada, mas também regulações, oportunidades e constrangimentos impostos pelos estados-nações³⁰ (Faist, 2000: 192), no fundo, indivíduos e objectos culturais desvinculados de localizações espaciais fixas e que se realocizam em novos cenários culturais (Anico e Peralta, 2004).

Apesar de ter instalado a sua residência familiar em Portugal, a Didinho chegavam notícias da profunda crise e instabilidade política que se tinha instalado na sua terra natal. O regime de Nino Vieira, a guerra civil e a desastrosa presidência de Kumba Yalá aprofundaram a crise, geraram descontentamento e tensões político-militares, ao mesmo tempo que “um Estado sombra se demitia das suas responsabilidades” na resolução dos problemas básicos da população e emergia uma sociedade civil que toma nas suas mãos “um projecto solidário de sobrevivência” e que inclui os guineenses na diáspora (Quintino, 2010: 92).

É neste contexto que decide, a 10 de Maio de 2003, “dar o seu contributo” como guineense, participar na vida da sua terra natal, através da reflexão em torno de assuntos sociais, económicos, culturais e políticos e da contestação ao Estado guineense. São muitas as evidências empíricas que mostram ser comum os migrantes permanecerem politicamente envolvidos enquanto cidadãos na diáspora, mesmo aqueles que fugiram às guerras civis ou às perseguições políticas (Bauböck *et al.*, 2006). Após tentativas mal sucedidas de postagem dos seus artigos de opinião em alguns fóruns públicos online, Didinho funda o Projecto Guiné-Bissau: Contributo, primeiro alocado no servidor Sapo, mas desde 2006 com “sede virtual” registada em domínio próprio no ciberespaço:

O Projecto Guiné-Bissau: CONTRIBUTO nasceu a 10 de Maio de 2003, motivado pela ameaça do “desaparecimento” da Guiné-Bissau como Estado, durante a presidência de Kumba Yalá. Foram muitos os momentos de reflexão e ponderação, de forma a encontrar uma via para dar o meu contributo, como guineense, na tentativa de se inverter a situação. Optei por exteriorizar as minhas reflexões, escrevendo artigos de opinião sobre a Guiné-Bissau, tentando assim, passar mensagens de sensibilização pela causa guineense, não só aos guineenses, mas também ao Mundo. (...)

³⁰ Tradução livre da autora.

Desengane-se quem acha que consegue fazer o que tem sido feito, sem se comprometer com o interesse colectivo, numa perspectiva nacional!

Este trabalho depende essencialmente do amor a uma causa: à Pátria guineense em toda a sua envolvimento; Depende do espírito de sacrifício, de entrega, de disciplina, de Fé e de Esperança de quem o criou (Projecto Contributo, 2009).

E é por “amor à pátria guineense” que a sua mensagem inicial é “de sensibilização” dos “irmãos guineenses, “amigos da Guiné-Bissau” e do “mundo em geral” para a “causa guineense”, constituindo o seu primeiro artigo postado no sítio um grito de revolta que pretende ser ouvido pela comunidade internacional:

Vendo o tempo a esgotar-se e sem entrada de financiamentos que fossem resolver outros problemas, que não os do povo, começa-se a engendrar o golpe final, que de forma habilidosa já se está a executar, também a olhos de todos, sem no entanto, uma vez mais, a Comunidade Internacional se pronunciar em defesa do povo guineense, deixando simplesmente que se chegue ao extremo da humilhação e o clima de tensão que paira no ar acelere o ajuste de contas entre quem tem o poder e quer fazer dele um bem pessoal e vitalício, apesar de, também pronunciar a palavra democracia algumas vezes...e quem por outro lado, aceita o poder como instrumento dirigente da sociedade e por isso precisa dele para se afirmar na sociedade...À Comunidade Internacional se deve perguntar em que é que ficámos quanto às eleições legislativas marcadas para 06 de Julho na Guiné-Bissau. É urgente esclarecer esta situação antes que se forjem insinuações que originem mais prisões, conflitos e, pior que isso, anuncie o cancelamento das eleições, alegando situações como: tentativa de golpe de Estado. O povo guineense espera e desespera por aquilo a que tem direito, chega de tanta humilhação (Projecto Contributo, 2003).

Nasce como um “projecto de orientação pessoal, de carácter reflectivo, apartidário e sem fins lucrativos” “que “visa incutir e desenvolver o espírito de reflexão e debate de ideias na Guiné-Bissau e nos guineenses”, mas rapidamente se torna um espaço de participação colectiva, “de partilha de experiências, de ideias, de opiniões e de conhecimentos” que se configura hoje como uma comunidade imaginada ao estilo de Anderson (1991), “materializada” e solidificada recentemente na sua transformação em Associação:

Sou eu que pelo Projecto entro em contacto vezes sem conta, com conterrâneos nossos em Bissau e em várias partes do mundo, para dar e receber informações que sempre ajudam a desenvolver diversos trabalhos de reflexão. (...)

Decorridos seis anos desde a sua fundação, o Projecto Guiné-Bissau: CONTRIBUTO conquistou simpatias por parte de guineenses e de amigos da Guiné-Bissau um pouco por todo o mundo. (...) tem servido de ferramenta de apoio ao interesse público: quer a cidadãos e instituições guineenses, quer a amigos da Guiné-Bissau, quer a diversas instituições estrangeiras de direito público e privado, na Guiné-Bissau e em todo o mundo. (...)

Começaram a aparecer os primeiros contributos de guineenses e amigos da Guiné-Bissau; começou o Projecto a ganhar um novo estatuto, pois já não era só o Didinho, passando, por isso, a ser uma Força da união de desejos, vontades, experiências e conhecimentos (...). Esta Força, esta União, possibilitou uma rápida e crescente expansão do nosso Projecto a todos os cantos do mundo, particularmente à nossa Guiné-Bissau, pese embora todos os condicionalismos locais (Projecto Contributo, 2009).

Aos poucos, Didinho transformava-se “no indivíduo central, um nó através do qual a informação, recursos e identidades fluem”, mas que mantém “os outros indivíduos informados e

conectados e que podem agir se os acontecimentos os motivarem”³¹ (Levitt e Glick Schiller, 2004: 1007), empenhando-se na construção de um espaço social transnacional que hoje configura uma figura geométrica imperfeita, cujos vértices são representados pela Guiné-Bissau e pelos países de destino dos migrantes e estudantes guineenses.

De facto, embora conecte visitantes com múltiplas localizações que buscam informação sobre a Guiné-Bissau e talvez sobre a diáspora guineense, ressaltando Didinho o acesso a partir da ONU, esta translocalidade é, sobretudo, um espaço de conexões intercontinentais e locais que aproximam os guineenses dispersos por vários blocos nacionais (cf. Basch *et al.*, 1994), as suas múltiplas localidades, subjectividades e acções, ideias que o guineense Samuel Vieira sintetiza a partir do Brasil, onde residia em 2009:

Modéstia à parte, seu/nosso Projeto Guiné-Bissau: Contributo veio para ficar! Ele criou um link que vinculou todos os guineenses que vivem nos quatro cantos do mundo. Permitiu que os amigos ou colegas que não se viam há muitos anos se reencontrassem, apreciando ideias, partilhando informações diversas e revivendo a Guiné. Ele vai mais longe - esclarece opiniões, mergulha e vasculha o que antes era impossível trazer a público. Ele é crítico contra tudo que não favorece o povo da Guiné, ou seja, usado em benefício próprio. Sabemos que enfrenta muitas barreiras, corre riscos, enfrenta adversários ferrenhos, porém não cruza os braços e nem baixa a cabeça. Seus ideais são firmes, o que motiva a base intelectual tanto do país como da diáspora a aderirem cada vez mais a esse Projeto (Projecto Contributo, 2009).

A intensidade destas conexões torna-se visível no elevado tráfego que no período da pesquisa atingiu um total de 258 248 visitantes de vários países, com maior frequência para os acessos a partir de Portugal, mas também de outros países de destino preferencial de guineenses na Europa, Brasil e EUA, bem como da Guiné-Bissau, o que revela tratar-se de um espaço social transnacional definitivamente partilhado por guineenses móveis e imóveis e vigiado pelas instituições e autoridades políticas guineenses e seus apoiantes, sem que isso impeça que a informação chegue a localidades mais remotas através de expedientes locais:

Os jornais de lá têm reproduzido artigos de opinião que nós publicamos no site. O Contributo não chega ao interior do país, não chega a quem não tem computador directamente, mas chega indirectamente. Aqueles que podem imprimir imprimem, lêem, enviam, fazem tudo. Acho que há cada vez mais guineenses, mesmo na Guiné-Bissau, a ter acesso a toda esta realidade que eles estando lá no país não conseguem ter porque não estão disponíveis os meios de comunicação (entrevista, 2009).

Didinho interliga outras ferramentas electrónicas para gerir a intensidade dos fluxos e proporcionar aos guineenses outros posicionamentos e colonizações no ciberespaço. A localização recente do Projecto Contributo no *FaceBook* denota uma preocupação com valores estéticos e de semântica animada que tentam atrair um crescente número de amigos numa rede social do momento capaz de fazer conexões indivíduo a indivíduo e recolocá-los permanentemente numa teia de comunicação e de divulgação transfronteiriça. Também a criação do “fórum de discussão e debate de ideias sobre a Guiné-Bissau” que toma por designação um dos lemas fortes do pensamento

³¹ Tradução livre da autora.

Cabralista, *Pensar pelas nossas Cabeças*, contabiliza já o número de 4 221 membros localizados em vários países, mas que dificilmente se pode medir as conexões guineenses.

No Projecto Contributo, a mensagem para os guineenses é desde sempre de mobilização para o exercício da cidadania e de inclusão das diferenças sociais e culturais dos guineenses, “onde quer que se encontrem e independentemente dos seus estatutos sociais ou profissionais” e um apelo ao patriotismo que teve como resposta a manifestação do orgulho nacional nos “princípios e valores que nos identificam como guineenses e que estavam (continuam) a ser postos em causa pelas instâncias do poder”. Mas também a necessidade de um envolvimento colectivo num projecto de “MUDANÇA para a Guiné-Bissau” “que permita criar um novo conceito de patriotismo” e garanta a continuidade histórica da “nossa Mãe Guiné” que “alguns dos seus próprios filhos, que estando junto a ela, até contribuem para que a sua destruição seja célere”:

As situações por que tem passado a Guiné-Bissau impõem-nos um sério desafio de compromisso para com o país, como forma de se salvaguardar o futuro, ou seja, as nossas crianças de hoje, homens e mulheres de amanhã e que terão a mesma responsabilidade na transmissão da mística patriótica do assumir de compromisso para com o futuro das gerações de guineenses que eles também vierem a gerar (Projecto Contributo, 2008).

Por isso, já em 2007, Didinho preconizava a transformação do Projecto Contributo numa Associação que pudesse acolher os guineenses e os “amigos da Guiné-Bissau” e consolidar-se como um espaço colectivo de práticas e acções de cidadania que tornam Didinho e os outros migrantes guineenses nacionalistas de longa distância, sem que interfira na possibilidade do exercício de uma cidadania transfronteiriça de todos os guineenses (Glick Schiller e Fouron, 2001). Em 2010 faz uma sondagem online e com uma maioria de votos favoráveis, inicia o processo de transformação do Projecto Contributo “numa entidade colectiva designada Associação Guiné-Bissau: Contributo”:

O Projecto Guiné-Bissau: CONTRIBUTO será uma Associação cívica de guineenses e amigos da Guiné-Bissau, sem fins lucrativos e dedicada às causas da cidadania, ainda que, num contexto global incida numa definição de reivindicação política e de defesa das estruturas sociais e do próprio Estado, a bem da Guiné-Bissau e dos guineenses! (Projecto Contributo, 2007).

A Associação Guiné-Bissau - CONTRIBUTO é a passagem da teoria à prática, relativamente ao conceito de Cidadania, referência primeira na caracterização dos Direitos e Deveres do Cidadão, mas também, a ponte de acesso à reivindicação e conquista dos Direitos Humanos, consagrados universalmente.

A Cidadania e os Direitos Humanos se interiorizados, respeitados e exercidos por todos, possibilitam um clima de estabilidade capaz de orientar, promover e impulsionar o Desenvolvimento Social (Projecto Contributo, 2010).

Sob o ponto de vista da forma, o sítio tem uma estrutura simplificada que permite um acesso rápido e fácil. A estética é muito rica na expressão cromática, formatação das letras e conteúdos iconográficos também carregados de nostalgia e de tributo à “pátria-mãe” que reúnem memória colectiva, universos simbólicos de ligação à diversidade cultural, música, gastronomia e natureza. Em várias páginas, tanto a bandeira, como diversos mapas temáticos da Guiné-Bissau, marcam forte presença nacional. Se “o título não surgiu por acaso”, Didinho faz “questão de cada palavra ter um significado. Inclusive, as cores que formam a palavra contributo ”representam a Guiné-Bissau como

“um manto colorido em toda a sua expressão e extensão, entenda-se: gentes, línguas, culturas, religiões, etc.”. O português é a língua global adoptada:

A língua portuguesa é a herança nobre de cinco séculos de história, que juntou Portugal a Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor. (...) Ferramenta de comunicação que é usada num espaço de mais de 220 milhões de pessoas (Projecto Contributo, 2004).

Eu sou em transmissor, um veículo de divulgação da própria língua portuguesa (...) eu não escrevo nem em crioulo nem em francês. Eu escrevo em português e estou a levar milhares de páginas que estão inseridas neste projecto a várias partes do mundo. Mas ninguém dá valor a isso (entrevista, 2008).

A organização e gestão dos conteúdos têm sofrido alterações no tempo, acompanhando o processo de transformação progressiva do Projecto Contributo, bem como os acontecimentos na Guiné-Bissau e na diáspora. Os conteúdos são organizados em secções e constituem uma boa evidência empírica de que os assuntos de maior interesse para esta comunidade transnacional de sentimento estão mais vocacionados para a terra de origem. Do mesmo modo que a divisão das tarefas por coordenadores transmigrantes que gerem os conteúdos da secção Áreas Temáticas abertas a comentários reflecte a natureza colectiva que o Projecto Contributo tem vindo a adquirir, mas também sugere a construção de uma comunidade transnacional de quadros guineenses na diáspora que reinscrevem no ciberespaço a sua sede de acção e o seu campo de possibilidades de amor à “pátria-mãe”, de lealdades nacionais e de envolvimento político no ciberespaço, a imaginação de uma translocalidade que faz parte da narrativa da modernidade (Appadurai, 2004) e que é um lugar da ideologia da aspiração a um tipo de nacionalismo de longa distância (Anderson, 1998).

Área Temáticas, por Coordenador, segundo a sua Localização

Área Temática	Coordenador	Localização
Educação	Prof. Mamadu Lamanara Bari	Brasil
Saúde	Médico Joaquim Silva Tavares	EUA
<i>Mindjer</i> (Mulher)	Dra. Filomena Embaló	França
Criança	Dr. Filipe Sanhá	Portugal
Espaço Cultural	Dra. Filomena Embaló	França
Turismo e Meio Ambiente	Dr. Secuna Baldé	Brasil
Cidadania e Direitos Humanos	Dr. Rui Jorge Semedo	Brasil
Desenvolvimento Social	(Em criação)	

Fonte: Sítio do Projecto Contributo

Para além da secção Guiné-Bissau que guarda a memória colectiva com grande impacto visual e emocional, os conteúdos da secção Áreas Temáticas constituem os assuntos de maior destaque destes nacionalistas de longa distância preocupados com os temas da educação, da saúde, da mulher, da criança, da cultura, do turismo e ambiente, da cidadania e direitos humanos e do

desenvolvimento social da sua terra natal. A recente secção Estudos e Pesquisas disponibiliza hipertextos maioritariamente produzidos por investigadores guineenses com várias localizações e que tratam assuntos relativos à Guiné-Bissau. A secção *No Djunta Mon - Cidadania* conta com 140 participantes, maioritariamente guineenses na diáspora que postam os seus artigos de opinião e ensaios sobre temas da terra natal abertos a comentários. Os conteúdos informativos disponibilizados alargam a rede social e estão organizados nas secções Links, Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento São Direitos Humanos, Democracia e Divulgação, sendo esta última a que mais faz circular notícias, problemas e actividades culturais da diáspora, designadamente das associações.

A secção Editorial da responsabilidade de Didinho merece particular realce, pelo contágio cibernauta provocado pelos conteúdos das suas reflexões de anos de trabalho no Projecto Contributo. São artigos de opinião e ensaios centrados nos problemas políticos, económicos e sociais que têm afectado a sua terra natal, destacando-se os discursos de contestação do Estado guineense que desencadeiam amplo debate, reflexividade e manifestações de exaltação dos sentimentos pátrios, transformando-se o sítio numa translocalidade de envolvimento político colectivo que confere visibilidade aos intervenientes no espaço público e permite negociar o reconhecimento político de participar na construção da nação (Vertovec e Cohen, 1999).

Mais do que mitigar a ausência física do país de origem através de formas de mobilização política e de actividade institucional online, o nacionalismo de longa distância de Didinho e compatriotas que conecta é uma ideologia e um conjunto de práticas que levam os indivíduos a declararem a sua identificação, a prestarem a sua lealdade e a jurarem a sua fidelidade à terra de origem, bem como a organizarem as suas actividades quotidianas muito em nome desse território de afectos (Anderson, 1991 e 1998; Glick Schiller e Fouron, 2001; Glick Schiller, 2005).

Um dos assuntos mais polémicos que tem ocupado esta comunidade transnacional de sentimentos gira à volta das más práticas de governação no país e suas consequências nos direitos e liberdades, no quotidiano das populações e no desenvolvimento do país. As Cartas Abertas às autoridades guineenses, a Petição contra a Lei da Cidadania, ensaios de crítica às sucessivas crises políticas e assassinatos envolvidos, artigos de opinião como os *Donos da terra* (2006) que caricaturam os governantes e outras figuras do Estado, artigos de denúncia de corrupção, abuso de poder, escândalos e narcotráfico e de reivindicação da reposição dos direitos e liberdades dos cidadãos são alguns dos artefactos usados na contestação e participação política à distância, mas aparentemente de grande impacto.

Há outros grupos de conteúdos, dos quais ressalto os que celebram acontecimentos e actores sociais relevantes neste espaço social transnacional. Trata-se dos conteúdos que comemoram aniversários de acontecimentos e de figuras nacionais de destaque, que noticiam prémios e distinções a guineenses e que homenageiam guineenses que se distinguem na diáspora e na Guiné-Bissau. O grupo *Amílcar Cabral, Eterna Saudade Eterna Gratidão Eterna Referência* expressa como se impõe esta figura incontornável à qual Didinho presta homenagem através da divulgação de material biográfico e bibliográfico e, sobretudo, através de inúmeras fotografias e

citações de pensamentos e ensinamentos do herói da pátria que inundam a translocalidade e traçam o caminho imaginado para a prosperidade e o regresso:

Não tenhamos medo de fazer uma nova revolução na Guiné-Bissau. Não uma revolução com armas de fogo, mas a revolução da consciência cívica, a revolução de mentalidades, que dará ao nosso povo o direito à liberdade do saber, do conhecimento e quiçá, do pensamento e da acção! É urgente libertar o povo guineense do obscurantismo! É urgente fazer ver aos guineenses que o medo de mudar ontem é a razão dos males de hoje e o medo de mudar hoje será a razão dos males de amanhã (Projecto Contributo, 2007).

Não há certezas se Didinho regressará à sua terra natal! O que é certo é que as suas práticas de cidadania transfronteiriça são efectivamente vocacionadas para o nacionalismo de longa distância e que o seu envolvimento político através do ciberespaço tem implicações na sociedade guineense e nas sociedades de destino da diáspora guineense. Mas também é certo que na sua trajectória multi-escalar se equidistancia da "mira do global sozinho" (Fitzgerald, 2006) e da "ilusão da unidade" (Meijl, 2008), orquestrando diferentes vozes da diáspora e da Guiné-Bissau, sem se demitir da sua condição de sujeito pós-moderno.

8 CONCLUSÃO

Os resultados que se acabaram de apresentar decorrem de uma pesquisa sobre as experiências e narrativas de um migrante guineense centradas no seu percurso migratório antes e depois da chegada a Portugal e nas suas práticas, relações sociais e acções com as quais constrói modos transnacionais de ser e de pertencer que sustentam formas de cidadania transfronteiriça em que as lealdades nacionais são mais orientadas para a terra de origem. Didinho é o nome pelo qual este migrante guineense é conhecido e é com ele, apoiada na literatura e no terreno, que se entreteceram os resultados em relação aos quais cabe agora sintetizar e reflectir sobre futuras pesquisas suscitadas.

A nova agenda da etnografia das experiências migratórias revelou-se central na produção dos resultados. Constitui-se como uma ferramenta metodológica na construção de um terreno multi-situado que permitiu perseguir este transmigrante nas suas localizações multi-escalares, incluindo no ciberespaço, e forneceu linhas de orientação na análise das diferentes conexões que o aproximam de outros guineenses na Guiné-Bissau e em vários destinos da diáspora guineense, dos laços transnacionais que sustentam formas de cidadania que se configuram em relação à sociedade guineense e à sociedade portuguesa e das historicidades das estruturas de sentimentos que incorpora nas suas experiências e narrativas.

A matéria empírica recolhida suportou-se na observação no sítio do Projecto Contributo localizado no ciberespaço que permitiu explorar as relações sociais, práticas e acções que o sujeito desta investigação entretece com outros guineenses na construção desta translocalidade que sustenta estilos de vida transnacional intensos e a entrevista qualitativa que tornou possível capturar as contextualizações, interpretações e representações que faz do seu percurso migratório e da sua vida entre o “aqui” e o “lá”, as diferentes unidades de espaço, de tempo e de significado a que recorre para reflectir sobre as suas experiências e narrar as suas identificações e pertenças, as suas negociações de cidadania, o seu amor à pátria e a sua adesão à ideologia do nacionalismo de longa distância.

A análise ao longo dos vários capítulos teve como preocupação central contribuir para o debate interdisciplinar sobre os actuais significados e nexos entre migração, integração e cidadania, privilegiando as perspectivas teóricas do transnacionalismo que prestam particular atenção ao modo como o global e o local se interceptam nas experiências dos sujeitos pós-modernos, permitindo testar os limites das noções de migrante, estado-nação, cidadania, identidade e cultura.

Decorre desta preocupação central uma outra que atravessa a análise e que resulta da opção por um caso singular, uma única unidade de observação que obrigou a gerir a dupla tentação de isolar o sujeito da investigação na cena global ou de procurar caminhos que levassem ao seu irremediável encarceramento no grupo de guineenses a residir em Portugal e pensado como homogéneo.

Por isso, a resposta ao primeiro objectivo que se propunha contextualizar a experiência migratória de Didinho nas migrações guineenses em geral construiu-se a partir da discussão dos diferentes significados e nexos entre as noções de migração, integração e cidadania, tal como se definem e se alteram no tempo e no espaço, quer em termos políticos, quer em termos científicos, sobretudo na UE, e particularmente, como moldam as experiências dos indivíduos, como os percebem e incorporam nos seus quotidianos.

A literatura disponível sobre migrantes guineenses foi fundamental nesse trabalho de contextualização que contou também com as narrativas de Didinho sobre os assuntos, sugerindo os resultados da pesquisa que as estruturas políticas e legais que definem estas noções na origem e no destino têm implicações na sua experiência migratória como na de outros guineenses, mas são as suas experiências pessoais e familiares que o posicionam de forma particular nos contextos de origem e de destino do seu processo de mobilidade, aproximando-o do “segmento urbano, instruído, qualificado, politizado e culturalmente mais híbrido” e afastando-o do outro “segmento de maior dimensão, com maior diversidade de culturas e identidades locais, baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional e pouco politizado” (Quintino, 2010: 82).

A análise prossegue guiada por outras pistas para responder ao segundo objectivo que pretendia indagar sobre processos históricos e globais contemporâneos que moldam as suas experiências que ocorrem antes e depois da chegada a Portugal. A literatura sobre migrações internacionais, colonialismo e pós-colonialismo enriqueceu a análise e revelou que o percurso de Didinho foi moldado por contingências históricas da sociedade colonial guineense, da formação do Estado pós-colonial guineense e da sociedade portuguesa actual, processos históricos e globais que interpreta, ordena e representa para produzir uma narrativa coerente sobre as suas raízes familiares híbridas, as suas experiências de partidas e chegadas, os acontecimentos e intrigas que precipitam a vinda da família para Portugal, as contrariedades à chegada que o obrigam a decidir estabelecer-se em Portugal e a optar pela nacionalidade portuguesa, mantendo as suas ligações emocionais à terra natal que legitimam as suas aspirações de intervir e participar na mudança da sua sociedade de origem para que possa regressar.

As perspectivas do transnacionalismo, os antropólogos da globalização e alguns teóricos dos estudos culturais foram fundamentais na resposta ao terceiro objectivo que condensa as questões de identificação, pertença e cidadania.

Os resultados revelam que Didinho constrói modos de ser e de pertencer que fluem de múltiplas e contraditórias categorias de identidade e de pertença, laços emocionais e imaginários que ancora nas suas origens familiares híbridas e o colocam na posição de duplo deslocamento, quer em termos do seu lugar relativamente à sociedade guineense actual que é discriminatória face à categoria de pertença de híbrido e restritiva face aos direitos dos migrantes que adquirem a nacionalidade dos países de destino, bem como na sociedade portuguesa onde se coloca simultaneamente nas categorias de pertença de luso-guineense e de exilado, quer em termos da perda do sentido de si próprio como sujeito integrado cuja vida se desenrola entre o “aqui” e o “lá”.

É este duplo deslocamento que o torna um cidadão transfronteiriço que reivindica direitos e deveres e critica as sociedades de origem e de destino, mas que, no entanto, preserva as suas lealdades nacionais à “pátria-mãe” onde nasceu e cresceu e constrói uma comunidade transnacional de sentimento no ciberespaço que liga blocos nacionais de guineenses localizados na Guiné-Bissau e nos vários destinos da diáspora, transformando-se num nacionalista de longa distância que contesta o Estado guineense e participa, individual e colectivamente, na vida da sua terra de origem com o objectivo de provocar as mudanças que poderão, um dia, favorecer o seu regresso.

Apesar de poder considerar que os objectivos a que me propus foram cumpridos, fica a incerteza de ter estado perante um caso singular de sucesso de um quadro médio guineense cuja identidade pública se configura num jogo permanente de múltiplas e constantes interligações entre as fronteiras políticas e culturais de “aqui” e de “lá” e que, simultaneamente, apresenta padrões de incorporação política, económica e social na sociedade portuguesa e mantém laços, constrói uma translocalidade e influencia eventos locais e nacionais no seu país de origem. E como um trabalho de investigação nunca está terminado, ficam pistas para posteriores pesquisas sobre o papel dos quadros africanos na diáspora na formação de elites com vocação para o nacionalismo de longa distância.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J.F. (1993) Integração social e exclusão social: algumas questões. *Análise Social*, XXVIII (123-124), pp. 829-834.
- AMANTE, M.F. (2007) *Fronteira e identidade – Construção e representações identitárias na raia luso-espanhola*. Lisboa : ISCSP/UTL.
- ANDERSON, B. (1991) *Comunidades imaginadas*. Lisboa: Edições 70. [1983].
- ANDERSON, B. (1998) *The spectre of comparisons: nationalism, Southeast Asia and the world*. London: Verso.
- ANICO, M. e PERALTA, E. (2004) As políticas culturais autárquicas num contexto de globalização: processos e dinâmicas do património em Ilhavo e Loures. Em: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- ANTHIAS, F. (2006) Belongings in a globalising and unequal world: rethinking translocations. Em: YUVAL-DAVIS, N. *et al.*, (eds.) *Situating contemporary politics of belonging*. London: Sage, pp. 3-17.
- ANTHIAS, F. (2008) Thinking through the Lens of Translocational Positionality: an Intersectionality Frame for Understanding Identity and Belonging. *Translocations: Migration and Social Change*, 4 (1), pp. 5-20.
- APAP, J. (2006) *The relationship between integration and citizenship*. Em: CARRERA, S. *et al.* (ed.) *The nexus between immigration, integration and citizenship in the EU*. CHALLENGE Collective Conference Paper, pp. 28-32. Disponível em: <http://www.ceps.be>.
- APPADURAI, A. (1991) Global landscapes: Notes and queries for a transnational anthropology. Em: FOX, R. (ed.) *Recapturing anthropology*. Santa Fe, NM: School of American Research Press.
- APPADURAI, A. (1995) The production of locality. Em: FARDON, R. (ed.) *Conterworks: Managing the Diversity of Knowledge*. London: Routledge, pp. 24-204.
- APPADURAI, A. (2004) *Dimensões culturais da globalização: A modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema [1996].
- ATIKCAN, E. O. (2006) Citizenship or Denizenship: The Treatment of Third Country Nationals in the European Union. *SEI Working Paper*, 85. Disponível em: http://www.sussex.ac.uk/sei/documents/working_paper-citizenship_or_denizenship.pdf.
- BASCH, L. *et al.* (1994) *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*. Basel: Gordon and Breach.

- BASOK, T. (2003) Human rights and citizenship: The case of Mexican migrants in Canada. *The Center for Comparative Immigration Studies: University of California*, 72. Disponível em: <http://www.ccis-ucsd.org/PUBLICATIONS/wrkg72.pdf>.
- BAUBÖCK, R. (2002) How migration transforms citizenship: International, multinational and transnational Perspectives. *IWE – Working Paper Series*, 24. Disponível em: <http://www.eif.oeaw.ac.at/downloads/workingpapers/IWE-Papers/WP24.pdf>.
- BAUBÖCK, R. (ed.) (2007) *Migration and Citizenship: Legal Status, Rights and Political Participation*. Amsterdam: University Press.
- BAUBÖCK, R. et al. (eds.) (2006) *Acquisition and loss of nationality. Policies and trends in 15 European States. Summary and recommendations*. Vienna: Institute for European Integration Research Austrian Academy of Sciences.
- BERTOCCHI, G. e STROZZI, C. (2005) Citizenship Laws and International Migration in Historical Perspective. *Fondazione Eni Enrico Mattei*. Disponível em: <http://www.feem.it/userfiles/attach/Publication/NDL2005/NDL2005-071.pdf>.
- BONIFAZI, C. (2008) Evolution of regional patterns of international migration in Europe. Em: BONIFAZI, C. et al., (eds.) *International Migration in Europe New Trends and New Methods of Analysis*. Amsterdam: Amsterdam University Press, pp. 28-108. Disponível em: <http://www.imiscoe.org>.
- BOSWELL, C. (2005) Migration in Europe. *Global Commission on International Migration*. Disponível em: <http://www.gcim.org/attachements/RS4.pdf>.
- BRETTELL, C. (2003) *Anthropology and migration: Essays on transnationalism, ethnicity, and identity*. Oxford: AltaMira Press.
- BRETTELL, C. (2007) Theorizing Migration in Anthropology: The Social Construction of Networks, Identities, Communities, and Globalscapes. Em: BRETTELL, C. e HOLLIFIELD, J. (eds.) *Migration theory. Talking across disciplines*. 2.^a ed. New York: Routledge, pp. 59-113.
- BRETTELL, C. e HOLLIFIELD, J. (eds.) (2007) *Migration theory. Talking across disciplines*. 2.^a ed. New York: Routledge, pp. 59-113.
- BRETTELL, C.B. e SARGENT, C.F. (2006) Migration, identity, and citizenship: Anthropological perspectives. *American Behavioral Scientist*, 50 (1), pp. 38.
- BRUBAKER, R. (2005) The 'diaspora' diaspora. *Ethnic and Racial Studies*, 28 (1), pp. 1-19.
- CAMPBELL, J. (2007) *O herói de mil faces*. São Paulo: Cultrix/Pensamento.
- CARDOSO, C. (2004) A diáspora africana no contexto da globalização: Entre a integração social e a cidadania política. Em: *Congrés Internacional d'Estudis African. IV Congrés d'Estudis Africans del*

- Món Ibèric, Janeiro 2004. Barcelona: Generalitat de Catalunya i Lisa. Disponível em: <http://www.didinho.org/cardoso.pdf>.
- CARRERA, S. (2006) Introduction – Towards an EU framework on the integration of immigrants. Em: CARRERA, S. *et al.* (ed.) *The nexus between immigration, integration and citizenship in the EU*. CHALLENGE Collective Conference Paper, pp.1-5. Disponível em: <http://www.ceps.be>.
- CARRERA, S. *et al.* (ed.) (2006) The nexus between immigration, integration and citizenship in the EU. *CHALLENGE Collective Conference Paper*. Disponível em: <http://www.ceps.be>.
- CARREIRO, M.J. (2007) Dinâmicas transnacionais protagonizadas por Associações de Migrantes Guineenses em Portugal. *CIES e-Working Paper*, 26. Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP26_Carreiro_.pdf.
- CASTELLS. M. (1996) *The rise of the network society*. Malden: Blackwell Publishers.
- CASTLES, S. (1986) The Guest-Worker in Western Europe: An obituary. *International Migration Review*, XX (4), pp. 761-778.
- CASTLES, S. (2005) *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século.
- CASTLES, S. (2006) Guestworkers in Europe: A resurrection. *International Migration Review*, 40 (4), pp. 741-766.
- CASTLES, S. e MILLER, M.J. (2008) *The age of migration: international population movements in the Modern World*. 4ª ed. New York and London: The Guilford Press [1993].
- CATROGA, F. (2008) Pátria, Nação, Nacionalismo. Em: TORGAL, L.R. *et al.* (eds.) *Comunidades imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CLIFFORD, J. (1992) Travelling Cultures. Em: GROSSBERG, L. *et al.*, (eds.) *Cultural Studies*. New York: Routledge, pp. 96-116.
- CÓ, J.R.B. (2002) *Migração guineense e retorno: um mito, ou uma realidade desencorajada?* Tese de mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- CÓ, J.R.B. (2004) As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense. *SOCIUS Working Papers*, 12.
- CÓ, J.R.B. (2007) Os “limites” da racionalidade migratória guineense: redes, capital social e determinantes sócio-culturais nas dinâmicas migratórias contemporâneas. *SOCIUS Working Papers*, 4.
- COHEN, R. (1997) *Global Diasporas: An Introduction*. Seattle: University of Washington Press.
- CONNERTON, P. (1989) *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press.

- COSTA, T.C. (2008) “*Si canua kan kadja nona tchiga*” *Trajectórias, experiências e narrativas pessoais no presente migratório*. Tese de mestrado em Antropologia da Educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- DUCHESNE, S. (2003) French representations of citizenship and immigrants: The political dimension of the civic link. *Immigrants & Minorities*, 22 (2 & 3), pp. 262-279.
- EHRKAMP, P. e LEITNER, H. (2003) Beyond national citizenship: Turkish immigrants and the (re)construction of citizenship in Germany. *Urban Geography*, 24 (2), pp. 127-146.
- ERIKSEN, T. H. (2007) Creolization in anthropological theory and in Mauritius. Em: STEWART, C. (ed.) *Creolization: history, ethnography, theory*. Walnut Creek, Calif: Left Coast Press, pp. 153-177.
- FAIST, T. (2000) Transnationalism in international migration: implications for the study of citizenship and culture. *Ethnic and Racial Studies*, 23 (2), pp. 198–222.
- FAVELL, A. (2007) Rebooting migration theory. Interdisciplinarity, globality and transdisciplinarity in migration studies. Em: BRETTELL, C. e HOLLIFIELD J. (eds.) *Migration theory. Talking across disciplines*. 2ª ed. New York: Routledge, pp. 259-282.
- FAZAL, S. e TSAGAROUSIANOU, R. (2002) Diasporic communication: Transnational cultural practices and communicative spaces. *The Public*, 9 (1), pp. 5-18. Disponível em: <http://www.javnost-thepublic.org/media/datoteke/2002-1-fazal.pdf>.
- FITZGERALD, D. (2006) Towards a theoretical ethnography of migration. *Qualitative Sociology*, 29 (1).
- FONSECA, M.L. (2003) Integração dos Imigrantes: Estratégias e Protagonistas. Em: *I Congresso Imigração em Portugal – Diversidade, Cidadania e Integração*, Dezembro 2003. Lisboa: Universidade de Lisboa – Centro de Estudos Geográficos. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/mcm/ICongressoLF.htm>.
- FRELLO, B. (2006) Cultural hybridity – Contamination or creative transgression? *AMID Working Paper Series*, 54.
- FRIEDMAN, J. (1997) Global crisis, the struggle for cultural identity and intellectual porkbarrelling: cosmopolitans versus locals, ethnics and nationalists in an era of de-hegemonisation. Em: WERBNER, P. e MODOOD, T. (eds.) *Debating cultural hybridity: Multi-cultural identities and the politics of anti-racism*. London & New Jersey: Zed Books.
- FRIEDMAN, J. (1999) The Hybridization of Roots and the Abhorrence of the Bush. Em: FEATHERSTONE, M. e LASH, S. (eds.) *Spaces of Culture: City-Nation-World*. London: Sage.
- GALLI, R.E. e JONES, J. (1987) *Guinea-Bissau. Politics, economics and society*. Londres: Frances Pinter.

- GELLNER, E. (1993) *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda. [1983].
- GEORGIU, M. (2003) Mapping diasporic media across the EU: Addressing cultural exclusion. *EMTEL*. Disponível em: http://www.lse.ac.uk/collections/EMTEL/reports/georgiou_2003_emtel.pdf.
- GERSTL, J. e MOLLENKOPF, J H (eds.) (2001) *E Pluribus Unum? Contemporary and Historical perspectives on Immigrant Political Incorporation*. New York: Russell Sage Foundation.
- GLICK SCHILLER, N. (1999) Transmigrants and Nation-States: Something Old and Something New in the U.S. Immigrant Experience. Em: HIRSCHMANN, C., KASINITZ, P. e DEWIND, J. *The Handbook of International Migration*. New York: The Russell Sage Foundation, pp. 94-119.
- GLICK SCHILLER, N. (2005) Transborder citizenship: an outcome of legal pluralism within transnational social fields. *Department of Sociology, UCLA*, 25. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/uclasoc/trcsa/2>.
- GLICK SCHILLER, N. (2009) A Global perspective on Transnational Migration: Theorizing Migration without Methodological Nationalism. *Centre on Migration, Policy and Society*. Working Paper 67. University of Oxford.
- GLICK SCHILLER, N. e FOURON, G.E. (2001) *George Woke Up Laughing: Long Distance Nationalism and the Search for Home*. Durham, NC: Duke University Press.
- GLICK SCHILLER, N., BASCH, L. e SZANTON-BLANC, C. (eds.) (1992) *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered*. New York: New York Academy of Science.
- GLICK SCHILLER, N., BASCH, L. e SZANTON-BLANC, C. (1995) From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. *Anthropological Quarterly*, 68 (1), pp. 48-63.
- GODINHO, S. (2008) *Novos Possíveis: Estratégias Identitárias de Mulheres Oriundas da Guiné-Bissau em Portugal*. Tese de mestrado em Sociologia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- GRANT, S. e GRANT SOLICITORS, H. (2005) International migration and human rights. *Global Commission on International Migration*.
- GROOT, G. (2006) Reflections on Integration and Access to Nationality/Citizenship through Naturalisation: a Comparative Perspective. Em: CARRERA, S. *et al.* (ed.) (2006) The nexus between immigration, integration and citizenship in the EU. *CHALLENGE Collective Conference Paper*. Disponível em: <http://www.ceps.be>.
- GUARNIZO, L.E. (2001) On the political participation of transnational migrants: old practices and new trends. Em: GERSTL, J e MOLLENKOPF, J.H. (eds.) *E Pluribus Unum? Contemporary and*

Historical perspectives on Immigrant Political Incorporation. New York: Russell Sage Foundation, pp. 64-213.

GUILD, E. (2006) Where is the Nexus? Some final considerations on immigration, integration and citizenship. Em: CARRERA, S. *et al.* (ed.) (2006) The nexus between immigration, integration and citizenship in the EU. *CHALLENGE Collective Conference Paper*. Disponível em: <http://www.ceps.be>.

GUPTA, A. e FERGUSON, J. (ed.) (1997) *Culture, power, place: Explorations in critical anthropology*. Durham, NC: Duke University Press.

HADDAL, C.C. (2009) Policy Challenges in International Migration. *CRS Report for Congress*. Disponível em: www.crs.gov.

HALBWACHS, M. (1968) *La mémoire collective*. Paris : Presses Universitaires de France. [1950].

HALL, K.D. (2004) The ethnography of imagined communities: The cultural production of sikh ethnicity in Britain. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 595 (108), pp. 108-121.

HALL, S. (1997) *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora. [1992].

HALL, S. (2000) Quem precisa da identidade? Em: SILVA, T. T. (org. e trad.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, pp. 103-133.

HAMMAR, T. (1998) *Democracy and the nation state: aliens, denizens and citizens in a world of international migration*. England: Ashgate Publishing Limited.

HANNERZ, U. (1991) *Culture, Globalization and the World-System*. Hampshire/London: The MacMillan Press.

HANNERZ, U. (1997) Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, 3 (1), pp. 7-39. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2454.pdf>.

HAVIK, P.J. (1995) Relações de gênero e comércio: estratégias inovadoras de mulheres na Guiné-Bissau. *Soronda*, 19, pp. 25-37.

HO, E. (2008) Citizenship, Migration and Transnationalism: A Review and Critical Interventions. *Geography Compass*, pp. 1286-1300.

HOBSBAWM, E.J. e RANGER, T.O. (1983) *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

HOCHET, A.M. (1983) *Paysanneries en attente: Guiné-Bissau*. Dacar: Environnement Africain.

HORTA, A. e WHITE, P. (2009) *Post-colonial migration and citizenship regimes: a comparison of Portugal and the UK*. *Revista Migrações*. 4, pp. 33-57.

- HOLSTON, J. e APPADURAI, A. (1999) Cities and citizenship. Em: HOLSTON, J. (ed.) *Cities and citizenship*. Durham, NC: Duke University Press, 1-18.
- KASTORYANO, R. (1998) *Transnational Participation and Citizenship: Immigrants in the European Union*. Paris: Centres d'Etudes et de Recherches Internationales.
- KHAYATI, K. (2008) *From Victim Diaspora to Transborder Citizenship? Diaspora Formation and Transnational Relations among Kurds in France and Sweden*. Tese de Doutorado. Sweden: Linköping University.
- KIVISTO, P. (2001). Theorizing transnational immigration: a critical review of current efforts. *Ethnic and Racial Studies*, 24 (4), pp. 549-77.
- KOOPMANS, R. e STATHAM, P. (2003) How National Citizenship shapes Transnationalism: A Comparative Analysis of Migrants Claims-Making in Germany, Great Britain and the Netherlands. Em: JOPPKE, C. e MORAVSKA E. (eds). *Integrating Immigrants in Liberal Nation-States: From Postnational to Transnational*. Berkeley, CA: University of California Press.
- KRALER, A. (2005) The state and population mobility in the Great Lakes. What is different with post-colonial migrations? *Sussex Migration Working Paper*, 24. Brighton: Sussex Centre for Migration Research. Disponível em: <http://www.sussex.ac.uk/migration>.
- KRZYZANOWSKI, M. e WODAK, R. (2007) Multiple Identities, Migration, and Belonging: Voices of Migrants. Em: CALDAS-COULTHARD, C. e IEDEMA, R. (eds.) *Identity Troubles*. Palgrave MacMillan, Basingstoke, pp. 95-119.
- LEVITT, P. (2001) *The transnational villagers*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- LEVITT, P. e GLICK SCHILLER, N. (2004) Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. *International Migration Review*, 38 (145), pp. 595-629. Disponível em: <http://www.peggylevitt.org/pdfs/Levitt-Glick.conceptsimult.pdf>.
- LEVITT, P. e SORENSON, N. (2004) Global Migration Perspectives: The Transnational Turn in Migration Studies. *Global Commission on International Migration Perspectives*, (6), pp. 112.
- MACHADO, F.L. (2001) Contextos e percepções de racismo no quotidiano. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, pp. 53-80. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt>.
- MACHADO, F.L. (2002) *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- MARCUS, G.E. (1995) Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, pp. 95-117.
- MARSHALL, T.H. (1973) *Class, citizenship and social development*. Westport, CT: Greenwood Press.

- MASSEY, D.S. (2003) Patterns and Processes of International Migration in the 21st Century. Em: *Conference on African Migration in Comparative Perspective, June 2003*. Johannesburg, South Africa. Disponível em: <http://time.dufe.edu.cn/wencong/africanmigration/1Massey.pdf>.
- MASSEY, D.S. *et al.* (1993). Theories of International Migration: Review and Appraisal. *Population and Development Review*, 19 (3), pp. 431-466.
- MEIJL, T. (2008) Culture and identity in anthropology: reflections on 'unity' and 'uncertainty' in the dialogical self. *International Journal for Dialogical Science*, 3 (1), pp. 165-190.
- MOREIRA, C.D. (1994) *Planeamento e estratégias da investigação social*. Lisboa: ISCSP/UTL.
- MOREIRA, C.D. (2007) *Teorias e práticas de investigação*. Lisboa: ISCSP/UTL.
- NEVEU, C. *et al.* (2007) Comparing scales of citizenship between legal and social representations. *IPAS Project, Fondation Maison des Sciences de l'Homme and Clumbia University Institute for Scholars in Paris*. Disponível em: http://www.piea-ipas.msh-paris.fr/rapports_pdf/.
- NIESSEN, J. (2006) Immigration, Citizenship and the Benchmarking of Integration in the EU. CARRERA, S. *et al.* (ed.) (2006) The nexus between immigration, integration and citizenship in the EU. Em: *Immigration, Integration and Citizenship: The Nexus in the EU, January 2006*. Brussels: *Challenge – Liberty & Security*. Disponível em: <http://www.ceps.be>.
- NÓBREGA, A. (2003) *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: UTL/ISCSP.
- PAPADEMETRIOU, D.G. (2003) Policy considerations for immigrant integration, migration information source. Fresh thought, authoritative data, global reach. *Migration Policy Institute*.
- PEIXOTO, J. (2004) As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. *SOCIUS Working Papers*, (11).
- PENNINX, R., SPENCER, D. e VAN HEAR, N. (2008) *Migration and Integration in Europe: The State of Research*. ESRC Centre on Migration, Policy and Society. Londres: University of Oxford.
- PIRES, R.P. *et al.* (1987) *Os retornados. Um estudo sociográfico*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, (Caderno 14).
- PORTES, A. (1999) *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta.
- QUINTINO, M.C.R. (2004) *Migrações e Etnicidade em Terrenos Portugueses. Guineenses: Estratégias de Invenção de uma Comunidade*. Lisboa: ISCSP/UTL.
- QUINTINO, M.C.R. (2010) *Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta*. Em: HORTA, A.P.B. (org.), *Revista Migrações – Número Temático Associativismo Imigrante*, 6. Lisboa: ACIDI, pp. 81-102.

- RIBEIRO, C.R. (1986) *A sociedade crioula na Guiné Portuguesa (1900-1960)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta
- ROSENAU, N.J. (1994) Les individus en mouvement comme source de turbulence globale. Em: Girard, M. (ed.) *Les individus dans la politique internationale*. Paris: Economica, pp. 81-105.
- SAFRAN, W. (2004) Deconstructing and comparing diasporas. Em: KOKOT, W., TÖLÖLYAN, K. e ALFONSO, C. (eds.) *Diaspora, identity and religion: new directions in theory and research*. London: Routledge.
- SALT, J. (2006) *Current trends in international migration in Europe*. Strasbourg: Council of Europe (Report No. CDMG-2006-22e).
- SANDERCOCK, L. (1998) *Towards cosmopolis: planning for multural cities*. Chicester: John Wiley.
- SHEFFER, G. (2003) *Diaspora politics: at home abroad*. Cambridge: Cambridge Univeristy Press.
- SMITH, A.D. (1986) *The ethnic origins of nations*. Oxford: Blackwell.
- SMITH, A.D. (1997). *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva.
- SOBRAL, J. M. (1999) Da casa à nação: passado, memória, identidade. *Etnográfica*, 3 (1): 71-8.
- SOUSA, J.S. (2008) O fenómeno tribal, o tribalismo e a construção da identidade nacional no discurso de Amílcar Cabral. Em: TORGAL, L.R. et al. (eds.) *Comunidades imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SOYSAL, Y.N. (1994) *Limits of citizenship: migrants and postnational membership in Europe*. Chicago: University of Chicago Press.
- SOYSAL, Y. N. (1996) Changing Citizenship in Europe: Remarks on Postnational Membership and the National State. Em: Cesarani, D. e FULBROOK, M. (eds.) *Citizenship, Nationality and Migration in Europe*. London: Routledge.
- SWEET, A.S. (2000) Cidadania Transnacional e Sociedade Global. Em: AAVV. (2000) *Cidadania e Novos Poderes numa Sociedade Global*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- TORO, A. de e Heidemann, F. (eds.) (2004) *The New Hybridities: Societies and Cultures in Transition*. Hildesheim: Olms Verlag.
- TRAJANO FILHO, W. (2000) Outros rumores de identidade na Guiné-Bissau. *Série Antropologia*, (279).
- VALA, J. et al. (2003) *Simetrias e identidades. Jovens negros em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

- VAN AMERSFOORT, H. e VAN NIEKERK, M. (2006) Immigration as a colonial inheritance: Post-colonial immigrants in the Netherlands, 1945–2002. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 32 (3), pp. 323-46.
- VERTOVEC, S. (2001). Transnationalism and identity. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 27 (4), pp. 82-573.
- VERTOVEC, S. e COHEN, R. (ed.) (1999) *Migration, diasporas and transnationalism*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- WALKER, N. (2008). Denizenship and the Deterritorialization in the EU. *EUI Working Paper Law*, (8), pp. 112.
- WIMMER, A. e GLICK SCHILLER, N. (2003) Methodological nationalism, the social sciences and the study of migration: An essay in historical epistemology. *International Migration Review*, 37 (3), pp. 576-610.
- YUVAL-DAVIS, N. (1999) The multi-layered citizen: citizenship in the age of “Glocalization”. *International Feminist Journal of Politics*, 1 (1): 119-36.
- YUVAL-DAVIS, N. (2004) Borders, boundaries, and the politics of belonging. Em: MAY, S., MODOOD, T. e SQUIRES, J. (eds.) *Ethnicity, Nationalism and Minority Rights*. Cambridge: Cambridge, University Press, pp. 214–230.

ANEXOS

ANEXO I GUIÃO DE ENTREVISTA

1 ID de Entrevistado/a

Nome (fictício)

Idade

Naturalidade

Nacionalidade (Portuguesa, guineense, dupla)

Escolaridade

Profissão/Ocupação na origem e actual

Agregado Familiar

Residência

2 Jornadas de Legalidade e de Clandestinidade

Data de chegada

Estatuto legal à chegada e sua evolução

Etapa de clandestinidade

- Tempo na clandestinidade
- Dificuldades/oportunidades no acesso ao trabalho, habitação, saúde, reagrupamento familiar, cuidados de crianças, idosos, doentes e inválidos, à educação/formação própria e dos filhos

Etapa de legalização

- Tempo para legalizar e tipos de estatuto legal conseguidos ao longo da residência em Portugal
- Dificuldades/oportunidades
- Vantagens/desvantagens

Etapa de aquisição da nacionalidade portuguesa

- Tempo para adquirir a nacionalidade e por que via
- Dificuldades/oportunidades
- Vantagens/desvantagens

3 Sentimentos de Pertença e Laços de Afiliação

- Identificação nacional principal (nacionalidade portuguesa/guineense, outra)
- Visão positiva/negativa relativa a direitos e liberdades de cidadão, ao governo e sistema eleitoral na origem e no destino
- Grau de interesse em participar na origem e/ou de destino e em que áreas (cívica, política, económica, cultural)
- Reivindicação/indiferença face ao direito de votar no destino e/ou na origem
- Identificação étnica
- Intenção de ficar ou regressar e em que condições

4 Significados de Cidadania

- Definição
- Identificação de palavras e ideias que se associa a cidadania

5 Práticas e Escalas de Participação

Ligação a instituições e redes informais

- Identificação das instituições e das redes informais a que se está ligado
- Data de início da ligação e razões
- Estatuto e funções
- Razões para não ligação a instituições e ou/redes informais

Envolvimento em actividades sociais

- Identificação das actividades
- Estatuto e funções
- Razões para não envolvimento em actividades sociais

Envolvimento em actividades económicas

- Identificação das actividades
- Estatuto e funções
- Razões para não envolvimento em actividades económicas

Envolvimento em actividades culturais

- Identificação das actividades
- Estatuto e funções
- Razões para não envolvimento em actividades culturais

Envolvimento em actividades políticas

- Identificação das actividades
- Estatuto e funções
- Razões para não envolvimento em actividades políticas

Envolvimento em fóruns públicos

- Identificação das actividades
- Estatuto e funções
- Razões para não envolvimento em fóruns públicos

Envolvimento em projectos de media

- Identificação das actividades
- Estatuto e funções
- Razões para não envolvimento em projectos de media

Obstáculos à participação activa

ANEXO II ÁRVORE GENEALÓGICA

